

EUDA KALIANI GOMES TEIXEIRA ROCHA

Vivência Subjetiva de Jovens Desempregados/as:
Sofrimento Invisível e Medo do Futuro Frente à
Instabilidade Econômica e à Ausência de
Cobertura Social.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

RECIFE

2005

EUDA KALIANI GOMES TEIXEIRA ROCHA

Vivência Subjetiva de Jovens Desempregados/as:
Sofrimento Invisível e Medo do Futuro Frente à
Instabilidade Econômica e à Ausência de
Cobertura Social.

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, na linha de pesquisa Relações de Trabalho e Práticas Sociais de Classe, da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação da Professora Maria Bernardete Ferreira de Macêdo.

RECIFE

2005



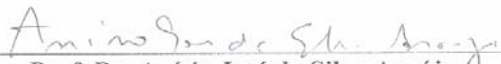
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO

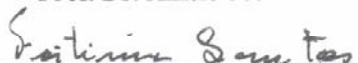
Ata da 204ª Defesa de Dissertação do Curso de Mestrado em Serviço Social, realizada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, aos vinte dias do mês de setembro de dois mil e cinco.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte de setembro de dois mil e cinco, na sala de número dez do bloco "C" do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a defesa de dissertação intitulada: **"Vivência Subjetiva de Jovens Desempregados/as: Sofrimento invisível e medo do futuro frente à instabilidade econômica e à ausência de cobertura social"**, de autoria de **Euda Kaliane Gomes Teixeira Rocha**, a qual já havia preenchido todas as demais condições exigidas para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social e que teve como orientadora de estudos a **Professora Maria Bernardete Ferreira de Macedo**. A Banca Examinadora, aprovada ad-referendum pela coordenadora do curso, Professora Ana Cristina de Souza Vieira e homologada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, **processo número 011242/2005-63**, foi constituída por: **Professora Ana Cristina Brito Arcoverde/UFPE, Doutora em Sociologia**, como examinadora interna e **presidente da mesa**; **Professor Anísio José da Silva Araújo/UFPE, Doutor em Saúde Pública**, como examinador externo; **Professora Maria de Fátima de Souza Santos/UFPE, Doutora em Psicologia**, como examinadora interna; **Professor Aécio Marcos de Medeiros Gomes de Matos/UFPE, Doutor em Psicossociologia das Organizações**, como suplente externo e **Professora Maria de Fátima Gomes de Lucena/UFPE, Doutora em Ciências Sociológicas**, como suplente interna. Na qualidade de presidente da mesa, a Professora Ana Cristina Brito Arcoverde presidiu os trabalhos e após as devidas apresentações, convidou a candidata a discorrer sobre o conteúdo da dissertação. Concluída a apresentação, a candidata foi argüida pela banca examinadora, que após as devidas considerações finalizou os trabalhos e decidiu *aprovar* a dissertação com as seguintes menções: **Professora Ana Cristina Brito Arcoverde: *distinção***; **Professor Anísio José da Silva Araújo: *distinção***; **Professora Maria de Fátima de Souza Santos: *distinção***. E para finalizar, lavrei a presente ata que será assinada por mim e por quem de direito. Recife, 20 de setembro de 2005.

BANCA:


Profª Drª Ana Cristina Brito Arcoverde


Prof. Dr. Anísio José da Silva Araújo


Profª Drª Maria de Fátima de Souza Santos

MESTRE:


Euda Kaliane Gomes Teixeira Rocha


A Cópia Confere Com o Original
Em 14 / 10 / 05
Assinatura

Prof.ª Ana Cristina de Souza Vieira
Coordenadora da Pós-Graduação

Aloha

*Será que ninguém vê o caos em que
vivemos
Os jovens são tão jovens e fica tudo por
isso mesmo
A juventude é rica, a juventude é pobre
A juventude sofre e ninguém parece
perceber
Eu tenho um coração
Eu tenho ideais
Eu gosto de cinema e de coisas naturais
E penso sempre em sexo!
Todo adulto tem inveja dos mais jovens
A juventude está sozinha
Não há ninguém prá ajudar
A explicar por que é que o mundo é esse
desastre que aí está*

*Eu não sei, eu não sei
Dizem que eu não sei nada
Dizem que eu não tenho opinião
Me compram, me vendem, me estragam
E é tudo mentira, me deixam na mão
Não me deixam fazer nada
E a culpa é sempre minha
E meus amigos parecem ter medo de
quem fala o que sentiu
De quem pensa diferente
Nos querem todos iguais
Assim é bem mais fácil nos controlar
E mentir mentir mentir
E matar matar matar
O que eu tenho de melhor: minha
esperança
Que se faça o sacrifício
E cresçam logo as crianças*

(Renato Russo)

RESUMO

O presente trabalho é um estudo de caso e tem como tema central a “vivência subjetiva” de jovens desempregados/as da cidade de Camaragibe/PE. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas junto a jovens de ambos os sexos, na faixa etária de 18 a 24 anos e que já haviam finalizado os estudos de ensino médio. O estudo se caracteriza enquanto interdisciplinar e se utiliza das contribuições do Serviço Social, da Psicologia, da Sociologia, da Economia e da Psicodinâmica do Trabalho. Visualizamos que a conjuntura sócio-político-econômica interfere diretamente na vida dos/as jovens, impedindo a sua entrada no mercado de trabalho, onde se atrelam aspectos como as exigências de experiência e a alta concorrência no mercado. A violência e a criminalidade foram vistas como resultados diretos do desemprego. Em relação às diferenciações entre os sexos, o âmbito doméstico foi visto como o lugar da mulher, inclusive em relação ao trabalho; e o homem como tendo mais vantagens no mundo do trabalho, seja formal ou informal. As jovens se sentem mais “presas” que os jovens, e estes se sentem mais pressionados pela família que aquelas. A pressão se refere às cobranças de retorno financeiro do jovem para a família de origem e também de sua própria independência. Na “vivência subjetiva” identificamos um sofrimento atrelado a aspectos sociais e econômicos, marcado pelo temor do futuro em relação à falta de garantia financeira e às referências de si mesmo. Sentem falta de independência, liberdade e mais responsabilidades. O embate principal acontece na oposição da vontade do outro (impedimentos de inserção) e a vontade do sujeito (desejo de trabalhar). Sentimentos como desqualificação, indignidade e inutilidade aparecem nas falas e aproximam os/as jovens da “vivência depressiva”. Além desses, convive-se com outros como impotência, vulnerabilidade, fragilidade, desproteção, desconfiança, medo e frustração. Sentimentos diretamente ligados ao equilíbrio mental e à realização pessoal, já que dependem de um terreno fértil para as aspirações, idéias e desejos. Num aspecto mais geral, percebe-se a ausência de políticas públicas e sociais para a cobertura dos/as jovens desempregado/as, isto se dá também pela cultura de individualização da “culpa” pelo desemprego, que é visto como um problema de “empregabilidade” do sujeito, e não como uma “questão social”, ou seja, estrutural ao modo de produção capitalista.

ABSTRACT

This work is a case study centered around the subjective experience of unemployed youth in the city of Camaragibe, Pernambuco. Research is based on semi-structured interviews with male and female youths 18-24 years who have completed high school. This interdisciplinary study incorporates contributions from Social Work, Psychology, Sociology, Economics, as well as the Psychodynamics of Work. Research examines the direct effects of socio-political and economic conditions on the lives of the youths, and the resulting obstacles on their participation in the labor market, particularly in light of requirements associated with experience and competitiveness. Violence and criminality here are seen as direct results of unemployment. Regarding differences based on gender, the home is seen as the place for women, including the place of work, while men are seen as having a greater advantage in the labor market (both formal and informal). Females feel more trapped than males, whereas males feel more pressure from families than females. This pressure is related to demands for financial support from family members, as well as the desire for independence. From the perspective of the “subjective experience”, the research identified suffering based on social and economic conditions, particularly fear of the future due to the lack of financial security and access to material goods. The youths interviewed expressed feelings of lack of independence, freedom and of more responsibilities. A central conflict exists between the will of the other, due to obstacles to participation, and the desire of the subject, essentially the desire to work. Feelings such as lack of ability, anger, and futility appear in the interviews and reflect what is a depressive experience among the youths. They also feel impotence, vulnerability, fragility, lack of confidence, fear, and frustration. These feelings are intimately related to emotional stability and personal fulfillment, and to corresponding ideas, aspirations, and desires. From a more general perspective, the thesis points to the absence of public and social policies directed at unemployed youth (male and female). This is related to the prevailing culture of individualization of blame for being unemployed. In other words, unemployment is seen as a problem of the employability of the subject, rather than a “social question” related to the structural problems of capitalist production.

À Nira e Euda, pelo meu amor a vocês.

Agradecimentos

Recife, 20 de setembro de 2005

Olá, como você tem passado? Espero que muito bem.

Preciso me desculpar pela ausência nos últimos tempos, é que andei muito ocupada. A dedicação aos estudos tem às vezes me feito uma pessoa distante e isolada... é claro que não sou assim!

Também tive saudades, pensei que não fosse acabar nunca, passei por todas as etapas que alguém em fase de tese passa: bloqueios mentais que paralisam, desespero noturno e diurno, inveja aguda e crônica dos que vão à praia e às festas, impressão de que esqueceu tudo que já leu, desorientação geral, obsessão em gritar, vontade de sair correndo e de se esconder embaixo da cama, mau humor, insônia, vontade de chorar, sono persistente, falta de apetite, apetite exagerado etc.

Bem, não estou lhe escrevendo para me lamentar, até porque isso tudo já passou e agora dou boas risadas só de lembrar, como diz minha avó, “são provações”. Acontece que a vida adulta tem dessas coisas e daqui a pouco começa outra jornada (se Deus quiser!!), mas confesso que gostaria de umas férias! Você esteve longe, mas neste percurso encontrei um monte de gente pronta pra me ajudar a crescer, seja me dando a mão, seja me colocando em situações difíceis, das quais eu sempre saí mais forte.

Apesar de tudo, a bolsa do CNPq me deu uma grande ajuda, pois me mantive tranqüila em relação ao aspecto financeiro. Minha orientadora é uma pessoa muito especial, ética e humana, com ela aprendi muito mais do que ser uma pesquisadora e docente. Com ela aprendi que a gente pode amar sem esperar nada e que as adversidades são ondas que nos levam para ver outras paisagens do mesmo mar. As pessoas que entrevistei foram muito simpáticas e acessíveis, e isso fez toda uma diferença nas minhas idas e vindas de Camaragibe.

Minha família foi primordial no sentido de me apoiar e me tranqüilizar nos momentos mais tensos. Minhas mães, meu pai, meu irmão e meu “biscoitinho” sempre foram a razão dessa vida doida. Meus amigos estiveram do meu lado e me deram os “safanões” necessários para que eu recuperasse o meu humor de sempre (de muito alto astral!)... amigos queridos, o toque especial de todos os dias! Sem eles o mundo seria menos colorido.

Enfim, estou feliz por saber que termino mais uma etapa, vendo no horizonte o início de outra.

Com amor,

Kali.

Lista de Siglas

GTM	GENRE, TRAVAIL ET MOBILITÉ
CNRS	CENTRE NATIONAL DE RECHERCHE SCIENTIFIQUE
OIT	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO
PEA	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
CLT	CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
PNUD	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
IPEA	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
PNAD	PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
OCDE	ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
OIT	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO
FMI	FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
DIEESE	DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS
RMR	REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE
UNICEF	FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA
SMM	SALÁRIOS MÍNIMOS MENSAIS
CEFET	CENTRO FEDERAL DE ENSINO TECNOLÓGICA
OMS	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE
LDB	LEI DE DIRETRIZES DE BASE
ECA	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
FAT	FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR
SEFOR	SECRETARIA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
PANFLOR	PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
STPR	SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO E RENDA
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
MP	MEDIDA PROVISÓRIA

Lista de Quadros e Tabelas

Tab. 1: Desemprego total e distribuição dos desempregados por sexo na cidade do Recife....	45
Quadro 1: Perfil do Desemprego Atual	45
Quadro 2: Distribuição por números de pessoas desempregadas no final dos anos noventa..	46
Quadro 3: Déficit nas ocupações na década de noventa.....	46
Quadro 4: Distribuição das idades dos participantes	79
Quadro 5: Egressos de cursos de qualificação profissional: resultados	136
Quadro 6: Faixa etária da população carcerária de Pernambuco	141
Quadro 7: Nível de escolaridade da população carcerária de Pernambuco	142

ÍNDICE

Resumo	v
Abstract	vi
Dedicatória	vii
Agradecimentos.....	viii
Lista de Siglas	ix
Lista de Quadros e Tabelas	x
Introdução	13

CAPÍTULO 1 – Considerações Teóricas: O Campo Conceitual Definido para a Construção do Objeto.....18

1.1 Conceituação de Trabalho	18
1.1.1 Relações Sociais de Sexo e Divisão Sexual do Trabalho	20
1.2 Reestruturação Produtiva, Precarização e Desemprego	28
1.2.1. Reestruturação Produtiva no Brasil e os Efeitos da Flexibilização sobre os Direitos Trabalhistas	30
1.2.2. O Desemprego sob a Ótica da “Questão Social”	34
1.2.2.1. Desemprego: Um Indicador Social Brasileiro.....	41
1.2.3 Perfil do Desemprego Jovem no Brasil	50
1.2.3.1. O Mercado de Trabalho Jovem no Brasil	52
1.2.3.2. Inserção Ocupacional dos Jovens	53
1.2.4. As Vivências de Jovens no Mercado de Trabalho	55
1.3. A Contribuição da Psicodinâmica do Trabalho	62

CAPÍTULO 2 – Aspectos Metodológicos70

2.1. Conhecimento Científico, Método e Pesquisa Social	70
2.1.2. Debate sobre as Pesquisas Quantitativas e Qualitativas	72
2.2. Categoria de Pesquisa - Estudo de Caso	74
2.2.1. O Campo de Pesquisa	75

2.2.1.1. Instrumento de Coleta de Dados	76
2.2.1.2 Aspectos Gerais da Interpretação dos Dados	78
2.2.1.3. Perfil dos/as Participantes	79
CAPÍTULO 3 – Vivência Subjetiva do Desemprego	89
3.1 Independência, Liberdade e Responsabilidade: “Tudo mudaria se eu conseguisse um emprego”	89
3.1.1. Sofrimento Invisível e Estado de Luta na Vivência do Desemprego	94
3.1.2. “Tenho medo do futuro”	99
3.1.3. “Por que não vai procurar um emprego, vagabundo?”	105
3.1.4. “Deus sabe o que faz e se eu estou nessa situação é porque ele quer”	108
3.2. Desejo de Trabalhar X Exclusão do Mundo do Trabalho	112
CAPÍTULO 4 – Relações Sociais de Sexo e Desemprego de Jovens	117
4.1. “O homem tem mais opção”: A queixa feminina	117
4.2. “Todos me pressionam”: O desabafo masculino	123
CAPÍTULO 5 – Considerações dos Desempregados acerca do Desemprego	130
5.1 “Como a pessoa vai ter experiência se nunca trabalhou?”	131
5.2. Contradições da Educação Profissional	134
5.3. Quem roubou o meu futuro?.....	141
6. Considerações Finais	156
7. Referências Bibliográficas	163
Anexo: roteiro das entrevistas	

Introdução

A presente pesquisa tem como tema central a análise das repercussões do desemprego na vivência subjetiva de jovens de ambos os sexos entre 18 e 24 anos. O campo em que se desenvolveu o estudo foi a área conhecida como “Invasão”, uma região pobre do Bairro de Alberto Maia em Camaragibe/PE. Este município é integrante da Região Metropolitana do Recife.

A motivação básica para este estudo vem de duas origens principais, interligadas, porém diferentes. A primeira delas relaciona-se com a disposição e preocupações pessoais relacionadas ao tema diante das atuais configurações sociais. A segunda parte da carência de estudos, principalmente no que se refere à juventude, que focalizem o desemprego como fator desencadeante de sofrimento em pessoas de ambos os sexos.

Relacionado ao fator de origem pessoal, este vem sendo marcado na trajetória acadêmica durante a graduação em Psicologia, permeada por produções científicas que tiveram como eixo central a questão do trabalho e suas implicações na subjetividade de pessoas desempregadas ou não.

Em relação à questão do desemprego, em 2001 foi realizada monografia intitulada *Desempregado: “Um Pedacinho de Papel Jogado na Rua”*, cujo tema central foi o desemprego de homens moradores de região de baixa renda da cidade de Camaragibe. Neste estudo chegamos a conclusões que revelam o sofrimento causado pelo desemprego nos homens investigados, sofrimento centrado na manutenção da identidade diante de toda a derrogação decorrente da situação de desemprego. A identidade, que antes era valorada em todas as suas qualidades, mantém-se eclipsada no período de desemprego (que é indeterminado), sendo apenas reconhecido como componente da identidade o que existia antes e o que existirá depois, segundo as expectativa de conquista de emprego.

Num segundo trabalho monográfico, já em 2002 focalizamos trabalhadores empregados (em sua maioria mulheres) de uma empresa do ramo de serviços com gestão por Planejamento Estratégico. Neste estudo examinamos o processo de treinamento e sua implicação para os

trabalhadores e para a empresa. Concluimos que o processo de treinamento se dá de forma incompleta, centrando-se apenas na “aplicação” e no discurso da empresa de qualificação e desenvolvimento profissional, sem voltarem à avaliação. O resultado para os trabalhadores é de um alto grau de sofrimento e angústia, já que a exigência da empresa aumenta, porém, não são providenciados os recursos necessários para um melhor desempenho dos funcionários. O mal-estar se agrava por não haver sistema organizacional que permita a fala e a reivindicação de melhores condições de trabalho, assim como da explicitação das necessidades e dificuldades no trabalho.

Estes dois estudos enriqueceram sobremaneira tanto a experiência enquanto pesquisadora em formação, como também a experiência e expectativas de maior aprofundamento na temática na ocasião da pós-graduação.

Nosso objeto de estudo, no âmbito da Pós-Graduação em Serviço Social se insere na linha de pesquisa *Relações de Trabalho e Práticas Sociais de Classe* e integra-se na dinâmica das preocupações do *GESTIA - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Saúde, Trabalho, Infância e Adolescência*.

Entendendo que a pesquisa social é um reflexo da dinâmica da vida em sociedade, os diversos temas trazidos à tona pelo Serviço Social, traduz-se em desafios para quem está inserido neste campo, e também para aqueles que acreditam na importância e riqueza da interdisciplinaridade.

A preocupação com as temáticas de gênero nasceram e se mantêm a partir de nossa experiência enquanto militante do movimento feminista e de mulheres em âmbito local. A participação enquanto integrante do Fórum de Mulheres de Pernambuco permite que as discussões sobre gênero estejam sempre transversalizando nossos estudos. O interesse pela temática da juventude também se desenvolve neste percurso, e centraliza as discussões do presente trabalho.

É importante salientarmos que apesar de tratarmos de uma faixa etária que estamos nomeando de “jovem”, não estamos, no presente trabalho problematizando a juventude enquanto conceito. A faixa considerada jovem na maioria dos países é de 15 a 24 anos, porém alguns países utilizam as idades de 14 e 19 anos (Itália), outros de 16 a 18 anos (Inglaterra). No Brasil, estudos econômicos junto à população economicamente ativa dividem o conceito de

idade jovem em duas formas: “adolescente-jovem” e “jovem adulto”, respectivamente as idades correspondentes são de 15 a 18 anos, e de 19 a 24 anos.

Estamos considerando “jovem”, as pessoas que se encontram na faixa etária de 15 a 24 anos de idade. No nosso caso estamos fazendo o recorte a partir dos 18 anos de idade, já que se trata de pessoas que ultrapassaram a maioridade legal e finalizaram os estudos de ensino médio, portanto, potencialmente preparadas para a inserção do mercado de trabalho.

A pesquisa em questão trata-se de um estudo de caso, uma investigação qualitativa que se desenvolveu a partir de entrevistas semi-estruturadas, totalizando dez entrevistadas e cinco entrevistados.

O arcabouço teórico utilizado para a análise define-se pela sua característica interdisciplinar, lançamos mão de autores e autoras como Helena Hirata, Daniele Kergoat, Graça Druck, Heleieth Safiott, entre outros da sociologia; Ricardo Antunes, Márcio Pochmann, Jorge Matoso, entre outros da economia brasileira; Christophe Dejours, Elizabeth Abdouchelli, Edith Seligmann-Silva, entre outros da Psicologia; Elaine Behring, Marilda Iamamoto, Maria Carmelita Iazbeck, José Paulo Neto entre outros do Serviço Social brasileiro. Este conjunto de autores nos permitiu a realização de um percurso que busca explicações para o desemprego desde a própria estrutura do modo de produção até a ausência de políticas públicas para o enfrentamento do desemprego no Brasil, entendendo-o enquanto uma “questão social”.

Também nos debruçamos sobre o conceito de trabalho e a visão deste, segundo a perspectiva de gênero. Utilizamos as teorias sobre as Relações Sociais de Sexo e a Divisão Sexual do Trabalho para entendermos o campo empírico a partir dessas divisões. Também buscamos entender a partir da economia brasileira, os impactos da reestruturação produtiva sobre o desemprego, assim como a implicação de políticas públicas e reformas na educação profissional sobre a perspectiva de emprego da camada jovem. A Psicodinâmica do Trabalho, a partir da noção de “vivência subjetiva”, nos dá suporte para entendermos a natureza do sofrimento gerado pela situação do desemprego de inserção.

No âmbito do Serviço Social, acreditamos que, sobretudo no que se refere às políticas públicas para o desemprego de jovens, é necessário que fiquemos atentos às características reais de tal desemprego, já que mesmo sendo entendido como uma “questão social”, tem suas peculiaridades. Estas peculiaridades são extremamente relevantes de serem visualizadas e

compreendidas para que se reivindique e se monitore a qualidade das políticas que se direcionam ao público jovem desempregado.

Neste sentido, consideramos que diante da escassez de pesquisas que tratam da relação entre gênero, subjetividade e desemprego de jovens no Brasil, é importante a realização de estudos que se concentrem em tal análise.

O presente trabalho é composto de cinco capítulos, além das considerações finais. Os dois primeiros correspondem a aspectos teóricos e metodológicos, enquanto que os três últimos dizem respeito à análise dos dados. No primeiro capítulo encontra-se a revisão bibliográfica e a respectiva conceituação que nos apoiamos para instrumentalizar teoricamente o trabalho. É aqui que estão as considerações teóricas que foram buscadas nos campos de conhecimentos do Serviço Social, da Economia, da Sociologia das Relações Sociais de Classe e Sexo, da Psicologia e da Psicodinâmica do Trabalho. Ainda no primeiro capítulo, abordamos questões como a conceituação de *trabalho*, as considerações sobre as *relações sociais de sexo ou gênero*, o *desemprego*, a *reestruturação produtiva*, e a *vivência subjetiva*. É sobre este arcabouço que se desenvolve o trabalho.

No segundo capítulo, nos dedicamos a abordar os aspectos da metodologia, tanto no que se refere aos aspectos mais específicos sobre a ciência social e qualitativa e a categoria pesquisa, como também aos aspectos do campo, do procedimento, dos instrumentos de pesquisa e dos dados mais gerais.

No terceiro capítulo, por sua vez, nos dedicamos à análise da vivência subjetiva propriamente dita. Neste capítulo abordamos as características do sofrimento invisível que resulta do embate entre a exclusão do mundo do trabalho e o desejo de fazer parte do mesmo. “Fazer parte” significa muito mais do que apenas participação, mas também tudo o que a independência financeira traria de mudança para vidas das pessoas entrevistadas, em termos subjetivos e materiais. Também neste capítulo trazemos alguns aspectos sobre a religiosidade e como esta tem influenciado o dia-a-dia de jovens de ambos os sexos.

Nos debruçamos no quarto capítulo sobre as diferenciações mais específicas entre os jovens e as jovens, assim como a percepção que os/as mesmos/as têm das diferenças entre homens e mulheres no trabalho e no desemprego. Por fim, no quinto capítulo nos voltamos às questões conjunturais político-econômicas e às considerações dos/as entrevistados/as acerca do

desemprego. Além disso, fazemos uma breve passagem pela reforma da educação profissional e discutimos a eficácia de um programa de qualificação específico, assim como, as diretrizes que o governo tem adotado para a questão do desemprego de jovens. Por fim, ressaltamos os principais pontos destacados no trabalho assim como os novos campos que se delineiam a partir da realização do mesmo.

1. Considerações Teóricas: O Campo Conceitual Definido para a Construção do Objeto

O tema central do presente trabalho é o desemprego, porém, no nosso movimento de apresentação teórica, priorizaremos a discussão sobre trabalho para em seguida passar à análise do desemprego. Este caminho se justifica por duas razões: a primeira diz respeito à consideração do desemprego enquanto um “sintoma” de um processo mais amplo e mais generalizado que só pode ser bem compreendido caso seja analisado a fundo. A segunda razão refere-se ao nosso próprio movimento no encadeamento da argumentação que sustenta o trabalho, num sentido crescente de apresentação dos conceitos, formando um arcabouço para que possamos entender de maneira mais global os conteúdos das entrevistas realizadas.

Discorreremos algumas linhas sobre o conceito de trabalho sobre o qual nos apoiamos. Sabemos que o tema do trabalho é um assunto amplamente discutido, e como tal, há uma gama imensa de produções e debates. Nos limitaremos a focalizar dois aspectos da conceituação de trabalho que ora utilizamos: a conceituação da *Crítica à Economia Política*, provinda dos estudos marxianos; e algumas contribuições do debate da sociologia do trabalho na França à essa mesma conceituação, trazendo a análise da divisão sexual do trabalho.

1.1 Conceituação de Trabalho

Para Marx, o trabalho é, antes de tudo,

... um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (...) Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. (...) Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não apenas transforma o material sobre

o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece, por isso, menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais (Marx, 2002, p. 211).

Sobre esta definição, há uma reinterpretação por algumas estudiosas feministas francesas, ou seja, de que as trocas que se realizam entre homem e natureza acontecem em condições sociais determinadas (artesanato, escravidão, assalariamento). Esta peculiaridade sendo considerada implica que tanto o trabalho pode ser realizado “sob a chibata do feitor de escravos, como também sob o olho interessado do capitalista” (Hirata, 2003, p. 65). O ponto principal dessa compreensão é de que o trabalho e o produto do trabalho do assalariado pertence ao capitalista, que por sua vez controla o desenvolvimento do trabalho.

A relação entre essas duas definições implica em considerar o trabalho sob dois tipos de relação: *homem-natureza* e *homem-homem*.

É exatamente sobre esta última que se desenvolve a consideração de que é necessário que o trabalho seja considerado do ponto de vista das relações sociais (historicizadas) – relações estas construídas entre homens e mulheres. Quando se fala do sujeito do trabalho enquanto *o homem*, automaticamente se universaliza o *masculino*, e conseqüentemente o modelo de trabalho torna-se *assexuado*. Partindo do princípio de que o masculino não é o modelo universal para o trabalho, é possível falar de *sexo do trabalho* (op. cit., p. 66). Desse modo de interpretar, segundo a autora, é possível emergir o trabalho doméstico enquanto condicionador do trabalho assalariado.

A partir da década de 70, foram desenvolvidas pesquisas¹ que incluíram nas análises sobre o trabalho as noções de *sexo social* e de *trabalho doméstico*, isto significou abranger também o trabalho *não-assalariado*, *não-remunerado*, *não-mercantil* e *informal*. Sendo assim, “trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social e sexo social são considerados categorias indissociáveis” (Hirata, 2003, p. 67). Com

¹ Pelas pesquisadoras francesas, principalmente Daniëlle Kergoat e pesquisadoras do GTM-Genre, Travail et Mobilité do CNRS (Centre National de Recherche Scientifique).

esta ampliação o conceito de trabalho passa a abranger o trabalho doméstico, ou seja, a esfera do trabalho reprodutivo. Desse modo saímos do domínio apenas das relações mercantis.

Se visualizarmos a questão assim, inserindo o trabalho doméstico e “as particularidades do trabalho assalariado das mulheres” este deixa de ser uma exceção ao modelo “supostamente” geral. Daí podemos considerar esses elementos como constitutivos do “modelo geral” de trabalho.

De um modo geral podemos acompanhar o pensamento de Hirata na seguinte linha: articulação produção/reprodução; consideração das relações sociais de classe e de sexo; e a coextensividade dessas relações sociais. Sob este aspecto da questão, podemos então entender como indissociáveis tanto a exploração por meio do trabalho assalariado como a opressão do masculino sobre o feminino. Porém, é na esfera de exploração econômica (ou das relações de classe) que se exerce, simultaneamente, o poder dos homens sobre as mulheres.

Esse entendimento é aprofundado nas contribuições de Danièle Kergoat a respeito da “divisão sexual do trabalho” e “relações sociais de sexo”, assunto que discutiremos a seguir.

1.1.1 Relações Sociais de Sexo e Divisão Sexual do Trabalho

A discussão sobre esse tema é advinda do movimento feminista e tem suas bases na noção de que as condições em que homens e mulheres vivem não são devido à biologia, e sim, de construções que se desenvolvem no âmbito social (Kergoat, 2003):

Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa, divisão sexual o trabalho.

À divisão social do trabalho decorrente das relações sociais de sexo dá-se a nomeação de divisão sexual do trabalho, forma esta que se adapta em termos de tempo e espaço. A principal característica é a esfera produtiva destinada prioritariamente aos homens; enquanto que às mulheres se destina a esfera reprodutiva. Também aos homens se destinam as esferas da vida social que agregam valor, tais como a política, a religião, as forças militares etc (Kergoat, 2003).

Os dois princípios que dão ordem a essa forma de divisão social do trabalho são: 1) o princípio de separação; e 2) o princípio de hierarquização. O primeiro se caracteriza pela separação entre “trabalho de homens” e “trabalho de mulheres”. O segundo diz respeito à noção de que o trabalho do homem tem mais valor do que o trabalho da mulher (op. cit.).

Neste sentido cabe fazer duas ressalvas. A primeira é que não estamos aqui nos referindo à noção de “papéis sociais” sexuais, e sim de relações que se constroem na dinâmica em sociedade. E a segunda se refere ao fato de que sob a perspectiva das relações sociais de sexo, podemos refletir e propor em termos de “invariações e variações”, de “deslocamentos e rupturas”, e também em termos da emergência de “novas configurações que tendem a questionar a existência mesma desta divisão” (Kergoat, 2003, p. 56).

Segundo Kergoat (2003), as relações sociais de sexo possui as seguintes dimensões:

- *A relação entre os grupos é antagônica;*
- *As diferenças constatadas entre as praticas dos homens e das mulheres são construções sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica;*
- *Essa construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica – é conectada à divisão do trabalho concreto;*
- *Essas relações sociais se baseiam antes de tudo em uma relação hierárquica entre os sexos, trata-se de uma relação de poder, de dominação (p. 58/59).*

Podemos estruturar esta problemática em torno de três pontos (op. cit.):

1. A divisão do trabalho entre os homens e as mulheres é parte integrante da divisão social do trabalho. De um ponto de vista histórico, é possível observar que a estruturação atual da divisão sexual do trabalho surgiu simultaneamente ao capitalismo, e que a relação assalariada não teria podido se estabelecer na ausência do trabalho doméstico. Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades da divisão do trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção.
2. A divisão do trabalho é um termo genérico que remete a toda uma série de relações sociais. A divisão do trabalho entre os sexos remete à relação social homens/mulheres,

que atravessa e é atravessada pelas outras modalidades da divisão social do trabalho. As relações de classe e as relações de sexo não são hierarquizadas, mas coextensivas: em outras palavras, são conceitos que se sobrepõem parcialmente, e não conceitos que se “recortam” ou “se articulam”.

3. Embora a divisão sexual do trabalho se enraíze na atribuição prioritária do trabalho doméstico às mulheres, de modo algum pode ser considerada operante simplesmente no que diz respeito às mulheres, ao trabalho doméstico, à esfera do privado ou à luz da reprodução.

É importante que possamos discutir sobre a questão das relações que, sob a perspectiva de Hirata (2002), significa contradição, antagonismo, luta pelo poder, recusa de considerar que os sistemas determinantes (capitalismo, sistema patriarcal) sejam totalmente determinantes.

O cenário atual do mundo do trabalho, com todas as transformações que vêm ocorrendo em termos de produtividade, também é um lugar fundamental para as análises sobre a divisão sexual do trabalho e sua relação com a tecnologia e a qualificação. Estes temas nos são pertinentes uma vez que se conectam diretamente com as dinâmicas que se configuram tanto no âmbito das relações de trabalho, como também nas formas que o desemprego tem apresentado.

Sobre este debate Hirata (2002) faz uma aprofundada análise de alguns principais pontos que nos são fundamentais para entendermos as transformações anteriormente mencionadas e as implicações que estas vêm trazendo em termos de relações sociais de sexo e divisão sexual da técnica. As próximas linhas servirão a este propósito.

Apoiada nas análises de M. Guilbert e de D. Kergoat, Helena Hirata chega à conclusão de que o emprego das mulheres ou dos homens aponta para dimensões comuns, mesmo com as características setoriais distintas. Segundo a autora, tais dimensões são “o grau de complexidade dos equipamentos, o grau necessário de adaptação, de acuidade, de destreza, o nível de desempenho técnico das ferramentas, a formação profissional requerida etc” (2002, p: 217).

Em todos esses aspectos a divisão sexual do trabalho profissional é estruturada pelas “relações sociais homens-mulheres” fora do trabalho, havendo um consequente “controle masculino dos instrumentos de produção” (Tabet, apud Hirata, 2002, p. 217). Neste sentido, as mulheres passam a ser colocadas em ocupações mais simples e sem ferramentas, isto independe do setor econômico ou do grau de modernização tecnológico.

Essas conclusões são compartilhadas também com os resultados de outros estudos, como exemplo, a pesquisa realizada por Cyntia Cockburn (apud Hirata, op. cit.), em que a mesma traz as seguintes constatações: a) as mulheres ocupam postos rotineiros de operação de novos tipos de equipamentos; b) elas não estão presentes em postos técnicos; c) a informática e a microeletrônica não fizeram com que as mulheres tivessem mais postos técnicos na produção eletrônica do que antes, no processo eletromecânico (como era a crença difundida). Desse modo, a evolução tecnológica, não traz em seu bojo, a superação da divisão sexual, mas apenas o “deslocamento das fronteiras do feminino e do masculino”.

Tradicionalmente aos homens são atribuídos postos de comando, administrativos e aqueles que requerem o uso de ferramentas complicadas. Às mulheres são atribuídas as tarefas de auxiliares, ajudantes, e os trabalhos efetuados manualmente, assim como as tarefas pouco especializadas e subordinadas (Perrot, 1983 apud Hirata, 2002).

Há um discurso dominante que – considerados incoerentes pela autora – oscila entre a permissão e o impedimento, ou seja, “os trabalho leves” são atribuídos às mulheres, porém não em todos os aspectos, pois a execução eletrônica, por exemplo, fica a cargo das mulheres, enquanto que o trabalho com os equipamentos informatizados fica sob a responsabilidade dos homens. O que se mostra é que há uma incoerência marcada pelo não-reconhecimento da qualificação feminina² – nem a importância do trabalho doméstico – que coloca na equação das atribuições do trabalho, as mulheres de um lado da igualdade e do outro a execução rotineira.

Há um reflexo da experiência doméstica nas ocupações femininas, que necessitam de uma “capacidade de atenção e de supervisão atrelada a uma certa passividade”. É sob esta lógica que os empreendedores imprimem no trabalho apenas o aspecto *concreto* das atividades

² Tese sustentada por Danièle Kergoat a partir das pesquisa no setor secundário; Ferreira de Macêdo (1992) demonstra em sua tese de doutorado, o não reconhecimento da qualificação técnica das operarias têxteis de Rio Tinto.

domésticas, conferindo às mulheres as tarefas *manuais*. Assim, postos que requerem raciocínios e cálculos *abstratos* passam a não serem designados às mulheres³.

Hirata afirma que em inúmeros lugares de investigação as mulheres tornam-se invisíveis, ou seja, ausentes enquanto atores sociais. Ela chama a atenção para a importância de vislumbrar esse aspecto ante o tema “tecnologia e divisão do trabalho”, caracterizada pelo “controle masculino da tecnologia” (Hirata, 2002).

E desse ponto de vista entramos na questão da divisão social do trabalho e divisão sexual da técnica. E acreditamos que uma investigação que pretende se dá no campo do trabalho não pode deixar de considerar que essas duas dimensões estão cada vez mais se reproduzindo no tempo, tendo como marca a construção do feminino como tecnicamente incompetente (C. Cockburn, 1983, apud Hirata, 2002).

É importante ressaltar que essa análise a respeito da divisão sexual do trabalho e tecnologia traz importantes elementos sobre a relação dos homens e das mulheres com a técnica.

Em seu texto sobre a divisão sexual do trabalho, Hirata comenta uma pesquisa realizada em 1966, coordenada por Guilbert, que trouxe elementos fundamentais para auxiliar na compreensão de alguns aspectos desta divisão, tais como:

- “Os tipos de máquinas confiadas às mulheres: tarefas femininas são predominantemente manuais, enquanto os homens exercem “os ofícios da mecânica”.
- As qualidades requeridas são muito diferentes: a rapidez e a destreza das mulheres é a razão de sua utilização nas cadeias de *montagem*, e sua capacidade de executar um trabalho simples, minucioso, monótono e efetuado de maneira consciosa é mencionada para sua utilização nos trabalhos de controle;
- A clivagem entre tarefas masculinas e femininas é nítida: a utilização de tornos automáticos, “modernos”, descarta as mulheres. Ao contrário, quando se trata de tornos comuns ou semi-automáticos, em que as operações manuais voltam a ter importância, mão-de-obra feminina reaparece” (Gilbert, 1962 apud op.cit).

³ Grifos da autora.

Um ponto importante a se destacar é em relação ao sexo da mão-de-obra, que varia de acordo com o nível de automação e de qualificação. Disso também se percebe que o número de empregos femininos vêm sendo suprimido por conta da automação, o que acentua o caráter fragmentado das tarefas industriais femininas.

Hirata nos revela o lado “perverso” da automação para as mulheres, quando destina a essas os trabalhos de “tapar buracos” desse mesmo processo de automação. Ou seja, “a automação acentua o caráter fragmentado das tarefas industriais femininas (...) elimina-as dos postos de direção ou de supervisão das máquinas que as mudanças tecnológicas necessariamente multiplicam e, finalmente, aproxima a natureza do trabalho efetuado nas oficinas e nos escritórios” (Hirata, 2002, p. 227).

Neste sentido, podemos falar em *qualificação* já que “por definição”, as operárias não têm sido reconhecidas como qualificadas.⁴ Em geral temos os empregos não-qualificados sendo feminilizados, resultando na “crença” da desqualificação como uma qualidade tipicamente feminina.

Hirata afirma que para estudar a “divisão sexual do trabalho” temos que investigar também os lugares reconhecidos como “masculinos”, e não apenas nos lugares onde é mais comum a mão de obra feminina. Segundo a autora, a ideologia segundo a qual as mulheres não podem ser empregadas em determinados ramos por causa dos trabalhos pesados, perigosos, sujos e insalubres – mas que poderiam nele ser empregadas para trabalhos leves e limpos – vem sendo confirmada pela evolução dos ramos da siderúrgica.

A autora traz exemplos de suas pesquisas na indústria do cimento e do vidro, e na petroquímica, onde as tarefas dos operadores tornaram-se mais complexas e sem grandes esforços físicos, porém, isso não fez com que nestes postos fosse aumentada ou permitida a presença de mulheres.

Não podemos entender, então, o critério de trabalho leve como um elemento explicativo da divisão sexual do trabalho. Mesmo assim, continuamos com a generalização de que os

⁴ Noções trazidas por Danièle Kergoat a partir de pesquisas na indústria de transformação.

trabalhos femininos nos ramos citados acima se resumem ao trabalho de escritório, e ao controle de qualidade.

Desse modo, mesmo com todo o desenvolvimento possibilitado pela tecnologia da automação, que trouxe fundamentais conseqüências sobre as características e a natureza da empresa, a dimensão da divisão sexual do trabalho continua imutável, ou seja, essas fábricas são sempre “fábricas de homens”. Quando esta inserção se dá (das mulheres no âmbito da fábrica), a ela está atrelado um movimento de desqualificação de parte dos postos de trabalho.

De fato, a entrada das mulheres nesses ramos da produção tem sido marcada por condições de trabalho e de remuneração bem diferentes das dos homens, como por exemplo, a remuneração inferior, maior controle hierárquico e maior intensidade de trabalho.

Sobre esta questão podemos frisar três observações trazidas por Hirata (2002): 1) as indústrias de processo contínuo mesmo depois do desenvolvimento da microeletrônica continuam a ser tradicionalmente masculinas; 2) outras indústrias que também são tradicionalmente masculinas, com a introdução da microeletrônica, passaram a criar postos menos qualificados; e 3) no ramos têxtil houve uma diminuição dos empregos de mulheres por conta da automação.

Com a evolução da divisão sexual do trabalho, temos uma forte polarização das qualificações masculinas e femininas. Uma oficina tradicionalmente feminina, com o processo de automação tem mais riscos de perder mão-de-obra feminina do que masculina.

Nessas indústrias há uma desqualificação específica, em que o trabalho feminino concentra-se nos postos de trabalho desqualificados pela automação ou difíceis ou dispendiosos para se automatizar.

A indústria têxtil é importante de ser considerada, uma vez que a mesma nos revela claramente a divisão sexual do trabalho – o que explicaria a desqualificação do trabalho feminino neste ramo? Mesmo sendo uma área onde a maioria é de mulheres, a automação expulsa esta mão-de-obra, e torna efetiva a entrada dos homens nos novos postos qualificados. Isto nos indica que há uma polarização – que segundo Hirata, anteriormente era inexistente – que coloca homens e mulheres nas extremidades da qualificação.

Tentando ampliar o ponto de vista desta abordagem, a autora lança importantes questões para serem analisadas:

- Quais são as conseqüências das novas tecnologias sobre o emprego, o trabalho e a qualificação de acordo com os sexos?
- É possível pensar a flexibilidade unicamente na área da empresa do mercado de trabalho sem introduzir a família?
- Qual é o lugar da experiência e do conhecimento técnicos, que constituem monopólio quase exclusivo dos homens, nos obstáculos ao acesso das mulheres às novas tecnologias?

Pelo exposto torna-se palpável os efeitos das novas tecnologias sobre as qualificações. E sobre isto a autora nos dá um alerta: “qualquer estudo dessa questão, nos ramos mistos, que não leve em conta a variável sexo pode, aliás, ser muito discutível, visto que as conseqüências das inovações técnicas podem ser opostas – como vimos para as mulheres e homens” (Hirata, 2002 p. 212) e complementa: “as formas de divisão do trabalho podem mudar. A divisão sexual do trabalho permanece”.

Esta breve explanação da temática da divisão sexual do trabalho e das relações sociais de sexo tem como intuito definir que temos uma perspectiva diferenciada para homens e mulheres no que se refere às relações sociais, inclusive e principalmente as do trabalho. Sendo assim, o desemprego pode apresentar repercussões diferenciadas para ambos os sexos, já que as trajetórias e as vivências no mundo do trabalho também o são.

Uma importante crítica de Hirata aos estudos que utilizam a noção de flexibilidade ou de especialização flexível, é que grande parte de tais estudos foi construída ignorando qualquer abordagem em termos de relações construídas social, cultural e historicamente entre homens e mulheres. Para a autora, “a construção teórica da especialização flexível baseia-se no trabalhador homem como figura universal e mostra que as novas tendências na divisão do trabalho vão no sentido do surgimento de uma fábrica flexível, cuja figura emblemática seria o operário muito qualificado e polivalente” (op. cit. p.229).

Sobre as conseqüências sociais das novas tecnologias, Hirata (2002) chama atenção para dois importantes aspectos relacionados à flexibilidade: o primeiro diz respeito à flexibilidade do trabalho, e o outro à flexibilidade da mão-de-obra (que se relaciona com o primeiro). Segundo

a mesma, a grande maioria dos estudos sobre o tema das tecnologias, sobre o trabalho e emprego não abordam a questão sob esta ótica. Além disto, a autora reforça a importância de entendermos as novas tecnologias, e a flexibilidade do trabalho e da mão-de-obra, sob o ângulo da comparação homens-mulheres.

Hirata afirma que em inúmeras investigações as mulheres tornam-se invisíveis, ou seja, ausentes enquanto sujeitos sociais. Ela nos alerta para a importância de vislumbrar esse aspecto ante o tema “tecnologia e divisão do trabalho”.

Neste estudo, tivemos a preocupação de levar em conta o fato de que estamos trabalhando com uma população de ambos os sexos e, desse modo, as características do desemprego e suas repercussões na vida dos sujeitos são diferenciadas.

Quanto a esta questão, não queremos cair na armadilha a qual nos chamam atenção, Daniëlle Kergoat e Helena Hirata (2002), quando falam da importância de “enxergarmos” o mercado de trabalho e a classe trabalhadora formadas por sujeitos sociais diferenciados pelo sexo. Segundo as autoras, é importante que os trabalhos realizados neste âmbito (do trabalho) possam entender a divisão sexual do trabalho para que os mesmos não se tornem “gender blinded”, ou seja, “que não enxerguem a questão de gênero”.

1.2 Reestruturação Produtiva, Precarização e Desemprego

Nos últimos anos, de acordo com Antunes (1998), as transformações no processo produtivo foram intensificadas através do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível e dos modelos alternativos ao taylorismo, destacando-se principalmente o toyotismo.

Este último apresenta características diferenciadas em seu processo de produção, tais como produção variada e heterogênea vinculada à demanda, trabalho operário em equipe com multivariabilidade de funções e o princípio do *just in time* que se caracteriza pelo melhor aproveitamento possível do tempo.

O autor faz uma análise das mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, sendo estas, para ele, conseqüências das profundas transformações que o capitalismo vem sofrendo, em escala mundial, tanto na estrutura produtiva quanto no universo de seus ideários, valores etc.

Na análise de Antunes (*op.cit.*), as formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais são exemplos a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo, vêm crescentemente substituindo ou alterando o padrão produtivo taylorista e fordista. O mesmo considera dois pontos como sendo os mais graves e “virulentos” em relação a esta questão onde o primeiro trata-se da destruição da força humana que trabalha; e, o segundo, a crescente degradação na relação metabólica entre pessoa e natureza, conduzida pela lógica voltada prioritariamente para a produção de mercadorias que destroem o meio ambiente:

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental sociedade do descartável, que joga fora tudo que serviu como embalagem para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital. (Antunes in: CEAD, 1999, p.19).

Conforme o autor, esta forma de sociabilidade, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1998, desemprega ou precariza cerca de um bilhão de pessoas, algo em torno de um terço da força humana de trabalho⁵.

De acordo com sua análise, nas últimas décadas, principalmente depois de meados de 70, o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica, talvez a maior desde o nascimento da classe trabalhadora. Esta situação afetou a classe trabalhadora tanto em sua materialidade, a sua forma de ser, quanto a sua esfera propriamente subjetiva, política, ideológica, dos valores e do ideário que pautam suas ações e práticas concretas.

Dentre as transformações mais diretas no mundo do trabalho, Ricardo Antunes (*op. cit.*) cita algumas que são fundamentais:

- Crescente redução do proletariado fabril estável, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo;

⁵ Um exemplo típico da destruição em massa da força de trabalho, como resultado da busca de um aumento do exército de reserva, pode ser verificado em nosso país vizinho, a Argentina. Também submetida às ditames políticas neoliberais nas duas últimas décadas, aquele país atingiu no ano de 2002 o maior nível de desemprego de sua história apresentando uma economia estagnada desde 1998. Os índices de desemprego, conforme dados do governo, subiram para cerca de 22% da população economicamente ativa (PEA), representando aproximadamente 2,8 milhões de pessoas. Já Juan Carlos Altderete, presidente da Corrente Classista e Combativa, uma associação de desempregados argentinos, afirmou que “O governo diz que é de 22%, mas é muito mais. Nós sabemos que de cada dez pessoas (economicamente ativas), seis são desempregadas. Existem vilas inteiras onde o desemprego chega a 80%, 90%. (Folha de São Paulo, 29 de maio de 2002, Caderno “Dinheiro”, p. B5).

- Incremento do *novo proletariado*, do subproletariado fabril e de serviços, o que mundialmente vem sendo chamado de trabalho precarizado;
- Aumento do trabalho feminino, atingindo 40% da força de trabalho nos países avançados. Força de trabalho esta que, segundo o autor, é preferida pelo capital para o trabalho precarizado e desregulamentado;
- Incremento dos assalariados médios e de serviços;
- Exclusão dos jovens e pessoas de meia idade do mercado de trabalho nos países centrais;
- Inclusão “precoce e criminosa” de crianças no mercado de trabalho, em especial nos países de industrialização intermediária e subordinada.
- Expansão do que foi por Marx chamado de *trabalho social combinado*, em que trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços.

1.2.1. Reestruturação Produtiva no Brasil e os Efeitos da Flexibilização sobre os Direitos Trabalhistas

Busnelo (2000) afirma que a Terceira Revolução Industrial e o neoliberalismo nas políticas econômicas são os responsáveis pela ampliação do processo de reestruturação produtiva. Processo este que utiliza a “máxima redução dos custos, da ociosidade dos fatores produtivos e dos riscos da instabilidade dos mercados” como meios para conseguir a maior flexibilização possível do uso do capital e do trabalho.

Especificamente ao que se refere à realidade brasileira, o mesmo autor defende que a reestruturação produtiva originou-se nas reformas que foram implantadas durante o governo Collor, que se caracterizou pela política econômica de inserção “subordinada na globalização” - o que marca a introdução do projeto neoliberal no país. Até então as empresas brasileiras eram voltadas para o mercado local, e a exposição à concorrência internacional foi reforçada com a implantação do Plano Real (plano de estabilização dos preços), em 1994.

Arelado a tais mudanças, o governo seguinte de Fernando Henrique Cardoso dá continuidade ao projeto iniciado por Collor, porém com a mudança no sistema nacional de relações de trabalho – com o objetivo de garantir maior liberdade e autonomia no estabelecimento das condições de trabalho. Isto significa alteração na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e

em outras leis do trabalho, conferindo às mesmas o caráter de “negociação entre as partes envolvidas”⁶.

A justificativa para tais alterações na legislação trabalhista está no fato de que “o direito do trabalho é rígido” (op. cit.), com exacerbada intervenção do Estado, e portanto, incapaz de atender às necessidades da rápida dinâmica do mercado. A consequência desse processo é a flexibilização dos direitos do trabalho para dar maior mobilidade e liberdade às organizações para que utilizem da força de trabalho de acordo com as necessidades do mercado.

Segundo os que defendem este paradigma, a partir daí o Brasil passaria a realizar mudanças de inovação tecnológica, de gestão de produção e da organização do trabalho. Isto significava que a flexibilização dos direitos do trabalho e a intensificação da qualificação profissional garantiriam a diminuição do desemprego e a adequação da oferta de trabalho às exigências do mercado (Busnelo, 2000).

As explicações para a reestruturação produtiva giram em torno do esgotamento do modelo fordista e a reação econômica japonesa após a Segunda Guerra Mundial, baseada na microeletrônica, iniciando o que tem sido chamado de Terceira Revolução Industrial⁷ (Busnelo, 2000). Assim, a partir da reação econômica do Japão, o mercado internacional precisou responder à demanda de competição muito mais intensa, utilizando para isto o modelo japonês de produção.

Diante desse novo paradigma é fundamental que se tenha um novo trabalhador, com características que se adequem e dêem mais resultado à produção: “mais escolarizado, participativo e polivalente” (op. cit.). A educação neste sentido, se molda enquanto uma necessidade econômica, e não uma necessidade social (enquanto direito). Para os países subdesenvolvidos como o Brasil, isto passa também a ser mais um problema, visto os níveis de educação serem muito baixos (Busnelo, 2000).

Além disso, nos novos moldes de produção, é possível substituir uma massa de trabalhadores por um pequeno núcleo responsável pela programação e gerenciamento da demanda. Isto

⁶ Mais detalhes ver BUSNELO, Ronaldo. *Reestruturação Produtiva e Flexibilização dos Direitos Trabalhistas*.

⁷ Como Segunda Revolução Industrial o autor se refere à produção em massa de inspiração fordista (op. cit.).

significa um inevitável aumento das taxas de desemprego, como também a garantia da flexibilização dos direitos trabalhistas de modo a possibilitar o uso da força de trabalho.

Adequar o uso da força de trabalho ao movimento neo-liberal de reestruturação produtiva significa desregular o padrão de relações de trabalho que existia anteriormente e que se fundava no conjunto de direitos organizados com base no Estado (Busnelo, 2000). Nas relações de trabalho, a flexibilização se materializa na desregulamentação dos direitos trabalhistas, oferecendo às empresas ajustar o uso da força de trabalho às variações da produção (op. cit.).

Alguns sintomas desta desregulação podem ser nitidamente visíveis: os salários condicionados à produtividade; tempo de trabalho utilizado de acordo com a demanda, levando inevitavelmente ao aumento da jornada de trabalho sem o adicional das horas extras; negociações entre empresa e trabalhadores baseadas na máxima redução dos custos da empresa.

Ao fazermos um balanço sobre os resultados dessa política, o que aparece enquanto principal agravante é o problema do desemprego. O impacto da reestruturação política varia de acordo com a realidade da cada país. Mas de toda forma, a regra tem sido a liberação comercial e financeira, a privatização do Estado e a desregulamentação econômica e social (Oliveira, 1998, p. 202 apud Busnelo, 2000).

Porém, apesar das diferenças entre os países e das variadas realidades, existe um conjunto de fenômenos que é comum a todos: o aumento do desemprego estrutural, do desemprego de longa duração, o aprofundamento das desigualdades sociais e a precarização do emprego. Isto tem se configurado em trabalhadores fortemente divididos entre os que são cobertos pela legalidade e os que estão sujeitos às relações precárias (op. cit.).

No Brasil, as medidas macroeconômicas, principalmente a abertura comercial não foi planejada de modo a haver uma preparação da indústria nacional para a concorrência internacional, resultando em sérias desestruturas do parque produtivo nacional (Pochmann, 1999, p. 86).

Além disso também há o outro lado da flexibilização, a sua “cara não visível”:

O problema, no entanto, é que do outro lado da flexibilização e da desregulamentação dos direitos trabalhistas, em sua cara não visível, o que há é angústia e desesperança, pois esse movimento tem promovido uma destruição sistemática de uma base de trabalho assalariado, que jamais foi predominante no mercado nacional e que é acompanhada pelo crescimento do trabalho informal e do desemprego. A situação se agrava ainda mais à medida que se toma cada vez mais difícil para o jovem entrar no mercado de trabalho formal, assim como para os trabalhadores de idade avançada, para quem é inviável permanecer competindo pelos novos postos de trabalho (op. cit.).

É interessante ressaltar que essas características também são encontradas em estudos sobre a precarização socioeconômica na França. Helena Hirata dá exemplos de como alguns grupos sociais são atingidos de modo particular.

As mulheres se situam no centro do debate francês sobre a precarização socioeconômica – enunciada inicialmente como da precarização do trabalho – em razão das modalidades particulares da implantação da flexibilidade do trabalho na França. Aspectos: 1) desenvolvimento maciço do trabalho em tempo parcial em um lapso de tempo relativamente curto; 2) a maioria dos empregos precários é de mulheres; 3) posição desfavorável das mulheres em termos de postos de trabalho e de responsabilidade. Ferreira de Macêdo (2003), em sua pesquisa no setor hoteleiro francês analisa a precariedade das condições de trabalho e a flexibilidade do tempo de trabalho de mulheres imigrantes.

Os jovens constituem a outra grande categoria social mais atingida pela precarização. Ainda que, em média, mais bem formados e qualificados que as gerações precedentes da mesma idade, eles são confrontados, na sua condição de aspirantes à entrada no mercado de trabalho, a uma conjuntura marcada pelo fato de que os novos empregos criados são, em alta proporção, precários, e que os empregos estáveis se encontram ocupados majoritariamente pelas gerações anteriores. Os jovens defrontam-se assim, com a insegurança do mercado de trabalho e com a precarização de um conjunto de referências sócio-institucionais.

Os idosos sofrem a consequência de múltiplos fatores: a política de recursos humanos das empresas, a rapidez das mudanças tecnológicas, o desgaste no trabalho, os efeitos das políticas públicas. A outra categoria atingida é a dos imigrantes. Estas modificações, segundo Antunes (1998, p. 25). têm como resultado uma classe trabalhadora dividida entre “... trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc....”

A desregulamentação, flexibilização, terceirização, *downsizing*, empresa enxuta, e tudo que se tem atualmente no mundo empresarial, indicam uma lógica de sociedade em que há a prevalência do capital sobre a força humana de trabalho, sendo esta considerada somente na medida em que é imprescindível para a reprodução deste mesmo capital.

Refletindo sobre a condição brasileira diante dessa realidade, a mesma apresenta hoje indicadores sociais alarmantes que nos dizem do poder estruturante que o mantém e que colocam o Brasil atualmente na ponta da desigualdade e da injustiça social. Este dado é visível nos índices de concentração de renda e de terra no país; nos elevados índices de mortalidade infantil, nas taxas de desemprego, entre outros.

Um grande problema considerado como um dos principais no Brasil, segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 1999 e 2000, é que apresentamos a maior concentração de renda num total de 174 países analisados - a renda per capita dos 20% mais ricos é 32 vezes maior que a dos 20% mais pobres (Almanaque Abril, Brasil, 2000). Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)⁸, em 1999 cerca de 57 milhões de brasileiros (equivalente a 35% da população) viviam em condição de pobreza.

Um dos principais índices que afirmam os problemas sociais e a pobreza no mundo inteiro são as taxas de desemprego, o que se agrava no caso dos países subdesenvolvidos como é o caso do Brasil. Alguns estudiosos consideram o desemprego como sendo uma “questão social”. Acreditamos ser importante fazer uma breve discussão sobre qual o entendimento que atualmente temos nas Ciências Sociais sobre a “questão social”.

1.2.2. O Desemprego sob a Ótica da “Questão Social”

Ao que parece, não há consenso teórico no que diz respeito à conceituação de questão social. Os autores que problematizam a questão em alguns momentos se aproximam e em outros se afastam.

Segundo Netto (2001), a expressão “questão social” surge devido ao fenômeno do pauperismo resultante da industrialização na Europa Ocidental (século XVIII). Esse fenômeno se caracterizava por não ter havido precedentes históricos, onde a pobreza passa a apresentar uma nova dinâmica. Pela primeira, a pobreza e a capacidade de produzir riquezas cresciam em razão direta.

⁸ Este órgão considera pobre aquele que possui renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo

Netto afirma que o desenvolvimento capitalista produz diferentes manifestações da “questão social”, esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante.

Para caracterizar a “questão social”, Netto (op. cit.) a considera enquanto constitutiva do desenvolvimento capitalista, ou seja, é impossível pensar na supressão da “questão social” sem a superação do modo de produção capitalista.

Iamamoto compartilha deste ponto de vista ao compreender que a “questão social” é indissociável do modo de produção capitalista, se encontrando no bojo do processo de acumulação e dos efeitos que este produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras.

Sendo assim, segundo esses dois autores, a “questão social não é um fenômeno recente, existe desde os primórdios do desenvolvimento do capitalismo, e está atrelada às expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura”.

A gênese da “questão social”, segundo Iamamoto (2001), está no processo coletivo de produção versus a apropriação privada tanto da atividade humana como dos frutos desta. Neste sentido, a “questão social” expressa disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais – sendo mediatizadas por “relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal” (p.17).

De um modo aproximado, porém não totalmente convergente com o entendimento acima exposto, Potyara (2001) também nos traz o entendimento de que a questão social é resultante da “velha dominação capitalista”. Esta se renova e se mostra sob nova configuração, subordinando enormes parcelas da população mundial às suas necessidades, impedindo uma configuração social constituída por pessoas que possam ser consideradas enquanto “iguais”.

Na concepção de Potyara, o conceito de *questão social* passa pela dialética existente entre estrutura e ação, onde os sujeitos assumem papéis políticos fundamentais para a transformação das *necessidades sociais* em *questões* – tendo enquanto objetivo o embate político nas “arenas decisórias”, ou seja, trazer as necessidades sociais para a incorporação na agenda política.

Potyara esclarece que a questão social não é sinônimo da contradição entre capital e trabalho e entre forças produtivas e relação de produção – que geram desigualdades, pobreza, desemprego e necessidades sociais. No seu entendimento, essas expressões da contradição capital-trabalho só se tornam questão social a partir do momento em que vão para o embate político, para discussão pública dos problemas.

Iamamoto por sua vez considera que a disputa de projetos societários informados por distintos interesses de classe é indissociável da análise da questão social, que deve estar pautada nas configurações assumidas pelo trabalho e a forma social em que este se realiza.

A mesma, a relação capital/trabalho gera acumulação de miséria relativa à acumulação do capital, e é exatamente neste ponto que se encontra a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista.

Iamamoto também indica o surgimento da questão social juntamente com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos referentes ao trabalho.

Para a autora, foram as lutas sociais que permitiram que as relações entre capital e trabalho rompessem a esfera privada e possibilitassem a emergência da questão social na esfera pública. Sendo assim, houve uma exigência da interferência do Estado para o reconhecimento e posteriormente a legalização de direitos e deveres dos indivíduos envolvidos.

Pontuando a questão do desemprego estrutural, Potyara (2001) o considera como o “temido fantasma da realidade”. Segundo ela, na atualidade ocorre a substituição de um perfil histórico de proteção social caracterizada pelo emprego, as políticas sociais universais e a extensão dos direitos sociais.

Consideramos que esse “temido fantasma” tem raízes profundas em processos que vêm se desenvolvendo desde os primórdios do modo de produção capitalista. Marx (1986), ao analisar o processo de revolução industrial, nos traz importantes elementos que nos ajudam a entender como a “pobreza passa, pela primeira vez, a apresentar uma nova dinâmica” (Netto, op. cit.), trazendo a contradição de “estarem em razão direta de crescimento a pobreza e a capacidade de produzir riquezas” (op. cit.). O desemprego se apresenta como um resultado desse processo.

Gostaríamos de fazer um paralelo ao que hoje se nos apresenta enquanto conjuntura econômica com o que vivemos em termos de revolução há pouco mais de um século atrás. Nossa intenção é afirmar que tanto o processo de reestruturação produtiva como a dita Terceira Revolução Industrial (com sua conseqüente ou causa – globalização) não são fenômenos atuais, e sim característica estrutural do modelo de produção em que vivemos. Sendo assim, diante do entendimento da “questão social” como indissociável da dinâmica do capital e do desemprego como uma das principais “questões sociais” que nos desafia, lançaremos mão da contribuição de Marx para iluminar esta questão.

No emprego de máquinas na produção, segundo Marx (1982)⁹, o capital tem como finalidade baratear as mercadorias e ampliar a produção da mais valia. Através da maquinaria, a produtividade do trabalho aumenta extraordinariamente, pois a utilização das máquinas significa a incorporação das forças naturais e da ciência ao processo de produção. Dessa forma, os produtos são encarecidos ao invés de barateados, já que as máquinas possuem valor e o transfere ao produto. Marx ressalta que a máquina não cria valor, ela transfere seu valor ao produto, e certamente as máquinas são mais caras que os instrumentos de trabalho dos artesãos.

Enquanto o valor que a máquina transfere ao produto for menor do que o valor que o trabalhador adiciona ao objeto de trabalho, sempre haverá uma diferença de trabalho economizado em favor da máquina. E mesmo que a máquina custe o mesmo que a força de trabalho que substitui, Marx afirma que o trabalho nela materializado será sempre muito menor que o trabalho vivo por ela substituído.

Essa produção mecanizada trás conseqüências diretas para o trabalhador. Marx ressalta o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, com membros mais flexíveis – mulheres e crianças – já que a maquinaria torna supérflua a força muscular. A máquina passa a ser um meio de aumentar o número de assalariados –

⁹ Para esta discussão estaremos nos apoiando na seguinte referência: MARX, Karl. A Maquinaria e a Indústria Moderna. In: O Capital: Crítica da Economia Política. Capítulo XII, Livro I. Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986 / P 423 - 579. MARX, Karl. Processo de Trabalho e Processo de Produzir Mais Valia. In: O Capital: Crítica da Economia Política. Capítulo V, Livro I. Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986 / P 201 -223.

incluindo agora todos os membros da família. O valor da força de trabalho que era determinado para um trabalhador, que com este valor se mantinha e matinha sua família, é agora repartido para todos os membros da família. Ou seja, aumenta-se o número de pessoas trabalhando sem aumentar os custos com estas, que continuam os mesmos. Nessa dinâmica aumentou-se muito o número de trabalhadores porque os adultos foram substituídos por crianças.

A máquina não só aumenta o campo específico de exploração do capital – o material humano – mas também amplia o grau de exploração, já que para garantir a sobrevivência as famílias devem fornecer trabalho excedente ao capital.

A máquina passa a ser o meio mais poderoso de prolongamento da jornada de trabalho, já que diminui o tempo de trabalho necessário para a produção de mercadoria. O prolongamento da jornada diária de trabalho se dá porque se aumenta a produção ao mesmo tempo em que permanece invariável o capital despendido em maquinaria e construções. Desse modo não é necessário duplicar o número de trabalhadores e sim o número de horas trabalhadas, aumentando a mais valia obtida ao mesmo tempo em que diminui os gastos necessários para obtê-la.

Há nesse processo dois movimentos: um é o acesso do capital às camadas da classe trabalhadora que era antes inacessível; e o outro é a substituição de trabalhadores pela máquina. Daí resulta uma massa de trabalhadores excedentes “compelida” à submissão da “lei do capital”.

Segundo Marx, é nesse movimento que se “põe abaixo todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho” (p. 465). Esse processo desmedido de prolongamento da força de trabalho, ao longo de certo tempo, causa reação da sociedade, que passa a impor limites legais. Porém, não é por causa desses limites que o capital cessa de avançar, tem-se como resultado dessa dinâmica outro processo: a intensificação do trabalho.

Sendo assim, o tempo reduzido de trabalho continua a acrescentar o mesmo valor ao produto total. Vale ressaltar que o valor de troca representa agora uma maior quantidade de valores de uso.

É importante que possamos trazer algumas considerações de Marx para melhor compreendermos a relação existente entre valor de uso e valor de troca.

No processo de transformação de valores-de-uso em valores-de-troca, e a partir destes obter a mais valia, quanto maior for o tempo e a intensidade de trabalho, mais acelerada se torna a acumulação privada desses valores coletivamente produzidos.

Com a limitação da jornada de trabalho ocorre a exigência de maior dispêndio de trabalho. O capital passa a preencher densamente os poros da jornada, o que resulta numa maior quantidade de trabalho. Assim, passa-se a medir o tempo de trabalho de duas maneiras: pela extensão/duração e pelo grau de condensação/intensidade.

Outro ponto fundamental para entendermos o “raio x” do desemprego refere-se à “teoria da compensação”, que segundo Marx, alguns economistas burgueses daquela época afirmavam que ao se empregar maquinaria e desempregar trabalhadores, simultaneamente se libera capital para empregar esses trabalhadores que ficaram desempregados. Ora, se assim for, o que explica o montante de trabalhadores destituídos de seus postos e criando uma massa de desempregados?

Marx explica esse processo através de algumas considerações sobre a transformação de capital variável em capital constante, a saber:

Por exemplo: tem-se uma fábrica em que o capitalista emprega 100 trabalhadores na fabricação de papéis estampados. Cada trabalhador ganha 30 libras por ano, o que significa para o capitalista 3.000 libras em capital variável (CV) neste determinado ano.

Com o emprego da maquinaria ele despede 50 trabalhadores, o que dá um total de 1.500 libras que foram poupados – o que antes seria capital variável. Este capital poupado é aplicado em maquinaria – que é transformado em capital constante (CC).

Os 50 trabalhadores que restaram na fábrica, que anualmente lhe custam 1.500 libras agora se ocupam com uma máquina que custou 1.500 libras.

Levando em conta que o capitalista gasta 3.000 libras com matéria-prima, tem-se então 4.500 libras de capital constante, 3.000 (matéria-prima) + 1.500 (máquina), e 1.500 de capital variável (trabalhadores). Isso dá um total de 6.000 libras, o que antes da demissão e incorporação da maquinaria ficava em 3.000 de capital variável (trabalhadores) + 3.000 capital constante (matéria-prima).

O capital variável investido em força de trabalho passa a ser apenas $\frac{1}{4}$ do capital total e não mais a metade. Não houve liberação de capital, mas seu aprisionamento a uma forma que o impede de trocar por força de trabalho. Ocorreu a transformação de capital variável em capital constante.

Opondo-se aos economistas que se referiam aos meios de subsistência dos trabalhadores que foram despedidos ou liberados, Marx considera que a máquina não só despediu 50 trabalhadores, mas ainda cortou a conexão que tinham com os meios de subsistência no valor de 1.500 libras.

Dessa forma não há uma liberação e absorção desses trabalhadores, o que há é o aumento do número das forças de trabalho que estão à disposição da exploração capitalista. A maquinaria em si encurta o tempo de trabalho, facilita o trabalho, é vitória do homem sobre as forças naturais, e conseqüentemente um meio de aumentar a riqueza dos que realmente produzem. Porém, o capitalismo inverte essas qualidades, prolongando o tempo de trabalho, aumentando a intensidade do trabalho, escravizando o homem, e pauperizando os verdadeiros produtores.

Segundo a economia política, após as fases iniciais de introdução da exploração mecanizada, depois de um período de crescimento tende a absorver integralmente todos os trabalhadores, sem nenhuma possibilidade de haver desempregados como nessa fase inicial.

Marx explica que a expansão das indústrias mecanizadas pode estar relacionada tanto com o decréscimo relativo como absoluto do número de trabalhadores empregados. O acréscimo de trabalhadores nas fábricas corresponde a um decréscimo no número global dos trabalhadores ocupados – é necessário levar em consideração que o pessoal absorvido é constituído de crianças e mulheres. O acréscimo é aparente, pois corresponde à anexação progressiva de setores das fábricas que vão se mecanizando.

Pelo que vimos anteriormente com a lei da compensação, é necessário compreender que a máquina muda a composição do capital global. Se antes da mecanização este se dividia em $\frac{2}{5}$ de constante e $\frac{3}{5}$ de variável, com a mecanização estes valores mudam para $\frac{4}{5}$ e $\frac{1}{5}$, isto significa que os trabalhadores estão sendo realmente eliminados e virtualmente substituídos, e no desenvolvimento desse processo o crescimento progressivo do desemprego

é algo inevitável. Cada avanço da produção mecanizada, cresce o capital constante, enquanto diminui o variável, o que acelera cada vez mais a demissão da força de trabalho.

Estas características trazem conseqüências severas para a vida em sociedade, principalmente a concentração de renda, a desigualdade social, e o desemprego estrutural. No Brasil podemos refletir tais condições resultantes do processo citado acima através dos números da desigualdade social, a seguir.

1.2.2.1. Desemprego: Um Indicador Social Brasileiro

De acordo com Mattoso (2000), nos anos 80, a dinâmica de trabalho no Brasil sofreu algumas alterações. O desemprego urbano apareceu com intensidade pela primeira vez e teve início a deterioração da dinâmica do mercado de trabalho, com a ampliação da informalidade. No entanto, o desemprego e a precarização ainda foram relativamente baixos, isto devido à preservação das estruturas industrial e produtiva. Isso significa que ambos cresciam com a retração das atividades produtivas e voltavam a reduzir quando a economia começava a crescer.

Ao final da década de 90 a situação parece ter alterado profundamente. A geração de emprego sofreu assim, as conseqüências de um processo de retração das atividades produtivas acompanhado do desmonte das estruturas preexistentes, sem que se tenha colocado no lugar outras estruturas capazes de substituí-las.

Nessa mesma década o desemprego e a precarização das condições de trabalho ascendem num movimento de amplitude intenso, que segundo Mattoso (2000, p.09), nunca havia ocorrido no Brasil. Percebe-se uma condição generalizada que não é apenas característica de uma família, de um setor econômico ou de uma região específicos. Também não se pode atribuir o desemprego aos desempregados, acusando-os de preguiça, má vontade, inaptidão etc.

As conseqüências desta conjuntura podem ser observadas diante da aceleração da precarização do trabalho que se mostra através do elevado crescimento do trabalho informal (assalariados sem carteira, autônomos e não-remunerados) e do emprego temporário (emprego por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, bicos etc).

Conforme a pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os anos de 1989 e 1999, ocorreu a subtração de 4,3

milhões de empregos formais (trabalhadores com carteira assinada e funcionários públicos). Somente na indústria de transformação, no final de década de 90, foram eliminados 1.547.772 empregos significando uma perda de um em cada quatro postos de trabalho formais, perda causada por diversos fatores, como a desaceleração da economia entre 1997 e 1999; e a abertura da economia nacional, que trouxe para o Brasil a redução das tarifas de importação.

Em contrapartida, no mesmo período (1989-1999) são criados cerca de 11 milhões de empregos informais, especialmente nos setores de comércio e serviços.

A participação dos trabalhadores assalariados formais e dos funcionários públicos diminuiu de 49,6% para 38%, enquanto os setores menos protegidos (assalariados sem carteira ou autônomos sem direito a aposentadoria, férias, 13^o. salário, etc.) se elevam de 46,2% para 57,6%. No ano de 1999, o Brasil possuía cerca de 38,9 milhões de trabalhadores informais.

Referente à população economicamente ativa (PEA) de cada país, o levantamento realizado¹⁰ com 114 países mostra que o Brasil passou da 91^a. posição com 2,2%, em 1980, para a 78^a. posição com 3% em 1990, atingindo no ano de 2000 a 23^a. colocação com o percentual de 15% de desempregados.

Conforme a mesma pesquisa, ao observarmos os números absolutos da população de cada país, entre os 108 países analisados, o Brasil ocupa o segundo lugar no ranking mundial do desemprego em números absolutos, com 11.454 milhões de pessoas sem trabalho em 2000; perdendo apenas para a Índia que apresenta um total de 41.344 milhões de desempregados.

Dados mais recentes indicam que no primeiro semestre de 2003, o desemprego atingiu 12,2%. No segundo trimestre a taxa neste ano subiu para 12,7%, em contraponto a 12% no mesmo período de 2002. Entre junho de 2002 passado e igual mês de 2003 o número de desocupados (sem emprego e procurando trabalho) aumentou em 449 mil pessoas nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE (Recife, Salvador, Distrito Federal, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre). Deste total, 270 mil pessoas tinham pelo menos o segundo grau completo.

¹⁰ Fonte: IBGE, OCDE, ONU, OIT, FMI, Banco Mundial, Cepal e Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo. (Folha de São Paulo, 29 de maio de 2002, Caderno DINHEIRO, p. B5.)

Na comparação com janeiro deste ano, o número de desocupados cresceu em 443 mil pessoas em junho. Ou seja, em um semestre, nas seis regiões, houve um aumento de 443 mil desocupados, que no total somava 2,73 milhões de pessoas.

Em maio deste ano, 13,5% dos trabalhadores eram sub-remunerados, ou seja, ganhavam menos de um salário mínimo, percentual aumentado se comparado com o mês de janeiro do mesmo ano, que era de 8%.

Segundo dados do IBGE, em um ano, mais 360 mil pessoas ficaram desempregadas, o mesmo instituto contabilizou 2,7 milhões de desempregados nas seis maiores capitais brasileiras. Desde janeiro de 2003 foram 408 mil pessoas procurando trabalho. Somente entre abril e maio, 109 mil pessoas ficaram desempregadas.

Alguns dados da década de 90 (1994) sobre desemprego em alguns países da Europa (trazidos pela mesma autora), chamam atenção para os dados referentes aos jovens. Na Espanha, o desemprego para todas as pessoas era de 23,8%; para as mulheres era de 30,9%; e para os jovens era de 38,3%. A mesma taxa na França, respectivamente era de 12,5%; 13,6%; e 23,4%. Na Itália os mesmo dados também se distribuem de forma semelhante, 12,9%; 13,6%; e 31,1%. Em outros países, como a Inglaterra e Suécia, neste mesmo período, apresentavam taxas de desemprego para jovens maior que as outras parcelas da população.

No que diz respeito ao Brasil, em 1985, enquanto as taxas de desemprego giravam em torno de 12,2%, para adolescentes e jovens respectivamente, era de 25,5% e 14,1%. Dez anos depois, esses mesmos níveis eram, respectivamente, 13,2%, 21,4%, e 16,7%.

Trazendo para a realidade da Região Metropolitana do Recife, entre as seis capitais, ficamos em 3º lugar no “ranking” do desemprego total, estando Salvador em primeiro e Distrito Federal em segundo. Analisando por faixa etária a condição de desemprego, veremos que as idades em que há uma maior concentração de pessoas desempregadas está entre 18 e 24 anos, com 36,8%, estando as idades de 25 a 39 anos, e 40 ou mais, respectivamente com 19,3% e 10,1% (dados do DIEESE/PED-RMR em 2001).

O desemprego jovem – de 18 a 24 anos – aparece com índices maiores que a soma do percentual que vai da idade de 25 anos até mais de 40. Essa realidade indica a necessidade de investigações que tenham como foco central a análise nessa faixa etária.

Segundo o Pochmann¹¹ (2000b), o nosso país vive a mais grave crise do emprego de sua história, inclusive não havendo precedentes nem com a transição do trabalho escravo para o assalariamento, nem com a depressão de 1929, e nem com as recessões ocorridas nos inícios das décadas de 80 e 90. Em nenhum desses momentos históricos houve uma quantidade tão expressiva de pessoas sem emprego como nos dias atuais.

Pochmann (2000b) sugere três componentes característicos da desestruturação do mercado de trabalho hoje: 1) a presença do desemprego em todos os segmentos sociais; 2) a regressão dos postos formais (desassalariamento); e 3) a destruição dos postos de melhor qualidade sem a reposição destes nos empregos criados.

Entre o ano de 1986 e o ano de 1994, o Brasil subiu da 13^a posição para a quarta posição no ranking dos países em volume de desempregados. Porém, não foi apenas o volume que foi alterado, a qualidade do desemprego também mudou de configuração, passando de um fenômeno homogêneo para um perfil completamente heterogêneo e complexificado. Se antes o desemprego atingia determinadas classes sociais (tais como jovens, mulheres, negros, pessoas sem qualificação e analfabetos), hoje o desemprego é generalizado para todos os seguimentos da sociedade (inclusive as camadas mais escolarizadas). Ou seja, não há setor imune (Pochmann, 2000b).

¹¹ Um dos grandes estudiosos do desemprego e da economia brasileira, Pochmann, nos servirá de apoio para a melhor visualização dos significados e dos porquês do desemprego no Brasil. Também é de fundamental importância sua contribuição para o entendimento do desemprego jovem. Diante da escassa produção no Brasil desta temática específica, que analise o problema de um ponto de vista econômico global, necessitamos nos concentrar em alguns momentos à produção deste autor.

Na tabela abaixo encontramos os dados mais atuais sobre os números do desemprego na cidade do Recife.

Tabela 1: Desemprego total e distribuição dos desempregados por sexo na cidade do Recife			
Recife			
Taxa de desemprego total, por sexo			
Período	Total	Homens	Mulheres
2003	23,2	20,0	27,0
2004	23,1	20,3	26,5
janeiro/2005	20,5	17,1	24,7
fevereiro/2005	21,2	18,1	25,1
março/2005	22,7	19,1	27,1
abril/2005	23,3	19,8	27,6
maio/2005	23,1	19,4	27,6
Distribuição dos desempregados, por sexo			
Período	Total	Homens	Mulheres
2003	100,0	47,4	52,6
2004	100,0	48,3	51,7
janeiro/2005	100,0	46,4	53,6
fevereiro/2005	100,0	47,0	53,0
março/2005	100,0	46,5	53,5
abril/2005	100,0	46,5	53,5
maio/2005	100,0	46,4	53,6
<i>Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego Elaboração: DIEESE</i>			

No quadro abaixo podemos visualizar o perfil do desemprego atual (desde a década de 1990):

Quadro 1: Perfil do Desemprego Atual	
<i>Mais Severo</i>	<i>Menos Acentuado</i>
peças com mais de onze anos de escolaridade	menor grau de escolaridade
peças com idade mais avançada (mais de quarenta anos),	mais jovem faixa etária
para os homens	para as mulheres
para os não-chefes de família (cônjuge),	para os filhos
para as peças de cor	para os brancos
<i>para os que buscavam o primeiro emprego</i>	para os que buscavam um reemprego.
<i>Fonte: Pochmann, 2000b.</i>	

Em relação à escolaridade, quem tem menor grau de instrução tem menos participação no desemprego do que os que possuem alta escolaridade. Isto demonstra uma das faces da flexibilização e precarização no trabalho. Porém, a parcela que apresenta maior dificuldade está entre os que têm escolaridade entre o ensino médio completo e o ensino superior incompleto¹².

A perda estimada da ocupação assalariada com carteira assinada é de 3 milhões de vagas nos anos 1990, de acordo com as informações do Ministério do Trabalho – deste montante 2,1 milhões foram destruídos durante o governo Collor.

Segundo autor, Na atual conjuntura brasileira, as formas de inserção na População Economicamente Ativa (PEA) não tem sido por via assalariada, mas refere-se a ocupações sem remuneração ou por conta própria. Os empregos assalariados que passam a surgir são em sua grande maioria sem o registro em carteira, e se refere ao setor de serviços – caracterizado pelos salários reduzidos.

De acordo com o IBGE, a distribuição de pessoas desempregadas girou em torno dos seguintes números:

Quadro 2: Distribuição por números de pessoas desempregadas no final dos anos noventa		
Década de 1980	Anos 1990	Ano de 1999
2 milhões de pessoas	7 milhões de pessoas	10 milhões de pessoas

Fonte: Pochmann, 2000b

O déficit em relação às ocupações foram distribuídos como no quadro abaixo:

Quadro 3: Déficit nas ocupações na década de noventa.		
Postos de trabalho abertos anualmente na década de 1990	Número de pessoas ativas a cada ano na década de 1990	Aumento anual de pessoas desempregadas nos anos 1990
982.800	1.490.500	507.700

Fonte: Pochmann, 2000b

No Brasil, por conta da menor oferta de emprego, a competição no mercado de trabalho tornou-se mais acirrada. Este processo se tornou mais favorável aos trabalhadores com maior grau de escolaridade. Porém, não há nada que justifique em termos de modificações no conteúdo dos postos de trabalho a elevação da exigência de qualificação. Evidentemente, esta

¹² Faixa onde se localiza nossa população.

elevação se dá apenas pelo excedente de mão-de-obra disponível a disputar as vagas oferecidas.

Pochmann (2000b) traz uma grande contribuição quando analisa o desemprego do ponto de vista da escassez de renda no país, isto faz com que os segmentos que eram para estar fora do mercado produtivo, estejam ocupando os postos de trabalho. Exemplo disso são: 1) as crianças menores de 14 anos de idade (cerca de 3 milhões no ano de 2000); 2) os aposentados e pensionistas da previdência social que continuam no mercado de trabalho mesmo recebendo recursos públicos (são 5,2 milhões); 3) os empregados que possuem mais de uma ocupação (são 3,2 milhões); 4) os empregados que realizam frequentemente jornadas extras de trabalho (são 25 milhões).

Nestes exemplos torna-se evidente algumas das situações que têm pressionado o mercado de trabalho e elevado sobremaneira o índice de desemprego. Diante desse panorama, somos impelidos a pensar que medidas em termos de políticas públicas poderiam “aliviar” tais condições. Primeiramente se ressalta a questão “dos filhos na escola” e não trabalhando, o que seria facilitado com mecanismos de distribuição de renda para as famílias carentes; o aumento no valor da aposentadoria serviria para manter o aposentado no seu direito de “retirada” do mercado de trabalho; e ainda, com a elevação dos rendimentos, a extensão do tempo de trabalho deixaria de ser uma “alternativa” tão emergencial na vida dos trabalhadores, o que garantiria a oferta de novos postos de trabalho (op. cit.).

Somando-se as ocupações que podem surgir dessa “arrumação”, percebemos o quanto é possível desafogar, pelo menos nestes segmentos, o mercado de trabalho. E em todos os exemplos, a questão é de distribuição de renda. É impossível? Não, porém resta o compromisso do poder público na formulação de políticas públicas que garantam que o desemprego seja colocado em pauta séria de análise, com intuito de resolvê-lo onde for possível, retirando-o do caráter de culpa individual e colocando-o no âmbito da responsabilidade pública e coletiva, seu verdadeiro lugar. Sobre este aspecto Pochmann ressalta:

Ao contrário de outras experiências de políticas públicas como em relação ao problema da doença e da ignorância, que registram a presença de sistemas de atenção à saúde e à educação, o desemprego no Brasil segue tratado como um problema menor, na maioria das vezes identificado pelas autoridades governamentais como de ordem individual, mais privado do que público. Parece ser necessário lembrar que o desemprego constitui uma das mais difíceis situações sociais e que a inexistência de atendimento social adequado ao desempregado

reflete o estágio de atraso, conservadorismo e individualismo de uma sociedade e alimenta o desespero social, a violência, o consumo de drogas, enfim, o quadro de desamparo e de regressão numa sociedade que já tem muito desgastado o tecido social (2000b, página 64).

Evidentemente, estas medidas não seriam suficientes para resolver a questão do desemprego, pois precisaríamos de “um plano nacional de compromisso com a produção e o emprego, por meio do desenvolvimento econômico e social sustentado” (op. cit., p. 65).

Atualmente quando se fala em “empregabilidade” fatalmente caímos na discussão da qualificação, e no caso dos jovens este tema não deixa de ser um dos que merecem atenção por estar transversalizando os debates atuais sobre a questão.

Druck (2002), trazendo a reflexão sobre o conceito de informalidade, em que cada vez mais este conceito vem sendo substituído pelo conceito da empregabilidade. Essa reflexão confirma que a flexibilização sustenta-se na empregabilidade e no empreendedorismo, exigindo cada vez mais um trabalhador polivalente, que seja competitivo e que se adapte às rápidas e constantes mudanças. De acordo com Machado (apud Druck, 2002), isso é reflexo da nova cultura do trabalho, com forte conteúdo ideológico que prega a adaptação ao risco e à insegurança – normas da sociedade flexível.

Hoje, na conjuntura em que nos encontramos, a empregabilidade parece estar relacionada com a qualificação e o treinamento profissional. Não temos como desvincular esta nova configuração da empregabilidade da reestruturação empresarial, pois a mesma tem exigido novos conhecimentos e também a superqualificação para os trabalhos especializados. E o debate tem girado em torno da necessidade do “novo trabalhador”, ou seja, de formações educacionais e profissionais que concebam maiores habilidades necessárias ao exercício de diferentes tarefas, assim como a atualização constante e continuada no que se refere aos novos conhecimentos (op. cit.).

Este novo trabalhador seria mais adequado para as alterações que estão ocorrendo no mundo do trabalho, já que a oferta de trabalho tem sido pouco preparada enquanto o mercado se torna mais exigente. Hoje se tem uma outra compreensão do analfabetismo, em que de um déficit no conhecimento pleno da língua de origem, passamos a falar em um desconhecimento técnico e informacional.

O que se associa ao perfil ocupacional na atualidade é o trabalhador com alta escolarização, alta qualificação, multifuncional e com elevada capacitação técnica. Isto aponta para as profissões especializadas e técnicas superiores e de cargos de direção. A tendência que se percebe é que os trabalhos agrícolas e de chão de fábrica decrescerão gradualmente. No número total de empregos, cada vez mais as ocupações manuais e com baixa exigência de qualificação tendem a assumir menor importância (Pochmann, 2000b).

Para Pochmann (2000a), um forte indicador para a visualização das condições de vida e de trabalho em relação às expectativas de futuro é a *mobilidade social*. Segundo o autor, no Brasil, entre os anos 30 e 80 houve registros de indicadores de mobilidade social bastante elevados. Normalmente as novas gerações costumavam apresentar mais possibilidades de alcançar melhores condições de vida e de trabalho superiores das referente às gerações anteriores.

No que se refere à população mundial, em 1999 o Brasil apresentava-se no segundo lugar no ranking do “pessimismo” para a juventude, estando a Colômbia em primeiro lugar (Organização das Nações Unidas – UNICEF)¹³.

As razões para tal decadência, de acordo com o mesmo autor, diz respeito primeiramente à estrutura social do país, marcada pela desigualdade econômica e com enormes indicadores de pobreza, analfabetismo e violência; e em segundo lugar, tem-se a economia nacional que penaliza o conjunto de jovens brasileiros. Dessa forma, o desemprego faz com que se desacredite no trabalho como fonte de superação das dificuldades existentes:

O desemprego (...) aumenta a descrença nas autoridades pois diante da dureza da vida juvenil, o governo parece não fazer nem mesmo a sua parte, o que aumenta a identificação de que o país e está cada vez mais difícil de se viver (2000a, p. 06).

Neste caso, a autor aponta o tema do primeiro emprego como uma “questão-chave” que apresenta repercussões nacionais significativas, além de interferir nas decisões pessoais e na perspectiva familiar (op. cit., 2000a). O primeiro emprego torna-se decisivo para toda a trajetória do jovem no mercado de trabalho, podendo um ingresso precário marcar de modo

¹³ Pesquisa apresenta como resultado a constatação de que a cada 10 jovens brasileiros, sete acreditam que não terão condições de viver e trabalhar melhor que seus pais.

desfavorável o futuro desempenho profissional. E em termos de faixa etária, na vida dos jovens com idades entre 15 e 24 anos prevalece profundas desigualdades econômicas e sociais (Pochmann, 2000a).

1.2.3 Perfil do Desemprego Jovem no Brasil

Uma discussão importante levantada Por Pochmann (2000a) diz respeito ao “tempo livre” dos jovens, ou mais especificamente à utilização da jornada não utilizada no trabalho. Estando os jovens desempregados, necessariamente os mesmos possuirão um longo tempo de não-trabalho.

Uma das características em que é necessário nos determos em relação ao tempo livre dos jovens, diz respeito à mercantilização do mesmo, uma vez que o acesso ao lazer, à cultura e à educação depende de uma possibilidade de financiamento. Isto significa, que para os jovens de baixa renda este tempo livre não pode ser plenamente aproveitado em tais atividades (Pochmann, 2000a).

Dessa forma, segundo o mesmo autor, existem duas possibilidades de aproveitamento do tempo livre (na inatividade¹⁴). O que ele denomina de “ócio positivo” e “ócio negativo”, ao primeiro se refere atividades como lazer, educação e solidariedade; enquanto que ao segundo se referem atividades como violência, uso de drogas e envolvimento com o crime (op. cit.).

No decorrer do século XX pôde-se perceber três movimentos de atividade e inatividade dos jovens nas idades entre 15 e 24 anos:

1. até a década de 30 – taxa crescente de participação dos jovens no mercado de trabalho;
2. entre as décadas de 30 e 70 – crescimento da inatividade (diminuição da participação no mercado de trabalho) e elevação da população na escola;
3. a partir da década de 70 – cai inatividade e aumenta atividade.

¹⁴ Relacionado à situação de inatividade, estamos compreendendo a ausência de atuação no mercado de trabalho, seja pela ausência do próprio exercício de trabalho ou pela ausência da procura por uma vaga.

Estes movimentos apresentados indicam nitidamente os momentos do desenvolvimento econômico do país. Até a década de trinta, tínhamos uma economia baseada principalmente na agropecuária, e um sistema escolar que não permitia a participação de grande parte da população. Entre as décadas de 40 e 70, tivemos o movimento de industrialização nacional, e uma melhoria no sistema educacional, o que permitiu que os jovens migrassem do mercado de trabalho para os bancos escolares.

Já após dos anos 70, culminando na crise dos anos 90 (maior taxa de desemprego, postos de trabalhos cada vez mais precários, baixa remuneração), houve uma piora global nas condições de vida das famílias, o que pode ter contribuído para pressionar os jovens a dar sua contribuição na renda familiar, expandindo a taxa de atividade juvenil (Pochmann, 2000a).

Isto também indica que os jovens estão deixando as escolas para manterem-se em atividade no mercado de trabalho. Fatalmente a questão da escolaridade se sobressai quando refletimos sobre o aumento da atividade dos jovens com idades entre 15 e 24 anos. Os dados referentes ao início deste século mostram como a educação brasileira está aquém da necessidade do nosso conjunto de jovens em idade escolar. As taxas brasileiras são marcadas pelo baixo sucesso educacional e 22% dos jovens naquela faixa etária classificados como analfabetos funcionais (para o nordeste esta taxa eleva-se para 40%). Além de que apenas seis entre dez jovens são estudantes, havendo apenas 32% dos jovens que têm acesso ao ensino médio (este número é de 85% das economias avançadas) (op. cit.).

A situação se torna mais complexa quando se soma a esse analfabetismo o analfabetismo tecnológico e informacional. Para superar os déficits existentes em relação a esta qualificação são necessárias exigências maiores que a simples escolarização, pois envolvem tanto a capacidade individual (seja de aptidão, seja financeira) como ações no conjunto da sociedade e governo.

Vale ressaltar que além dos problemas educacionais do sistema básico e médio de ensino, temos no Brasil uma realidade que aponta para a restrição no que se refere ao ensino superior (com uma percentagem de uma pouco acima de 5% das matrículas do sistema educacional) (Pochmann, 2000a). Sendo assim, entre os jovens de 20 a 24 anos, apenas 13% se encontram da universidade.

Historicamente o Brasil tem a elite social concentrando as entradas no ensino superior, o que gera um distanciamento das camadas menos favorecidas da universidade. Esta situação tende a gravar ainda mais por conta das inovações tecnológicas. Ainda ressaltamos que apenas 17% dos estudantes concluem o ensino fundamental, enquanto que apenas 11% concluem o ensino superior.

1.2.3.1. O Mercado de Trabalho Jovem no Brasil

No Brasil, a posição do jovem no mercado de trabalho está em muito definida pelas condições de sua origem, seja familiar, geográfica, de raça/cor, e base socioeconômica (Pochmann, 2000a). Segundo o autor, o mercado de trabalho é desfavorável ao jovem:

Diante da constante presença de um excedente de mão-de-obra no mercado, o jovem encontra as piores condições de competição em relação aos adultos, tendo de assumir funções, na maioria das vezes, de qualidade inferior na estrutura das empresas (p.31).

E na realidade da precarização do trabalho, dos jovens ocupados, 86% apresenta-se com remuneração abaixo dos três salários mínimos mensais (smm). Estando o rendimento médio em torno de 1,7 smm (1,9 para o sexo masculino e 1,4 para o sexo feminino). Entre os jovens com idades de 15 a 24 anos, 40% realizam jornadas de trabalho superiores a 44 horas semanais¹⁵.

Isto também indica que na ausência de proteção social, o desempregado acaba aceitando qualquer condição de trabalho e remuneração para poder sobreviver. Estando este tipo de trabalho extremamente precarizado fora dos números estatísticos de desemprego, o que aponta para um número de desempregados muito acima dos que registram os números oficiais.

Das 4,3 milhões de pessoas com idade entre 15 e 24 anos que ingressam no mercado de trabalho, apenas 2,3 milhões conseguiram uma vaga. Segundo Pochmann (2000a), nos anos 90 as ocupações geradas que se destacam são os postos de trabalho por conta própria, com intensa redução do trabalho assalariado.

¹⁵ Segundo Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, IBGE apud Pochmann, 2000a.

No século XXI a trajetória profissional do jovem tende a ser cada vez mais instável e flexível. A fragilidade da situação ocupacional parece ser o indicativo, pois atrelado à ausência da carteira profissional está a desassistência dos programas de proteção.

Para termos uma idéia sobre a estatística de desemprego jovem, nos anos 90 houve a criação de 448 mil vagas para jovens, enquanto que o aumento desta mesma população foi de 1,3 milhões. Do outro lado, aumenta-se em 940 mil os postos de trabalho não assalariado. Por conta disto, em cem anos nunca houve uma realidade como esta em nosso país (Pochmann, 2000a).

Neste processo de exclusão, podemos identificar dois movimentos principais: a contínua adição de jovens no mercado de trabalho e a crescente destruição das vagas (op. cit.).

Pochmann (2000a) define em quatro categorias os jovens sem ocupação:

- 1) **Desemprego de Inserção** - condição de procura pelo perimido emprego durante um longo período de tempo. A principal dificuldade se relaciona com falta de experiência profissional. É o primeiro contato com o mundo do trabalho após os anos de escolarização;
- 2) **Desemprego Recorrente** – condição em que não se conseguem um emprego estável, apenas ocupações temporárias, parciais e provisórias;
- 3) **Desemprego de Reestruturação** – consequência dos ajustes ocupacionais realizado pelas empresas do setor privado (como a adoção de novos programas e fechamento de algumas empresas);
- 4) **Desemprego de Exclusão** – condição do jovem que permanece durante um longo tempo sem emprego, havendo como consequência a marginalização do mesmo.

1.2.3.2. Inserção Ocupacional dos Jovens

Podemos fazer a seguinte indagação: o que é que define a decisão do jovem em relação ao ingresso no mercado de trabalho? Pochmann (op. cit.) nos dá algumas contribuições em relação à tal questão: as condições de decisão estão diretamente ligadas à condição da família. Se a família apresenta dificuldades de sobrevivência financeira, ou seja, quanto menor a renda apresentada pela família, maior a tendência do jovem de tentar inserir-se no mercado de trabalho. Neste caso, a necessidade existe no coletivo da família, e a decisão parte do objetivo de ajudar com a renda familiar.

Para melhor entendermos a situação do jovem no mercado de trabalho, é necessário que percebamos o seu padrão de inserção ocupacional. A inserção ocupacional diz respeito à passagem da situação de inatividade para a de atividade no mercado de trabalho. Sobre tal conceito, existem três norteadores vinculados: fim dos estudos; ingresso no mercado de trabalho; e saída da casa dos pais, mudando de residência (Pochmann, 2000a). O autor afirma que é necessário o estudo dos processos que acompanham a entrada do jovem no mercado de trabalho para através dele acompanhar a evolução das economias de trabalho.

E especificamente sobre o momento de entrada do jovem no mercado de trabalho, esse pode ser uma peça fundamental para a definição da sua trajetória profissional. Geralmente os jovens que se inserem no mercado de trabalho em épocas em que a economia está crescendo, tende a ter uma carreira com maiores possibilidades de progressão, ao contrário dos jovens que ingressam em épocas de recessão.

O padrão de inserção no mercado de trabalho do jovem brasileiro acompanha o desenvolvimento do desemprego da década de 90. O desassalariamento, o desemprego e as formas precárias de trabalho marcam uma época desfavorável para quem se insere no mercado de trabalho.

Vale ressaltar que embora a situação de declínio econômico seja generalizada, sabemos que a desigualdade social no Brasil finaliza uma grande parcela da população, estando a minoria mantendo-se em seus padrões econômicos e facilitando a inserção dos jovens dessa população devido a “referência familiar, patrimonial e de poder”¹⁶ (Pochmann, 2000, p. 51).

Atualmente, pelo que vemos, temos uma realidade cruel de escassez de vagas no mercado, que segundo Pochmann (2000a):

A diferenciação no padrão de inserção ocupacional encontra-se associada diretamente a maior concorrência no interior do mercado de trabalho, produto principal da escassez de emprego e oferta abundante de mão-de-obra. Por conta disso, prevalecem os sinais que apontam tanto para a segregação ocupacional quanto para o reforço de novas condições de produção e reprodução da marginalidade social nas menores faixas etárias da população ativa (p. 52/53).

¹⁶ Ainda não podemos esquecer o que hoje é chamado de “exportação de mão-de-obra nacional” com a saída de jovens brasileiros para o mercado de trabalho internacional.

De fato, segundo o mesmo autor, há sinais inquestionáveis de alteração do padrão de inserção do jovem. Isto se mostra principalmente na decadência em termos de qualificação e remuneração dos postos criados pelas economias brasileiras, caracterizadas principalmente em serviços básicos. Geralmente temos os postos existentes sendo ocupados pelos adultos com maior escolaridade e qualificação.

Sendo assim, aos jovens brasileiros estão cada vez mais associados aos segmentos de baixa produtividade e com caracterizada precarização tanto das condições de trabalho como das condições de remuneração (Pochmann, 2000a).

Este panorama indica a gravidade do assunto em questão, estando a cada dia mais urgente a necessidade de que o Brasil volte sua atenção para a situação da juventude brasileira. As portas fechadas para o mercado de trabalho e a dificuldade de acesso ao ensino superior tende a tornar cada vez mais o quadro mais grave, pois esta situação “empurra” o jovem para marginalização e para a desagregação sócia (op. cit.).

Vale salientar que o modelo de família em que existem os papéis tradicionalmente definidos como o do pai provedor e da mãe doméstica esta sendo crescentemente alterado. Atualmente toda a família tende a trabalhar fora, o que em camadas populares da população tem ocasionado deixar os estudos em segundo plano. A necessidade urgente da sobrevivência tem pressionado os filhos a dedicarem menos anos aos estudos¹⁷.

É importante ressaltar que a exclusão do trabalhador com baixa qualificação não se dá apenas pela elevação da exigência dos postos de trabalho, mas pela possibilidade de contratação de profissionais com nível de qualificação acima do que é exigido pelo posto de trabalho. O declínio econômico garante que se tenha um excedente de mão-de-obra, inclusive qualificada.

1.2.4. As Vivências de Jovens no Mercado de Trabalho

Martins (1997) propõe uma reflexão a respeito da juventude e do trabalho, já que diante das questões que hoje temos em relação ao mundo do trabalho, que “acentuam as dificuldades de inserção e de permanência no mercado do trabalho”, esta parcela significativa da população

¹⁷ Incluindo o trabalho precoce infantil, que não nos deteremos nesta pauta por não ser nosso foco de discussão.

precisa ser alvo de investigação para verificar como a juventude tem sido atingida pelas transformações no mundo do trabalho.

No âmbito da desvantagem do desemprego, o que os dados citados anteriormente nos mostram é que a parcela jovem da população vem apresentando os maiores níveis de desemprego. Este fato nos alerta sobre a dificuldade dos jovens de inserirem-se no mercado de trabalho e também sobre a necessidade emergente de estudos que problematizem essa questão.

Algumas expressões das dificuldades enfrentadas pelos jovens são brevemente pontuadas por Pais (apud Martins, 1997), que considera também a insatisfação dos jovens a respeito das perspectivas diante do mercado de trabalho:

- “a diminuição das oportunidades de empregos para os jovens, principalmente em decorrência da introdução de novas tecnologias, com as exigências de maior qualificação e experiência;
- a significativa mobilidade ocupacional dos jovens, com a circulação por diversas situações seja de trabalho (formação, aprendizagem, precariedade, vínculo temporário, em tempo parcial etc.);
- a precarização do trabalho juvenil é acompanhada pela periferação dos jovens em torno do mercado de trabalho secundário, tanto em consequência de sua fraca especialização/qualificação, que os orientaria para o trabalho nos setores periféricos, quanto por uma preferência pelo trabalho ‘interminente’, antes de buscarem estabilidade e assumirem maiores responsabilidades”.

Bajoit e Fransen (1997), em estudos realizados na Bélgica, reafirmam essa característica do “menos”, onde a maioria dos casos investigados o emprego é precário. Eles afirmam que as experiências de trabalho são diferentes para diferentes jovens, e na maioria dos casos, essas experiências são marcadas por empregos “alternativos”, trazendo a qualidade de “sub-status”. Segundo os autores, essa condição resulta em aquisições de novas referências e orientações em relação ao trabalho, onde a situação de provisoriedade não traz outras saídas entre as exigências do mercado de trabalho e as suas aspirações ou seja, à padronização. rações e reais possibilidade.

Os mesmos examinaram as representações e atitudes dos jovens com relação ao desemprego, interrogando-se sobre as formas de desagregação do modelo cultural e sobre a emergência de novas orientações com relação ao trabalho.

Perceberam que o desemprego por alguns jovens é visto com um forte sentimento de degradação social e pessoal. O adiamento da saída da casa dos pais e a aproximação com a bebida foram pontos que os jovens tocaram como sendo resultantes da situação de desemprego, havendo uma percepção negativa de que se a condição de desemprego continuar por muito tempo as únicas perspectivas são o alcoolismo ou a loucura.

Os mesmos autores contradizem as noções que afirmam que os “jovens perderam o sentido do valor do trabalho”, para eles o trabalho continua a ser uma importante fonte de normatividade e uma experiência central de socialização para a juventude. Segundo os mesmos, o trabalho, ou “o exercício de uma atividade produtiva com caráter social assegurando uma independência financeira”, permanece uma expectativa básica e essencial para os jovens (Bojoit & Franssen, 1997, p.79). Porém eles chamam atenção para as múltiplas experiências e significações que o trabalho exerce na vida dos jovens, pois apesar das palavras serem as mesmas, como *trabalho*, *emprego*, e *desemprego*, as significações são diversas.

Refletindo sobre a realidade dos jovens das classes trabalhadoras, além da possível percepção negativa do trabalho, e da falta de perspectiva para o futuro, vemos que o grande agravante da sua situação de desemprego é a relação subalterna que esses jovens mantêm com o mundo do trabalho.

Apesar das dificuldades de inserção no mercado de trabalho, Bajoit e Franssen (op. cit.) percebem que o modelo tradicional de trabalho ainda permanece desejado e presente na vida dos jovens. O trabalho aparece como uma necessidade vital, uma obrigação social e um dever moral, que tem como contrapartida o *status* social e a satisfação pessoal.

Em relação à condição de desemprego desses jovens, segundo os mesmos autores, estes se sentem em condição de vulnerabilidade social por conta da ausência de mediação pelo trabalho, que de modo geral fragilizam suas redes sociais. De acordo com os mesmos, a cultura do trabalho, o que proporcionaria uma identidade digna e positiva ao trabalho, torna-se cada vez mais uma referência distante, porém, sempre desejada.

Um ponto importante a se ressaltar é a atitude dos jovens frente à situação de desemprego, onde estes se sentem marginalizados frente à sociedade, mas ao mesmo tempo nela tentam se inserir. Diante das normas adquiridas há uma impraticabilidade, que é vivida dolorosamente e sem perspectiva de compensação, havendo uma retração sobre as referências que dispõem.

Apesar do distanciamento e da dificuldade de inserir-se no mercado de trabalho, segundo os autores, o emprego continua a ser o lugar privilegiado da participação social, e um elemento essencial da identidade dos jovens, onde não ter emprego é ser excluído.

O ideal do emprego satisfatório continua a ser fantasiado, aquele emprego que assegure um ganho e se possível que permita desempenhar algo que der prazer. O que parece ser o mais difícil é o sentimento de desvalorização social que provém da condição de desemprego, parecendo haver um conflito principal no que se refere à imagem que esses jovens têm de si e que a sociedade tem deles. A imagem de desempregado vem como algo degradante, ferindo a identidade social e pessoal desses jovens, que não se percebem na imagem refletida na sociedade.

Vale ressaltar que os autores destacam as características multidimensional e evolutiva do desemprego, eles insistem na simultaneidade das diferentes lógicas presentes na experiência concreta do desemprego. Os mesmos autores consideram que as aspirações não podendo ser realizadas no âmbito do mercado de trabalho, transformam-se em atitude de auto-preservação, entre desestruturação psíquica e o distanciamento lúcido. Resultando dessa atitude uma resposta marcada pela indiferença às ofertas tradicionais de formação, que são amplamente elaboradas com base nas normas do modelo tradicional de trabalho.

Se na ética tradicional, o trabalho é considerado como um dever moral e social, e se através de sua participação no processo de produção o indivíduo pode pretender a uma auto-realização, tanto no plano da satisfação pessoal, quanto do status social, diante do exposto podemos perceber que há um contingente enorme de jovens excluídos desse processo. O que parece, de acordo com Bajoit e Fransen, é que para os jovens esta referência tornou-se longínqua e impraticável e esta degradação é vivida geralmente sob a forma de crise. O que vemos é que a crise de praticabilidade e de legitimidade das normas tradicionais de trabalho traz como possibilidade uma mutação estrutural das orientações com relação ao trabalho.

Tudo isso indica que a experiência de trabalho de numerosos jovens passa a ser caracterizada por uma distância importante, sentida e expressa, entre suas aspirações e a realidade do trabalho. Frequentemente a decepção os espera na entrada do mundo do trabalho.

Os mesmos autores complementam que após o espaço protegido da escola, o mercado de trabalho parece ser o lugar da decepção e do desencantamento:

A maior parte dos jovens experimenta um fosso entre suas aspirações e a realidade concreta do mercado de trabalho. A gestão dessa defasagem dá lugar a diversas estratégias de minimização do envolvimento do trabalho e de reinvestimento na esfera privada, em proveito do trabalho autônomo. À exceção dos jovens que dispõem de meios para concretizar um projeto de auto-realização no campo profissional, a maioria não encontra mais num emprego assalariado um modo satisfatório de auto-realização (Bajoit e Fransen, 1997).

Em relação à identidade dos jovens investigados por Bajoit e Fransen, estes destacam que a maioria deles não viveu as condições de constituição de uma identidade coletiva a partir do trabalho. Para a maior parte dos jovens a experiência no mundo do trabalho tem sido vivida individualmente, sem referência a um coletivo, o que resulta numa individualização das suas trajetórias profissionais e de suas expectativas.

Pelo que Pochmann (2000a) identifica, duas escolas principais orientam as estratégias de geração e manutenção do primeiro emprego: a microeconômica e a macroeconômica.

A primeira se caracteriza pela concentração na oferta e demanda de trabalho, priorizando a redução do custo do trabalho e a flexibilização das regras de contratação. Nesta escola a formação e qualificação profissional são predominantes enquanto as formas de políticas voltadas para a geração de emprego e renda. Segundo o autor, esta escola entende o mercado de trabalho como o foco principal para a resolução do problema, pois uma vez este em bom funcionamento resolve-se o problema das vagas.

Neste mesmo sentido, a focalização do papel do indivíduo passa a ser o mote principal de atuação daquelas políticas. Tende-se a ressaltar o currículo, a qualificação, a mobilidade e postura individual etc. Ao indivíduo cabe adaptar-se ao mercado de trabalho, que por sua vez é entendido como independente da economia mais global. Ao que parece, nesta compreensão,

o problema deixa de ser um problema de ordem pública para se de responsabilidade individual – exemplo disso é o atual debate sobre “empregabilidade”.

Uma gravidade ressaltada pelo autor é de que muitas vezes o trabalho do jovem é considerado inferior ao do adulto, o que exigiria uma compensação ao empregador que o contrata através de flexibilização nas formas de contrato, que variam entre estágio, contratação para experiência, contratação de formação, jovem aprendiz etc. Segundo Pochmann, esta tendência caracteriza-se enquanto uma atuação baseada na linha neoliberal. Para ele há controvérsias em relação a este aspecto.

Na análise microeconômica prevalece a idéia de que o desemprego jovem não se dá por um problema mais amplo, e sim pelo fato de que não existe a escassez de emprego. O que há são problemas na mão-de-obra que se apresenta sem qualificação, com exigência de salários acima do oferecido, e baixa produtividade.

Em oposição, tem-se a escola macroeconômica, que compreende o desemprego jovem como estando atrelado ao movimento geral da economia. Neste sentido, resalta-se a importância das políticas públicas, que depende do investimento público, pois com a expansão econômica, conseqüentemente amplia-se o número de vagas abertas.

Falar em políticas públicas neste caso, significa um macro direcionamento das intenções em níveis de políticas fiscais, monetárias, tecnológicas, comerciais etc. Ainda com grande importância nas políticas sociais como educação, saúde, habitação, transporte etc.

Pochmann (2000a) sugere algumas diretrizes para amenizar o problema do desemprego jovem:

1. Necessidade de crescimento sustentado por um período longo de tempo – atrelando-se uma agência nacional especial para o ingresso da juventude no mercado de trabalho, com cinco linhas de ação:
 - a. Serviços de informação;
 - b. Centros de expressão e criatividade;
 - c. Unidades de monitoramento da inserção ocupacional;
 - d. Sistema nacional de treinamento e formação profissional;
 - e. Programa nacional de promoção de trabalho para a juventude.

2. Programa de integração social e cultural – com o objetivo de fortalecer a expressão dos jovens em diversas áreas como cultura, esporte, ciência etc.. Serviria como uma contraposição à violência e à marginalização;
3. Conjunto de serviços e informações para a área educacional e profissional – acesso a escolas técnicas, a cursos de qualificação, a cursos superiores, a informações sobre os tipos de profissão, sobre as condições de trabalho e de remuneração etc.;
4. Sistema nacional de treinamento e formação profissional – articulado e integrado com as políticas nacionais de geração e emprego. Inclui-se aqui a implementação de cursos preparatórios e de aprendizagem: de curta duração, de pré e pós-profissionalização, de treinamento continuado, e de educação à distância;
5. Programa nacional de promoção de trabalho – direcionado para o jovem desempregado e para o primeiro emprego. Com a necessidade de articulação entre o sistema escolar e o trabalho, facilitando a transição de uma para o outro.

Como vemos, o desemprego jovem é algo que merece ser observado com bastante atenção, uma vez que este pode servir de indicativo das condições da economia de um país, assim como das condições sociais. O alto número de parcelas jovens da população em condição de desemprego aponta para um futuro incerto e perigoso, quando ao mesmo tempo não se tem políticas que objetivem reverter o quadro ou acobertar socialmente os que estão sendo vitimados.

No próximo item nos deteremos no entendimento subjetivo das repercussões da vivência do desemprego nos jovens entrevistados. Nos apoiaremos nas contribuições da Psicodinâmica do Trabalho, uma vez que a mesma nos instrumentaliza para analisarmos os aspectos mais invisíveis da vivência subjetiva, ou seja, do sofrimento resultante de uma situação de confronto com a organização do trabalho. Neste caso, da exclusão do mundo do trabalho e da rigidez que os jovens encontram nas tentativas de inserção.

1.3. A Contribuição da Psicodinâmica do Trabalho

Segundo Dejours (1999), a principal fonte de injustiça e de sofrimento na sociedade atual é o desemprego, e dessa forma o trabalho não poderia deixar de ser “o grande palco do sofrimento” (para os que estão dele excluídos e para os que nele ainda permanecem).

O autor considera que a relação subjetividade e trabalho e o sofrimento que dela é resultante foi historicamente negligenciada pelas organizações sociais. Certamente, essa negligência se deu por várias razões, a principal delas são teses neoliberais, que tanto é a causa dos ajustes econômicos que vêm transformando o mundo do trabalho, como também vem colocando em questão a centralidade do trabalho, tais teses são:

- *Não existe mais trabalho. Este se tornou artigo raro em nossa sociedade. As principais razões disso são o progresso tecnológico, a automatização, a robótica etc.*
- *O trabalho não mais suscita problema científico, tornou-se inteiramente transparente, inteligível, reproduzível e formalizável, sendo possível substituir progressivamente o homem por autômatos. O trabalho diz respeito tão-somente à execução. Os únicos problemas residuais da empresa resop. cit. na concepção e na gestão.*
- *Como perdeu o seu mistério, o trabalho não mais se presta à realização do ego nem confere sentido à vida dos homens e das mulheres da “sociedade pós-moderna”. Convém, pois, procurar substitutos do trabalho como mediador da subjetividade, da identidade e do sentido (Dejours, 1999, p. 42).*

Dejours contesta essas teses afirmando que: 1) o trabalho não se tornou um artigo raro, mesmo com o “enxugamento dos quadros” os que permanecem trabalham muito mais e intensamente, assim como a jornada de trabalho destes não pára de aumentar, principalmente os terceirizados; 2) grande parte do trabalho tem sido deslocado para os países pobres onde há uma força de trabalho mais barata e a exploração mal remunerada ou sem remuneração; 3) o trabalho *não é inteiramente inteligível*¹⁸ (como prega os defensores da qualidade total) uma vez que são cada vez mais numerosos os casos de incidentes e acidentes que comprometem a qualidade e a segurança no trabalho – incluindo condições de higiene e negligências do setor médico; 4) *o trabalho continua sendo o único mediador da realização do ego no campo social, e não se vê atualmente nenhum candidato capaz de substituí-lo* (Rebérioux, 1993 apud Dejours, 1999, p. 43); 5) Apesar do trabalho ser mediador da emancipação, para quem tem

¹⁸ Grifos nossos.

emprego também é gerador de sofrimento; e 6) Há uma dificuldade para reagir coletivamente contra o sofrimento no/do trabalho.

Quanto a este último ponto sobre a reação coletiva contra o sofrimento, o autor se refere à imobilização em que vem decaindo os movimentos sindicais, havendo também uma diminuição e um maior receio no caso das greves coletivas. Dejours lança a seguinte questão: esta situação é causa ou consequência da reestruturação que o trabalho vem sofrendo? A partir daí o mesmo passa a analisar a tolerância social ao sofrimento e à injustiça. Porém, apesar de sabermos da importância do tema, não teremos aqui a intenção de aprofundar neste debate, uma vez que estaremos focalizando a questão do sofrimento e do desemprego.

O sofrimento por conta do trabalho não é um tema novo, tem sido trabalhado já há algumas décadas por pesquisadores em todo o mundo. Geralmente (na maioria dos trabalhos) este sofrimento é “lido” no âmbito dos sujeitos que se mantêm empregados, ou seja, na dinâmica das relações ditas “de trabalho”.

Porém, do outro lado dessas relações de trabalho estão os que delas foram excluídos, os desempregados. Do mesmo modo que há sofrimentos específicos na situação de emprego, devido a peculiaridade daquelas relações, há o sofrimento dos que delas são privados. E é exatamente neste *locus* que pretendemos aprofundar nossa análise.

Sabendo dos diversos tipos de desemprego que hoje são classificados pelos estudiosos em economia (Pochmann; Singer; entre outros), nos debruçaremos sobre aqueles que, por conta de uma condição conjuntural que engloba a economia em todo o mundo, permanecem impedidos de inserirem-se no mundo do mercado: os jovens.

Analisar este cruzamento entre trabalho e juventude significa adentrar num campo transversalizado por diversos outros aspectos que tornam a temática largamente complexificada. Significa falarmos de qualificação, relações de gênero, políticas públicas, exclusão social, pobreza, violência, criminalidade, entre outros. Tentaremos realizar este feito uma vez que todos estes temas eclodiram do campo de pesquisa e fazem parte da fala de todos os sujeitos entrevistados.

À condição dos sujeitos que fazem parte da presente análise, de *não conseguir empregar-se*, Dejours (1999)¹⁹ chama de *desempregado primário*²⁰, e, tanto nesta condição quanto nas condições de *perda do emprego* ou do *não reemprego* há a experiência da *dessocialização progressiva*, caracterizada pelo sofrimento.

A vivência deste sofrimento é antes de tudo *subjetiva*, e se refere diretamente ao equilíbrio do *sujeito*. Vale ressaltar que aqui estamos nos valendo da concepção dejouriana de sujeito: refere-se a “quem vivencia afetivamente a questão” (op. cit., p. 29), não se trata, portanto, de uma denominação genérica para designar qualquer pessoa ou um agente indefinido:

(...) a história específica de um indivíduo que faz com que dois indivíduos não sejam jamais idênticos, história que se constitui o que em psicanálise se chama Sujeito, com um grande S (Dejours, 1994, p. 36).

Em se tratando de *subjetividade*, esta se refere à *afetividade*, ou seja, uma emoção ou um sentimento que não é apenas um conteúdo de pensamento, mas sobretudo um estado do corpo, é o modo pelo qual o próprio corpo vivencia seu contato com o mundo (op. cit.):

A subjetividade é dada, acontece, não é uma criação. O essencial da subjetividade é da categoria do invisível. O sofrimento não se vê. Tampouco a dor. O prazer não é visível. Esses estados afetivos não são mensuráveis. São vivenciados “de olhos fechados”. O fato de que a subjetividade não possa jamais ser medida nem avaliada quantitativamente, de que ela pertença ao domínio das trevas, não justifica que se lhe negue a realidade nem que se despreze os que dela ousam falar de modo obscurantista. Ninguém ignora o que sejam o sofrimento e o prazer, e todos sabem que isso só se vivencia integralmente na intimidade da experiência interior (Dejours, 1999, p.29) (...) Negar ou desprezar a subjetividade e a afetividade é nada menos que negar ou desprezar no homem o que é sua humanidade, é negar a própria vida (Henry, 1965 apud Dejours, 1999, p.29).

Dessa forma, o autor afirma que as vivências subjetivas, que são antes de tudo qualitativas, não se permitem serem quantificadas. Qualidades como prazer, satisfação, frustração, agressividade, sofrimento, dificilmente podem ser traduzidas em números, principalmente quando se trata da relação homem-trabalho, em que existem muitos efeitos “concretos e reais” de natureza descontínua.

¹⁹ Este livro – *A Banalização da Injustiça Social* – analisa as condições de reestruturação econômica da França e as conseqüências das mesmas sobre as relações de trabalho e a vivência subjetiva dos trabalhadores resultante deste processo. Porém, consideramos que os temas propostos na obra são absolutamente pertinentes para outros países (considerando as devidas particularidades de cada um deles), pois o mesmo traz análises imprescindíveis para que possamos melhor compreender o nosso objeto de estudo.

²⁰ Pochmann(2001) nomeia de *desemprego de inserção*.

Buscando um meio de trabalhar esses fenômenos, Dejours retoma o princípio da economia psíquica, em que o indivíduo dispõe de diversas vias para descarregar energia quando excitado. O autor nos traz três fatos: o organismo humano não é um “motor humano”; cada trabalhador possui uma história pessoal, que lhe confere a qualidade de ser único; e que individualmente cada trabalhador dispõe de vias próprias de descarga (Dejours, 1994).

Um importante destaque em relação à psicoeconomia, é o fato de que a organização do trabalho se caracteriza por ser “a vontade do outro” para um ente determinado, que passa a ser dominado, controlado, e explorado ao máximo. Sendo o trabalhador, muitas vezes, *despossuído de seu corpo físico e nervoso, domesticado e forçado a agir conforme a vontade de um outro* (Dejours, 1994), estando aí a contradição principal entre o desejo de trabalhar e a vontade do empregador, gênese de conflito e sofrimento.

Dejours (1986) faz uma consideração ao trabalho em que nem sempre este é um fator patogênico, ao contrário, o trabalho tem um papel “estruturante” tanto em relação à saúde mental como à saúde física.

O autor enfatiza a necessidade, em estudos da relação *trabalho-saúde mental*, do rompimento com os modelos médico e psiquiátrico, e uma maior importância ao contexto social e histórico no qual está inserido. Em suas palavras:

Para penetrar no campo da relação trabalho-saúde mental será necessário considerar, antes de tudo, dentro do trabalho, aquilo que especifica como “relação social” e aí tentar articular um modelo de funcionamento psíquico, que arranje um lugar teórico específico para a interface singular-coletivo (Dejours, 1994).

O mesmo traz a importante consideração de que para abordar a relação trabalho - saúde mental, é necessário uma ruptura epistemológica suplementar, já que a psicopatologia tradicional baseia-se na fisiopatologia das doenças, focalizando as doenças mentais e a loucura. Para ele, o campo que deve ser estudado é o da normalidade, e não o da loucura. Sua justificativa se encontra no fato de que os sujeitos estudados são os que apesar das pressões que enfrentam, conseguem evitar a doença e a loucura. Além do que a “normalidade dos comportamentos não implica a ausência de sofrimento”.

O sofrimento, desde que perdure por um longo espaço de tempo, leva à doença mental ou física. A explicação para isto é o ataque aos alicerces da identidade. O principal destes ataques é a vivência do medo diante da ameaça da exclusão – “seja por si, pelos próximos, pelos amigos, ou pelos filhos” (Dejours, 1999, p. 19).

O medo a que Dejours se refere (op. cit.) atrela-se à *banalidade*. Esta banalidade é subjacente ao sistema liberal econômico. Em sua análise, o autor se propõe a dar uma outra identificação a um processo que está cada vez mais visível por conta das mudanças políticas ocorridas nas últimas décadas. Neste processo, o mesmo analisa a tolerância social diante do mal e da injustiça, e a *intencional* nomeação de *adversidade* ao que ele chama de *exercício do mal*. Mal este que é praticado por uns contra os outros²¹.

Sua compreensão é de que na atual fase de desenvolvimento histórico não há solução em curto prazo para essa adversidade social gerada pelo liberalismo econômico, pois a banalização do mal é subjacente a tal forma econômica (1999, p. 22).

O *sofrimento* se caracteriza pelo “estado compatível com a normalidade, mas que implica numa série de mecanismos de regulação” (Dejours, 1992, p. 9). Esta noção de sofrimento “implica num estado de luta do sujeito contra as forças que estão empurrando em direção à doença mental” (op. cit., p. 10). Essas forças surgem da *organização do trabalho*, que são, nesta compreensão, tanto a divisão do trabalho (divisão das tarefas, o ritmos impostos, a prescrição do modo operatório) quanto a divisão dos homens (hierarquias, repartições de responsabilidade e os sistemas de controle) (op. cit.).

O sofrimento surge “quando estão bloqueadas todas as possibilidades de adaptação entre a organização do trabalho e o desejo dos sujeitos” (Dejours, 1992). Para se proteger desse sofrimento, os sujeitos elaboram um conjunto dinâmico de *estratégias defensivas*. Estas últimas se referem aos meios pelos quais os sujeitos conseguem se manter em equilíbrio apesar das pressões que sofrem no seu cotidiano.

Uma forma de estratégia defensiva são as *ideologias defensivas*, que são ideologias compartilhadas num coletivo e que têm a finalidade de combater uma ansiedade

²¹ O autor faz uma aprofundada análise desse *mal* e sua relação com a resignação e imobilização política em que vive a sociedade. Não é de nosso interesse ampliar nesta discussão, visto que a mesma se faz principalmente no âmbito das relações sociais dentro das empresas, tais como a institucionalização da mentira, o trabalho sujo etc. Estaremos sim, considerando as contribuições da obra no que se mostra pertinente ao presente estudo em termos de desemprego e suas relações com a subjetividade.

desequilibrante, “tem por objetivo mascarar, conter e ocultar uma ansiedade particularmente grave” (op. cit., p. 35). Esta ansiedade se não combatida inviabiliza o sujeito para o trabalho.

Caso a ideologia fracasse, a ansiedade, que antes era coletiva, passa a um nível individual, e sendo assim, o sujeito isolado terá que reagir contra a ansiedade que agora se torna concreta. Dejours (1992) menciona três formas principais de reação: 1) o alcoolismo; 2) emergência de atos de violência; e 3) a loucura e suas diversas formas de descompensação.

Ainda sobre a ideologia defensiva, é importante marcar algumas características funcionais (op. cit.):

- Trata-se de um mecanismo de defesa elaborado por um grupo social particular;
- Os perigos contra os quais se luta não são intrapsíquicos, mas sim reais;
- Precisa-se da participação de todos envolvidos, o sujeito que dela não partilhar é excluído;
- Supõe arranjos rígidos com a realidade;
- Tem um caráter vital e obrigatório – substitui as defesas individuais e os torna impotentes.

A seguir buscaremos definir e localizar algumas das categorias da Psicodinâmica do Trabalho que nos servirão de ferramentas para analisar nosso objeto de estudo. Vale ressaltar que algumas delas se referem às relações entre os sujeitos e a organização do trabalho, mas tentaremos operacionalizá-las no âmbito do desemprego jovem.

Uma primeira característica da vivência subjetiva no trabalho, é a *vivência depressiva*, marcada pela sensação de cansaço e que nela encontram-se condensados os sentimentos relacionados abaixo:

- *Indignidade*: a falta de significação e o sentimento de vergonha por de ser forçado ao contato com uma tarefa desinteressante;
- *Inutilidade*: remete à falta de qualificação e de finalidade do trabalho. Quando se desconhece no conjunto da atividade da empresa a significação do próprio trabalho. Quando a tarefa não tem significação humana;
- *Desqualificação*: a imagem de si que repercute no trabalho, quanto mais a tarefa é complexa, mais honroso o trabalho

Sobre a fadiga, é importante destacar, que de acordo com Dejours (1992), trata-se de algo que é simultaneamente somático e psíquico. É somático porque sua origem está no corpo, e psíquica por ser subjetiva e ao mesmo tempo um obstáculo para o psicossomático. E ao contrário do que se prega (biologia, fisiologia), a fadiga pode ter a sua origem na inatividade,

não sendo portanto, um componente exclusivo da sobrecarga de esforços físicos. A inatividade resulta em fadiga porque não se trata “de um simples repouso, mas, ao contrário, uma repressão – inibição da atividade espontânea” (Dejours, 1992, p. 130).

Para compreendermos ainda melhor a complexidade destes processos que até agora descrevemos, é de fundamental importância que possamos discorrer brevemente sobre a noção de desejo utilizada pela Psicodinâmica do Trabalho. Também se faz importante salientar que o desejo é privilegiado do ponto de vista da subjetividade, ou seja, do ponto de vista do sujeito – o que não permite que esta categorização seja generalizada.

Frisamos que ao falar em desejo, excluimos qualquer relação deste conceito com o conceito de motivação, que segundo Dejours (1994 b) não têm muita coisa em comum, tanto por serem de teorias diferentes, como por se tratarem de conteúdos de espécie diferentes.²²

Embora se apóie na noção psicanalítica de desejo, o mesmo autor afirma que esta ciência nada tem a dizer sobre o desejo no trabalho, mas tem uma questão a fazer: “no trabalho contemporâneo, qual o lugar do Desejo, e qual é o lugar do Sujeito?” (op. cit., p. 39).

Segundo a Psicodinâmica do Trabalho, quanto mais alto na hierarquia estiver colocado o indivíduo (hierarquia das relações de trabalho), mais espaço há para o desejo e para o sujeito. Sendo assim, o desejo e sua satisfação fazem parte integrante do trabalho (op. cit., p.40) por duas vias: 1) quando a posição é expressão do desejo; e 2) quando o sujeito dispõe de espaço e autonomia para a realização do desejo no dia-a-dia.

No lado oposto está o não lugar para o sujeito, ou o pouco lugar para o sujeito. Na base da hierarquia não há espaço para o desejo, pois se este surge, implica em conflito com o próprio trabalho. E desse modo:

É preciso calar o desejo, é preciso “reprimir” o Desejo, por medo que ele venha incomodar esse “comportamento” que constitui o modo cotidiano de operação (Dejours, 1994, p. 40).

A contradição aí gritante é o fato de que é o próprio trabalhador que deve lutar contra o seu desejo. Porém, atacando-se o Desejo, *se ameaça o regulador natural do equilíbrio psíquico e somático* (op. cit.).

²² Sobre esta discussão ver DEJOURS, Christophe. *Désir ou Motivation? L'Interrogation Psychanalytique sur le Travail*. In: MOULIN, Michel (org.) *Quelles Motivation ou Travail?* Paris: Entreprise Moderne d'Édition, 1982.

No sentido dos que se encontram excluídos da vivência no âmbito das relações de trabalho, há o sofrimento dos que temem não estar à altura do que é imposto pela organização do trabalho, tais como “imposições de horário, de ritmo, de formação, de informação, de aprendizagem, de nível de instrução e de diploma, de experiência, de rapidez de aquisição de conhecimentos teóricos e práticos” (Dessors & Torrente, 1996 apud Dejours, 1999, p. 28) e de “adaptação à ‘cultura’ ou ideologia da empresa, às exigências do mercado, às relações com os clientes etc (Dejours, op. cit.).

Segundo Dejours (1992, p. 133), “disfarçado e mascarado, o sofrimento só pode ser revelado através de uma capa própria a cada profissão, que constitui de certa forma sua *sintomatologia*”. No caso específico da presente pesquisa, não investigaremos nenhuma profissão, mas uma situação que nega a participação do indivíduo no mundo do trabalho.

2. Aspectos Metodológicos

Neste capítulo queremos ressaltar discussão metodológica, tema inevitável quando se trata de pesquisa social e que traz em seu bojo o caráter subjetivo. Dedicaremos uma parte da presente dissertação para tal intenção, pois acreditamos que é de fundamental importância aprofundarmos neste debate, tanto para a nossa própria organização do que temos construído; e também como contribuição para os trabalhos que porventura possam ser realizados a partir deste, ou que o utilize como referência.

É importante situarmos onde se localiza este trabalho no âmbito da pesquisa social e quais as considerações fundamentais sobre as quais o mesmo se firma. Primeiramente gostaríamos de destacar nosso objetivo geral enquanto constantes no projeto: *Analisar as repercussões do desemprego na vivência subjetiva de jovens*; assim como os objetivos específicos: *Revelar as expressões e características da vivência subjetiva do desemprego em jovens entre 18 e 24 anos*; *Desvelar as estratégias de reação frente à condição do desemprego*; *Identificar a percepção que os jovens têm do mundo do trabalho e do desemprego*.

2.1. Conhecimento Científico, Método e Pesquisa Social

Relacionado às vivências subjetivas, partimos do pressuposto que estas são eminentemente pessoais e com significados diversos dependendo da história de vida de cada indivíduo.

Mantendo-nos neste aporte, consideramos aspectos que emergiram do campo empírico, tais como o medo, a frustração, a ansiedade, a satisfação, a alegria etc. dizem respeito a um nível de realidade que não pode ser quantificado. Desse modo, é interessante considerar alguns pressupostos e questões atualmente em debate nas ciências, principalmente no que diz respeito ao que as Ciências Sociais nos traz enquanto especificidade da ciência qualitativa que investiga as relações humanas na dinâmica em sociedade.

Consideramos, em acordo com as idéias trazidas por Minayo (1992) que as correntes de pensamento têm sua história própria, veiculam uma visão de mundo e têm a ver com a realidade social complexa onde foram geradas e que dela são expressão.

A autora traz algumas reflexões importantes sobre a especificidade das Ciências Sociais. Um primeiro ponto é o fato de que nas Ciências Sociais o objeto é histórico, ou seja, as sociedades humanas são definidas em espaço e tempo, constituídas por grupos sociais mutáveis e em constante transformação. Sendo assim, tudo é provisório: as leis, as instituições, as visões de mundo etc.

Um desdobramento desse primeiro ponto resulta em considerar o objeto de estudo possuidor de “consciência histórica”. As Ciências Sociais estão sempre submetidas às questões postas em cada época, e os seus limites são dados pelo patamar de desenvolvimento social da realidade onde se insere. Sendo assim, “tanto os indivíduos como os grupos e também os pesquisadores, são dialeticamente autores e frutos de seu tempo histórico” (Minayo, 1992 p. 21).

É interessante lembrar que na presente pesquisa, as pessoas participantes são consideradas como sujeitos ativos e determinados pelas condições concretas em que vivem, ao mesmo tempo em que determinam também aspectos da realidade que as cerca. A escolha de jovens pobres justifica a compreensão de que é na pobreza que podemos encontrar a mais fiel expressão das escolhas que vêm direcionando o país tanto política como economicamente.

Também é nos jovens pobres que encontramos um resumo do que não se tem podido ser, do que não se tem podido existir, do que não se tem podido participar. É neles que visualizamos nitidamente a sombra da exclusão e da perspectiva preocupante que tem apontado para o futuro.

Outra característica importante ressaltada pela autora é a “identidade entre o sujeito e o objeto”, em que sendo ambos possuidores de vivências e história próprias, estão necessariamente imbricados entre si.

Para Minayo (op. cit.), nas Ciências Sociais a visão de mundo do pesquisador está implicada no processo de conhecimento, indo desde a concepção do objeto até o resultado do trabalho. Para ela, esta é uma condição da pesquisa que permite a crítica não apenas sobre as condições de compreensão do objeto, mas também do próprio pesquisador. A autora ilustra esta consideração com uma citação de Lévy Strauss: “Numa ciência onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador é, ele mesmo, uma parte de sua observação” (apud Minayo, 1992).

A partir desta noção, de que o objeto e sujeito estão intimamente imbricados entre si, nos colocamos contrários à noção de que a cientificidade da investigação está na neutralidade do pesquisador, nas palavras da autora:

A cientificidade, portanto, tem que ser pensada como uma idéia reguladora de alta abstração e não como sinônimo de modelos e normas a serem seguidos. A história da ciência revela não um “a priori”, mas o que foi produzido em determinado momento histórico com toda a relatividade do processo de conhecimento (Minayo, 1994, p. 12).

Vale ressaltar o fato das Ciências Sociais serem intrínseca e extrinsecamente ideológicas, ou seja, toda ciência é comprometida, veiculando visões de mundo e interesses historicamente construídos, que se submetem ao mesmo tempo em que resistem às limitações dadas pelos poderes dominantes vigentes em determinados momentos históricos.

No que se refere à conceituação de pesquisa, Minayo a entende como “a atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade” (1992, p.23). É uma atitude e uma prática teórica de busca constante, definindo um processo que intrinsecamente é inacabado e permanente. Trata-se de uma atividade de sucessivas aproximações da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Já o termo “pesquisa social”, segundo a mesma autora, traz uma conotação histórica, refletindo posicionamentos frente à realidade, assim como momentos do desenvolvimento e da dinâmica social, preocupações e interesses de classes e de grupos determinados.

Outro ponto importante a ser destacado, também citado pela autora (Minayo, 1992, p. 17) é a vinculação entre o pensamento e ação. Isso significa dizer que um fenômeno só passa a ser intelectualmente um problema depois de sê-lo na realidade prática. Dessa forma compreendemos que os temas de pesquisa não são escolhidos espontaneamente, mas surgem de interesses e situações socialmente determinadas.

2.1.2. Debate sobre as Pesquisas Quantitativas e Qualitativas

Essas considerações relacionadas ao sujeito e ao objeto, importante ponto de pauta nos debates nas Ciências Sociais, trazem à tona a questão das pesquisas *qualitativas*, que habitualmente são postas em oposição às ditas *quantitativas*. Entendemos a presente pesquisa enquanto um estudo *qualitativo*.

Neste sentido, temos dois pontos importantes a salientar sobre a diferenciação entre o método quantitativo e o método qualitativo. O primeiro deles é sobre a compreensão de que um tipo de pesquisa está inevitavelmente implicado no outro tipo e vice-versa. O segundo refere-se à discussão existente nas Ciências Sociais em que há uma distinção entre os dois métodos. Discutiremos brevemente os dois aspectos.

Quanto ao primeiro ponto, Triviños (1987) afirma que toda pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O que ocorre muitas vezes é que na prática, as investigações que pretendem obter resultados objetivos e são baseadas em dados estatísticos dificilmente vão além dos dados quantitativos. Raramente, segundo o autor, aproveitam-se dessa informação para avançar numa interpretação mais ampla. Seu ideal é a verificação empírica de suas hipóteses, ou sua refutação, estabelecendo a existência entre os fenômenos de uma relação estatisticamente significativa ou não.

Neste caso, o equívoco está em transformar a estatística num instrumento fundamental de sua busca, desperdiçando um material hipoteticamente importante. Este tipo de conduta resulta num estudo que, segundo ele, termina onde deveria começar. Perdem o seu caráter qualitativo quando na busca por exatidão de resultados, são transformados em dados quantificáveis (Richardson, 1999).

Sobre o segundo ponto, Minayo (1992) compreende o objeto de estudo das Ciências Sociais enquanto essencialmente qualitativo. Sendo assim, a realidade social só se apreende por aproximação – concordando com Lênin – “é a realidade mais rica do que qualquer teoria, qualquer pensamento que possamos ter sobre ela” (apud Minayo, 1992). Através do pensamento tendemos a fazer distinções sobre momentos e objetos que se nos apresentam, além disso, questões históricas, culturais, políticas e ideológicas, segundo a autora, não podem estar contidas numa fórmula numérica ou dado estatístico.

A autora afirma ainda que as investigações sociais deveriam contemplar o aspecto qualitativo, considerando que o sujeito de estudo insere-se em diferenciadas categorias, tais como condição social, classe social, assim como suas crenças, valores e significados. Isso implica em considerar o objeto das ciências sociais como complexo, contraditório, inacabado, e em permanente transformação.

Minayo (op. cit.) chama atenção para a necessidade de ultrapassar o “viés positivista” nas Ciências Sociais, afirmando que se for possível quantificar, que sejam os dados quantificados, mas caso contrário, devemos ter o cuidado para não atrelar a cientificidade do trabalho à quantificação dos dados.

Quanto a isto Triviños (1987) ressalta que as pesquisas de natureza qualitativa, muitas vezes não precisam de apoio em informações estatísticas, porém isto não significa que sejam especulativas. Elas possuem conceitualmente um tipo de objetividade e de validade que contribuem decisivamente para o desenvolvimento do pensamento científico. O autor salienta que uma característica importante da pesquisa qualitativa é a tendência a desreificar os fenômenos, o conhecimento e o ser humano; assim como também a rejeição da neutralidade do saber científico.

Considerar o presente trabalho enquanto um estudo qualitativo significa que temos a compreensão de objeto de estudo e de sujeito citadas acima, e, portanto, não tivemos a pretensão de numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas, ou seja, não tivemos o instrumental estatístico enquanto base do processo de análise de um problema (Richardson, 1999).

2.2. Categoria de Pesquisa - Estudo de Caso

Diversos são os métodos de procedimento no que se refere aos tipos de estudos existentes. Triviños (1987) traz três principais tipos: exploratórios, descritivos, e experimentais. A partir do nosso interesse de pesquisa e do nosso objeto de investigação, identificamos nosso estudo enquanto *descritivo*.

Neste tipo de estudo uma das principais características é o desejo de obter uma série de aprofundadas informações sobre o tema da pesquisa. No âmbito dos estudos descritivos, identificamos enquanto categoria de pesquisa para a nossa investigação o *Estudo de Caso*. A razão principal para esta classificação se relaciona com o fato de que o Estudo de Caso se caracteriza por ser uma abordagem mais aprofundada de uma realidade específica que tem como objetivo aprofundar a descrição de determinada realidade.

É importante ressaltar que segundo o autor, no Estudo de Caso os resultados não podem ser generalizados, eles são válidos apenas para o caso específico que se estuda. Neste sentido, a

importância deste tipo de estudo é o fornecimento de um conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada, oferecendo possibilidade de encaminhamento de outras pesquisas.

Sendo assim, o presente estudo trata-se de um Estudo de Caso, ou seja, um pesquisa cujo objeto é uma unidade de análise aprofundada.

2.2.1. O Campo de Pesquisa

A pesquisa foi realizada em Camaragibe, município que integra a Região Metropolitana do Recife - RMR, localizado a 16 Km da capital do Estado e está ligado a ela através da rodovia estadual PE-05. Está localizado na zona fisiográfica da Mata Norte e tem como limites, ao Norte, os municípios de Paudalho, Paulista e Recife; ao Sul, os municípios de Recife e São Lourenço da Mata; ao Leste, o município de Recife e a Oeste, o município de São Lourenço da Mata.

O município tem área de 48,12 km², com total, no ano de 2000, de 128.702 habitantes. Deste total tem-se um número de 89.189 pessoas acima de dez anos alfabetizadas. Especificamente, o estudo se deu na área conhecida como “Invasão”, do bairro de Alberto Maia. Nascimento (1997) traz algumas considerações sobre as referências da dos moradores da região:

Enquanto para os moradores de outras áreas ela é percebida como um todo negativo, às vezes chamado de "A Favela", às vezes de "A Invasão" e apontada como o lugar mais violento do bairro, onde se concentram os "maconheiros" e as "almas sebosas", ela tem seu trecho mais próximo à "rua" como sendo o mais valorizado. À medida que se vai afastando, em direção ao seu final e se aproximando do trecho de mata atlântica ainda restante, é considerado mais violento e assim, menos valorizado. Isto se dá, sobretudo, por se considerar que é aí, onde eles chamam "o cóigo" (córrego) onde se leva o "povo pra fazer pacote", ou seja, área onde são depositados corpos de vítimas da violência.

A área da Invasão tem ao menos duas décadas e meia de processo de ocupação, a maioria dos seus moradores são oriundos do interior do estado, de antigas zonas canavieiras e de demais partes da RMR. Seu limite é definido por uma extensa rua calçada que a separa do demais do bairro. Isto já é um ponto de diferenciação, visto que não há ruas calçadas na Invasão. Os acessos são formados por estreitos corredores, a ponto de apenas dois deles permitirem acesso de veículos (op. cit.).

2.2.1.1. Instrumento de Coleta de Dados

Estando o presente trabalho pautado enquanto um Estudo de Caso de natureza qualitativa, chamamos atenção para o fato de que no processo deste tipo de pesquisa não se admite visões isoladas, parceladas ou estanques, pois a mesma se desenvolve em constante e dinâmica e interação, retroalimentando-se e reformulando-se.

Relacionado aos instrumentos de pesquisa, Triviños afirma que estes não são diferentes para pesquisa qualitativa e quantitativa. Os instrumentos tais como questionários, entrevistas etc. são meios “neutros” que ganham características de um tipo de pesquisa ou de outro a partir do momento em que o pesquisador os interage com uma teoria determinada.

No nosso estudo o principal instrumento de coleta de dados foi a Entrevista Semi-Estruturada. Esta escolha se deu pelo fato de que na pesquisa qualitativa a participação do sujeito é considerada um dos elementos do fazer científico, exigindo uma atenção especial ao informante.

Consideramos ser importante a opção pela Entrevista Semi-Estruturada uma vez que esta possibilitou uma flexibilidade e amplitude nas interrogativas, o que permitiu uma boa interação com os participantes. É importante ressaltar que a abertura neste instrumento de coleta de dados permitiu com que os entrevistados estejam *ativamente* participando do conteúdo da pesquisa.

No que se refere aos questionamentos no roteiro de entrevista, é importante frisar que na perspectiva do enfoque qualitativo, estes não nascem a priori, são resultados não só da teoria em que se baseia o pesquisador, mas também de toda a informação já recolhida pelo mesmo sobre o fenômeno social que o interessa (Triviños, 1987, p.146).

Quanto à duração da entrevista, esta se deu de forma variada, de acordo com a pessoa entrevistada, havendo entrevistas de 40 minutos a três horas e meia de duração. Salientamos que houve total respeito com as dinâmicas que se estabeleceram em cada entrevista, pois nenhuma foi igual à outra. Apesar de entendermos que não há um tempo que possa ser considerado como “correto” ou “ideal” para a duração das entrevistas, acreditamos que não houve nenhuma situação em que a “conversa” tenha sido curta ou longa demais a ponto de empobrecê-la.

As entrevistas foram gravadas para que pudéssemos contar com o material integral da “conversa” realizada com os participantes. Para tanto, buscamos a permissão prévia de cada participante.

Houve variação quanto ao horário e ao local da realização das entrevistas. Algumas foram previamente agendadas, enquanto outras foram realizadas imediatamente ao primeiro contato. Quanto ao local das entrevistas, estas se deram tanto em ambiente fechado, como as salas de suas casas ou o salão da igreja, como também foram realizadas em alguns casos nas calçadas e “meio-fio”²³ das ruas. Neste caso específico, houve algumas interrupções na entrevista por pessoas que eventualmente passavam e falavam com a pessoa entrevistada – o que não comprometeu o andamento da entrevista.

Utilizamos duas maneiras para a localização dos/das jovens a serem entrevistados/as: a primeira se caracterizou pela presença de um “informante”, um jovem de 20 anos residente na comunidade onde desenvolvemos a pesquisa. Este jovem, a quem chamamos de “informante” nos ajudou a encontrar jovens com o perfil delimitado para os participantes, realizando um contato prévio com os mesmos e agendando uma data e um local para a entrevista.

Foram realizadas, a partir desse contato quatro das 16 entrevistas. A partir daí, por conta de desencontros e indisponibilidade de tempo do informante, tivemos que fazer a busca sem o mesmo. Resolvemos então retomar alguns dos contatos já realizados e fazer o procedimento “porta-a-porta”. Dessa maneira, procurando nas casas da área específica de nossa investigação, pudemos encontrar, de maneira aleatória mais cinco dos entrevistados, que por sua vez nos indicaram o restante dos jovens que foram entrevistados.

O conteúdo das entrevistas se dividiu em três temas principais: a vivência subjetiva em si, aspectos como o medo a frustração, a ansiedade, tristeza etc; a diferença entre as vivências a partir da diferença entre os sexos; e por fim, questões sobre a atual situação econômica e social em que se encontra o país²⁴.

²³ Meio-fio é a beira da calçada, alguns centímetros acima do chão da rua.

²⁴ O roteiro de entrevista se encontra em anexo 1

2.2.1.2 Aspectos Gerais da Interpretação dos Dados

Em termos de interpretação dos dados, esta se deu de duas formas complementares: num primeiro momento, fizemos uma análise vertical, onde examinamos as temáticas que surgiram nas entrevistas.

Num momento seguinte, realizamos uma análise horizontal, confrontando nas entrevistas os aspectos que se aproximaram e os que se distanciaram em relação aos temas da primeira análise. Em seguida categorizamos em temas mais amplos de acordo com as questões do roteiro de entrevista, acrescentando também os temas que não estavam contidos no mesmo. De posse dessa primeira organização buscamos, frente às leituras e reflexões teóricas e metodológicas, interpretar o material empírico.

Os dados coletados através das entrevistas mostraram-se homogêneos e heterogêneos ao mesmo tempo. Homogêneos por trazerem situações e perspectivas semelhantes entre os diversos entrevistados; e também heterogêneos pela particularidade apresentada em cada entrevista.

Em termos do que foi buscado nas entrevistas, no que diz respeito à Psicodinâmica do Trabalho, para a análise da vivência subjetiva, buscamos os aspectos a seguir (com outros desdobramentos):

- como a organização do trabalho e suas expressões, ou seja, como se caracteriza a “vontade do outro”, em choque com a vontade do próprio sujeito (possuidor de uma história de vida única e uma forma de ser individualizada);
- os momentos em que encontramos pistas sobre a “banalização do mal”, exposta por Dejours;
- a rigidez contra a qual se trava uma luta (individualizada);
- os momentos em que se sente medo, frustração, apatia, desânimo, raiva, angústia, tensão, nervosismo etc;
- os momentos em que se tem prazer;
- os bloqueios às possibilidades de adaptação entre a organização do trabalho e o desejo dos sujeitos;
- o nível de realização pessoal que se apresenta entre os entrevistados;
- o lugar que o desejo tem tido em suas vidas;
- as estratégias defensivas que aparecem;
- as características da vivência depressiva: indignidade, inutilidade e desqualificação.

Diante das considerações sobre as Relações Sociais de Sexo, buscamos visualizar as vivências segundo os sexos, averiguando (com outros desdobramentos):

- as diferenças nas vivências do desemprego;
- as formas de ser desempregado e desempregada num contexto de pobreza;
- a co-extensividade entre relações de sexo e relações de classe;
- as idéias de qualificação para homens e para mulheres;
- as atividades vistas como femininas e as atividades vistas como masculinas;
- a divisão das tarefas no âmbito do desemprego;
- as relações entre os dois grupos – homem/mulher;
- a hierarquização das tarefas;
- os pontos antagônicos entre os dois grupos;
- os lugares percebidos como de homens e de mulheres;
- a liberdade e a pressão sentidas.

Em relação à Reestruturação Produtiva e o processo de automação, nos atentamos a verificar (com outros desdobramentos):

- as características da flexibilização do trabalho e dos direitos;
- as características da precarização do trabalho e da vida;
- as estratégias de sobrevivência;
- os arranjos familiares para a sobrevivência;
- os pontos em que há o vazio das políticas públicas e sociais;
- a degeneração social;
- a vivência na pobreza;
- os “sintomas” da exclusão econômica e social.

2.2.1.3. Perfil dos/as Participantes

Os critérios de delimitação dos participantes da pesquisa foram a idade, a escolaridade e o local de moradia. Desta forma, o perfil dos participantes foi o seguinte: jovens de ambos os sexos, com idade entre 19 e 24 anos, que já concluíram o Ensino Médio, residentes da área da Invasão (Alberto Maia, Camaragibe/PE), e que estão em situação de desemprego.

Tivemos um total de 15 jovens entrevistados, sendo 10 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Abaixo encontra-se tabela com as idades dos participantes:

Quadro 4: Distribuição das idades dos participantes						
Idade	19	20	21	22	23	24
Quantidade	4	4	3	1	2	1

Todos terminaram o segundo grau quando tinham de 17 para 18 anos, e estão à procura de emprego desde então (alguns desde antes de terminar o ensino médio – total de 5).

Dos 15 entrevistados, apenas três não estão procurando emprego: um porque desistiu; outra porque pretende entrar na universidade, e portanto, quer investir seu tempo nos estudos; e outra por está “acomodada”. Também estão sem procurar emprego – apesar de afirmarem que são desejosos disso – os entrevistados religiosos, que somam-se cinco do total.

Pelo que nos apontou os dados, utilizamos duas categorias principais quanto ao perfil dos participantes para a análise dos dados: sexo, se masculino ou feminino; e religiosidade, dia-a-dia envolvido com alguma religião ou dia-a-dia sem envolvimento com religiões.

Esta separação se deu por conta da nítida diferença entre os dois aspectos. No primeiro, as respostas entre jovens mulheres e jovens homens tiveram semelhança segundo os sexos, como também no tipo de atitude e comportamento diante do desemprego. Por exemplo, nas entrevistadas, as respostas foram mais altruísta, envolvendo preocupações como *conseguir um emprego para ajudar a mãe ou a família*, enquanto que os entrevistados apresentaram preocupações como *conseguir um emprego para ser independente e ter liberdade*. Isto não significa que a separação foi estritamente desta forma, pois ambos os sexos apresentaram os dois tipos de resposta, porém com relevâncias específicas.

Já no segundo caso – da religião – percebemos uma peculiaridade naqueles jovens que são envolvidos seja com a igreja evangélica, seja com a igreja católica. Por exemplo, todos os jovens envolvidos com a religião, embora apresentem um discurso de que o que mais querem é conseguir um emprego, nenhum deles está efetivamente em busca. O que não acontece com os outros desvinculados de religião (aprofundaremos esta questão mais adiante).

A princípio pretendíamos entrevistar a mesma quantidade de jovens de ambos os sexos, porém, o campo empírico se apresentou diferente da nossa perspectiva, onde conseguimos uma quantidade de jovens do sexo feminino maior que a de jovens do sexo masculino.

Cada entrevista em si apresentou aspectos que se aproximavam e que se distanciavam das outras entrevistas realizadas. A seguir apresentaremos sucintamente cada uma das pessoas que foram entrevistadas.

Kátia tem 20 anos, nunca teve emprego, mas já faz algum tempo que planeja encontrar um. Diz que diante das condições aceita qualquer tipo de trabalho. Também pretende fazer vestibular. Tem curso de computação e de recepcionista. No dia anterior ao da entrevista havia visitado a agência de trabalho do bairro do Cordeiro em Recife. Faz três anos que procura trabalho, mas ainda não encontrou nenhuma oferta. É hábito seu visitar as agências de trabalho. Seu sustento financeiro e o da irmã se dão através da mãe, com quem moram. A grande expectativa em relação ao futuro é encontrar um emprego, em que pretende ajudar a família e ser independente.

Clóvis, também de 20 anos, já teve a oportunidade de trabalhar enquanto “estagiário” num escritório de contabilidade durante quatro meses, onde ganhava meio salário mínimo. Tem curso de informática e fala inglês fluentemente. Não está procurando emprego porque se cansou e não acredita mais que vai conseguir alguma coisa. Desistiu de “espalhar os currículos” porque soube que estavam jogando os currículos no lixo. Mora com o irmão e ambos são sustentados financeiramente pelo pai, que é caseiro numa casa de praia em João Pessoa/PB. Também ajuda na renda da casa vendendo picolé e consertando guarda-chuvas. Afirma que já sonhou, mas hoje não sonha mais. Desistiu de tentar o vestibular porque não conseguiu isenção para a inscrição, ia fazer para Ciências da Computação ou Matemática.

Priscila, 20 anos, nunca teve emprego, mas tem planos de conseguir um. Porém, não está procurando porque se dedica aos estudos, pretende prestar vestibular e ingressar no curso de pedagogia. Seu sonho é ser professora. Mora numa casa com os pais e os quatro irmãos, apenas o pai trabalha e tem uma renda fixa. Ajuda na renda da casa com algumas aulas de reforço para as crianças do bairro. Esta realizando dois cursos preparatórios para o vestibular, chega em casa bastante tarde todos os dias, mas acha que vale a pena o esforço.

Fábio, de 19 anos, também nunca teve emprego, sonha em trabalhar na área de enfermagem, mas se contenta com serviços gerais que possam lhe oferecer. Tem procurado emprego e deixado o currículo em empresas, fabricas e restaurantes, nunca recebeu retorno. Mora com a tia e é ajudado financeiramente por ela e pela família, tem dois irmãos. Seu tempo livre é dedicado a ficar em casa e freqüentar a igreja Assembléia de Deus.

Henrique tem 22 anos e já trabalhou informalmente como cobrador de Kombi e como pintor de casas, sempre faz alguns bicos. Se sente apto a trabalhar com qualquer coisa que apareça. Diz sentir uma forte exclusão quando chaga nos lugares e não é reconhecido como alguém de

valor. Sempre está “espalhando o currículo” e tentando conseguir emprego através de “conhecimento”. É sustentado financeiramente pelo pai e mora com o irmão, também desempregado (Clóvis). Diz não ter prazer nenhum na vida. Tem uma namorada.

Margarida, de 24 anos, é a única entrevistada na condição de mãe. Sua entrevista foi a mais longa e ela se mostrou demasiadamente desanimada e ansiosa. Sua situação, segundo ela, é muito difícil. Ela mora de favor na casa da avó e trabalha como empregada doméstica na casa dos pais em troca da comida para ela e o filho. Não recebe nenhum tipo de ajuda do ex-marido e afirma que foi opção ter engravidado, pois ela queria ser mãe logo. Diz que se sente muito “azarenta” e nunca consegue nada. Quando passa numa seleção para um emprego, oferecem sempre uma remuneração irrisória e uma função abaixo daquela para qual fez a seleção. Esta, segundo ela, desesperada. Vai esperar um pouco mais, e caso nada apareça, irá se prostituir, pois tem colegas no bairro que “fazem programa” e que podem lhe ensinar os caminhos. Preocupa-se muito com o futuro do filho.

Giovana, 19 anos, diz que tem a carteira de trabalho, já trabalhou como promotora de vendas, porém, só trabalhou durante uma semana. Se sente apta a trabalhar em qualquer coisa, mas prefere vendas. Mensalmente vai às agências de trabalho da rua da Concórdia, da rua da Aurora e ao Centro de Solidariedade, todas em Recife. É sustentada pelo pai, com quem vive. Os pais são separados. Sonha em fazer o curso de Biologia na Universidade Federal de Pernambuco, mas estava decidida a fazer Arquitetura, pois acha que é mais fácil passar.

Vânia já trabalhou mas nunca teve a carteira assinada, tem 19 anos. Manteve-se muito emocionada durante a entrevista e diz que está muito decepcionada com tudo. Mora com a avó, a tia e a irmã. Tem o hábito de visitar as agências já mencionadas, mas nunca tem alguma oferta para ela. Ajuda no orçamento da casa com algumas aulas de reforço, em que ganha 10 reais ao mês de cada criança atendida. No total são 30 reais. Diz que aceita trabalho até para varrer o chão, pois “qualquer coisa serve”. Acha que talvez por ser muito tímida isto a esteja impedindo de conseguir emprego. Diz que não tenta vestibular porque não tem condições de pagar um cursinho.

Moema já realizou prestação de serviço para a Prefeitura do Recife, sem carteira assinada, não diz estar preocupada com esta questão do emprego, pois é casada e a renda do marido, que trabalha como carpinteiro é suficiente para os dois. Ela tem 20 anos. Ao mesmo tempo afirma que está procurando, mas sem “muita agonia”. No dia anterior a entrevista tinha visitado as

agências já mencionadas e o Centro de Solidariedade, em Recife. Sempre coloca o currículo nos lugares que acha possível, mas nunca foi chamada. Diz que sabe costurar e cortar cabelo, sendo assim, consegue sobreviver, caso queira com essas atividades. Vai fazer vestibular para pedagogia. Diz que já chegou a recusar trabalho, mas agora que ela está precisando ela não acha, se espanta com a dificuldade de arrumar emprego.

Nair nunca teve emprego nos seus 21 anos de idade, diz que tem deixado currículo em vários lugares, mas não recebeu retorno ainda. Seu sustento financeiro se dá através da mãe e do irmão, com quem mora. Diz já ter acostumado com a situação. Durante a entrevista, que se realizou no terraço de sua casa, se mostrou muito apática e sem esperança.

Augusto, de 21 anos, gostaria de trabalhar como motorista ou como eletricista. Sempre sai para procurar emprego, porém nos dias anteriores à entrevista não o foi porque ainda se recupera de uma cirurgia que passou. O sustento financeiro vem do pai, com quem mora, além da mãe, e dos três irmãos. Faz parte do grupo jovem da igreja católica, onde passa a maior parte do tempo e onde diz fazer “de tudo”. Diz que já fez muitas bobagens no passado e gostaria de apagar isto de sua vida.

Renata, 23 anos, se sente apta a trabalhar como telefonista. Não procura emprego sistematicamente, só algumas vezes. É sustentada pelo pai, com quem vive, além da mãe e dos quatro irmãos. Diz trabalhar nos serviços domésticos em casa e também nas aulas de reforço que dá. Gosta de jogar vôlei e essa é a principal atividade em que passa suas tardes. É religiosa, envolvida com o grupo jovem da igreja católica. Apesar de não estar procurando emprego, diz que este é o seu maior desejo.

David já trabalhou com a carteira de trabalho assinada, numa construtora como servente de pedreiro, passou quase cinco anos neste trabalho, saiu porque a firma fechou. Tem procurado emprego e não se sente bem em ter que ficar em casa “de braços cruzados” enquanto precisa das coisas e precisa ajudar em casa. Seu sustento vem dos pais, tem mais cinco irmãos. Seu prazer tem sido tocar violão na igreja católica. Acha que tem que ser mais persistente em sua busca por emprego, que poderia procurar mais.

Paula, de 21 anos, nunca teve um emprego, quer trabalhar como secretária ou com “telemarketing”, porém não está procurando. Passa boa parte de seu tempo em atividades na igreja católica, gosta de jogar vôlei e cuidar da sobrinha. Mora com os pais, uma irmã, um

irmão e a sobrinha. Apenas o pai e a irmã têm trabalho remunerado. Acha que ninguém percebe a situação em que os jovens estão, e as pessoas, a sociedade precisa saber o que acontece.

Edwaldo já trabalhou, mas sem a carteira assinada. Seu sonho é ser professor de matemática, por enquanto se prontifica a fazer “o que aparecer”. Tem 19 anos e não está procurando, apesar de dizer que sente-se ansioso para ter um emprego. O sustento financeiro fica a cargo dos pais, com quem mora além dos irmãos e um sobrinho. Também faz parte da igreja católica e passa bastante tempo lá, realizando tarefas diversas.

Num modo mais geral, dos 15 entrevistados, apenas um deles já havia trabalhado com carteira assinada (como servente de pedreiro), enquanto seis já trabalharam, mas sem carteira (com serviços relacionados à promoção de eventos, prestação de serviço às prefeituras de Camaragibe e Recife e vendas em épocas sazonais) e oito nunca trabalharam. Geralmente os trabalhos realizados são precarizados e com pouca remuneração, alguns trabalhos têm a intitulação de “estágio”.

Apesar do ensino médio e de alguns outros cursos extras, como computação, inglês, espanhol, etc, não há uma perspectiva mais elevada no que se refere à possibilidade de emprego, pois “no momento qualquer coisa tá servindo”. Este é o sentimento que permeia a maioria das entrevistas, que por mais que haja uma qualificação, a exigência do mercado de trabalho para um emprego (seja este flexível ou não) está cada vez mais elevada. Dessa forma o que se apresenta como possibilidade são trabalhos precarizados aquém da capacidade desses jovens. Há a perspectiva de um curso superior, mas enquanto isto não acontece, faz-se de tudo: “até varrer chão... qualquer coisa eu estou apta a fazer... porque é muito difícil né... ajudar minha família, terminar meu supletivo... Aí agora tudo, de varrer chão... até...” (Vânia, 19).

A respeito da procura de emprego, a grande maioria, ou seja, dez dos entrevistados mantém-se numa busca constante por um emprego. Esta busca se dá principalmente por meio do envio de currículos e de agências especializadas. Os currículos são postos principalmente em lojas, lanchonetes, restaurantes e fábricas. Apesar de já fazer alguns anos que esses jovens distribuem currículos, ainda não houve retorno. Exceções a isto estão nos “bicos” conseguidos na época das eleições municipais, com a conhecida “boca de urna”, e com as vendas de fim-de-ano.

Uma outra forma de procura é através dos “conhecimentos”, ou seja, das pessoas que se conhece e que pode facilitar a conquista de um lugar no mercado. Estas pessoas podem ser os parentes, os amigos, “algum poderoso” que se conheça... enfim, qualquer pessoa que possa servir como “peixe”, aquele que vai “pescar” alguém que já se encontra “nas vistas”: *eu acredito que hoje em dia as coisas estão muito difíceis e prá se conseguir você tem que ter uma aliada pra conseguir um bom emprego e eu estou a procura disso* (Paula, 21).

As agências procuradas são as do Cordeiro, da rua da Concórdia, da rua da Aurora e o Centro de Solidariedade. É interessante frisar que quatro dos entrevistados tinham visitado pelo menos uma dessas agências no dia anterior à entrevista: *na agência do trabalho, eu sempre vou lá dar uma olhadinha (...) de três em três meses. Eu fui ontem, aí só vou lá daqui a um mês* (Kátia, 20), e ainda: *tenho ido na Agência de emprego, no Centro de Solidariedade, colocando os currículos, tô cansada de colocar currículo... coloquei ontem* (Moema, 20).

Também, duas pessoas não puderam ceder entrevista na data e horário marcados porque foram na mesma data realizar entrevista de emprego, com conseqüente resultado negativo no que se refere a terem sido aprovadas.

A questão da procura também traz algumas especificidades e contradições nas falas dos entrevistados. A que se ressalta em primeiro lugar é a religiosidade de alguns, e a desistência de outros que se dizem “cansados”. No que se refere à primeira – pretendemos aprofundar esta questão mais adiante – todos os entrevistados que fazem parte de alguma religião não têm o hábito de procurar emprego, apesar de desejarem muito trabalhar.

A justificativa para esta não procura está no fato de que Deus proverá quando estiver na hora certa, como observado nas falas a seguir de fiéis da igreja católica:

...eu acho que cada coisa tem um tempo né, embora estando desse jeito... pelo menos nós que somos da Igreja esperamos a vontade de Deus se realizar até que venha (Augusto, 21)²⁵.

Ainda:

Deus sabe o que faz e se eu estou nessa situação é porque ele quer (Paula, 21).

²⁵ Os nomes dos/as entrevistados/as foram alterados para garantir sigilo. Os nomes apresentados são fictícios. As referências estão organizadas da seguinte forma: (Nome, idade, r (se religioso/a)).

E nesta de um fiel da igreja Assembléia de Deus:

...pra falar a verdade eu não me preocupo muito com os bens aqui da Terra não, pra mim tanto faz, se eu arrumar um emprego ou não, tá tudo bem (Fábio, 19).

Voltando ao segundo ponto anteriormente falado, sobre a procura, ou a não procura, algo que nos surpreende é o fato de haver jovens, na faixa etária estudada, que se consideram cansados e não conseguem ter esperança num futuro melhor:

Procurei, mas me cansei. Botando currículo, perguntando a um e a outro onde tava pondo currículo, aí eu ia... depois me disseram que tavam jogando os currículos fora, aí e comecei a desistir. (...) Não apareceu nada. Nada! Nada! Nada!²⁶ (...) Eu queria trabalhar, mas não tinha, eu ia fazer o quê? (Clóvis, 20).

Péssima, me sinto muito cansada... fico muito exausta da minha vida que eu levo. Acordo faço isso, venho pr'áqui, a mesma coisa, nunca muda, nunca muda, mês a mês, entra ano, sai ano... eu me deito assim, e pergunto, ai meu deus, até quando? Até quando eu vou continuar nessa vida? Porque tem vez que cansa assim, tenho vontade de jogar tudo pro alto, só não faço por causa do meu filho, num sei não! (Margarida, 24).

Paralelo ao desejo do emprego, a entrada na universidade é algo vislumbrado, apesar de saberem das dificuldades que isto significa. O vestibular é visto como um grande desafio, pois apesar da concorrência ser muito alta, existem outros candidatos que eles consideram mais fortes que eles para prestar o concurso. Os entrevistados admitem que é necessário muita dedicação para conseguir realizar toda a “jornada” do vestibular e entrar no ensino superior.

Os cursos apontados como sendo os desejados ficaram entre matemática, ciências da computação, pedagogia, contabilidade, arquitetura, biologia, psicologia e pedagogia. Vale ressaltar que quatro pessoas têm o desejo de ser professoras. Duas desistiram porque não conseguiram isenção na inscrição do vestibular, outras duas estão fazendo cursinho

²⁶ Isto foi dito aos gritos.

preparatório, dentre eles o pré-acadêmico da Universidade Federal Rural de Pernambuco e o curso de cálculo do CEFET.

Um ponto importante a salientar é a relação emprego-universidade, pois ora o trabalho é visto como um meio para se chegar à universidade, ora a universidade é vista como um meio para possibilitar a entrada no mercado de trabalho. No primeiro caso, para conseguir passar no vestibular é necessário financiar um “bom” cursinho, e para isto é necessário emprego e salário: *prá mim fazer uma faculdade, um vestibular, eu tenho que arranjar um trabalho para poder pagar* (Margarida, 24). No segundo, só se consegue um emprego mediante a qualificação e o “terceiro grau”.

Para os mais pobres, até a própria despesa com o curso – caso sejam aprovados – aparece como uma dificuldade:

tem muita despesa, tem a passagem, que eu não tenho, todo dia... Tem manual, materiais pra comprar, tem várias coisas que você emprega dinheiro pra ir à universidade (...) é questão de eu ter condições de ir, condições de estudar, de comprar livros, e isso eu não tenho (Margarida, 24).

Ainda há também a possibilidade da “permuta”, em que se trabalha para as universidades privadas e em troca se recebe bolsa de estudos: você presta serviço pra ela e em troca ela dá a bolsa a gente (Margarida, 24).

Em relação ao sustento, a fonte principal é o pai, em seguida a mãe, e depois parentes como avós e tias, e também o cônjuge (uma das entrevistadas é casada). É importante ressaltar que quando são as avós as responsáveis, isto se dá através da aposentadoria, referente a um salário mínimo²⁷. Geralmente é este o valor dos salários que ganha o pai e/ou a mãe responsável pelo sustento da família.

Um dado importante é que as pessoas entrevistadas geralmente têm pelo menos um irmão ou irmã com a idade próxima (entre 18 e 24 anos) a delas e que também se encontra na busca de emprego.

A renda de duas entrevistadas é complementada com aulas de reforço em que se recebe R\$ 10,00 por mês referente a cada criança assistida. Uma outra entrevistada (a única com um

²⁷ À época tínhamos o valor do salário mínimo em R\$ 260,00; hoje está em R\$ 300,00.

filho e negra), faz os serviços domésticos da casa dos pais em troca da alimentação dela e do filho, também lava as roupas do pai em troca do leite e da “massa” do filho.

Estas são as características mais gerais do que encontramos nas vidas dos entrevistados, nos próximos capítulos estaremos detalhando os aspectos a respeito da vivência subjetiva, das diferenças segundo os sexos, e da precarização por conta dos ajustes econômicos e produtivos que temos acompanhado; além de considerar o que está além destes aspectos e que fora encontrado nas falas.

3. Vivência Subjetiva do Desemprego

De acordo com Seligmann-Silva (1994), uma crise social sempre surge atrelada à crise econômica, e a relação entre as duas repercute profundamente sobre a saúde de um modo geral. A autora considera que os sofrimentos social, físico e mental são indissociáveis, apesar de serem estudados separadamente.

O afastamento da vida laboral representa uma perda tanto para os mais pobres como para as demais camadas sociais (op. cit.). Segundo Seligmann-Silva, o que caracteriza esta perda são os sentimentos de insegurança e temor em relação ao futuro, que tendem a aumentar se as perspectivas de encontrar trabalho em curto prazo forem pequenas; também aumentam com a falta de garantia ou apoio financeiros, já que o sujeito se encontra frente às necessidades básicas de sobrevivência (principalmente no trabalho desqualificado).

Porém, o significado do trabalho assume diferenciações entre os sujeitos de acordo com o investimento do desejo e do aprofundamento das relações que se estabelecem com a ocupação exercida. Quando o trabalho não pode mais ser a forma de estabilização da economia psicossomática, o risco de desencadeamento de doenças envolvendo corpo e mente tendem a aumentar (Seligmann-Silva, 1994).

No que se refere aos jovens, a autora indica que estes são afetados principalmente nos projetos de vida que perspectivam e no relacionamento que mantêm com os pais. Neste capítulo estaremos adentrando neste universo. Veremos que essas considerações se aplicam ao que pudemos investigar junto à nossa população entrevistada.

3.1 Independência, Liberdade e Responsabilidade: “Tudo mudaria se eu conseguisse um emprego”

Quando questionados sobre o que mudaria em suas vidas caso conseguissem um emprego, numa só voz, todos disseram que “tudo”. Mas o que é este “tudo”?

É ser independente:

Ficaria mais independente dos meus pais, mais dependente de mim mesmo. O que eu quisesse eu não precisava mais falar com eles ou pedir a eles, o que eu quisesse bastava só eu querer e tentaria conseguir se tivesse ao meu alcance (Edwaldo, 19r).

É ter liberdade:

...ter uma pouca de liberdade também, porque eu quero sair e... pedir a ela eu peço, mas em termos de financeiro, dinheiro, já tinha para poder ir para os lugares... essas coisas (Nair, 19).

É também responsabilidade:

...ter um pouco de responsabilidade, não que eu não tenha, mas de comprar uma coisa, ter meu dinheirinho, não precisar da minha avó ou de outra pessoa que pague... (Nair, 19).

A condição de independência dos pais e de liberdade, que antes de qualquer coisa se dá através do “passaporte” financeiro, possibilita o planejamento de uma vida presente e futura.

Planejamento este que se relaciona com a qualificação e ascensão profissional:

a meta de futuro, uma coisa melhor, arrumar uma coisa melhor. Ia ter como se profissionalizar melhor, arrumar uma coisa melhor, porque a pessoa que é desempregado não tem condições de fazer nada (Clóvis, 20).

Pra começar eu já ia procurar um curso pra pagar pra mim. E meu pai já não precisaria tá pagando, já não precisava pagar o que ele não pode (Priscila, 20).

Pelo que pudemos observar, independência, liberdade e responsabilidade são elementos primordiais que um emprego pode possibilitar. Porém, não significa que o emprego por si só seja sinônimo de tais elementos. O que está implícito e explícito, tanto nestas, como em outras falas adiante, é que o aspecto financeiro é o “curinga”²⁸ para a resolução dos problemas que hoje afetam os jovens entrevistados.

É de fundamental importância que observemos o momento da vida desses jovens: de definições e construções para a vida presente e futura. O que eles parecem sentir, a partir do vivido, é uma mensagem que de alguma forma “soa o sinal de alerta”. Este alerta assemelha-

²⁸ A palavra curinga aqui se refere à simbologia da carta de baralho, quando tal carta pode substituir qualquer uma do jogo, tendo o mesmo valor da carta substituída. Com esta carta pode-se ganhar o jogo.

se e se difere entre os jovens em questão, pois cada um tem uma história de vida particular e ao mesmo tempo dividem uma situação num mesmo local e numa mesma época.

Podemos perceber nas falas acima a ressonante preocupação com a construção de um futuro tateado no mundo do trabalho – isto implicando a necessidade de formação profissional. E tendo ora como pano de fundo, ora como foco, a preocupação com a demanda que os mesmos significam para seus pais.

Para eles, o emprego é uma via para a profissionalização e ascensão em diversos âmbitos da vida. A “meta de futuro” é idealizada com a qualidade do “melhor”, ao mesmo tempo em que se percebe que na condição de desemprego, não há condições de “fazer nada”. O “nada” é uma das falas mais recorrentes em nossas entrevistas, como será possível observar ao longo da presente análise.

A segurança financeira e a independência, uma vez conquistadas, trazem em si outras possibilidades:

Tudo mudaria, com certeza ficaria mais fácil para eu poder fazer minhas coisas, meus planos que eu tenho muito, meu noivado que está chegando... pretendo formar uma família também futuramente. Aí se eu tivesse emprego era melhor (Augusto, 21r).

Em oposição ao “nada” antes mencionado, encontramos o “tudo”: antônimos que definem a linha entre o desemprego e o emprego. Este último garantiria a facilidade para o “poder fazer” o que é sonhado em termos de futuro.

A relação com a família provavelmente melhoraria, pois de um lado seria possível ajudar financeiramente:

Eu não ia tá precisando mas da minha mãe... eu ia ajudar ela (Vânia, 21) ... Ia poder ajudar em casa (Giovana, 19) ... ajudar como puder em casa (Nair, 19).

De outro lado, dissolver a pressão familiar:

Quando se completa 18 anos a família começa a cobrar. Meu pai mesmo cobra porque eu não ajudo ele (Fábio, 19r) .

Porque às vezes o pai chega pro filho e diz: vamos trabalhar, vamos trabalhar, porque a situação não tá fácil não. Aí mudaria nisso, de ajudar minha mãe também... mudaria nessa situação (Henrique, 22).

A preocupação com os pais é algo constante, pois entendem que “já está na hora de contribuir”. Não se sentem à vontade com a situação em que se encontram. Isto não parte apenas dos jovens entrevistados, mas também da família que exerce pressão para que os mesmos trabalhem e dêem retorno. Esta pressão, como veremos, é motivo de sofrimento. Sofrimento este que traz em si duas faces: a compreensão de que estão sendo um “peso” para os pais – que trabalham mas ganham pouco e têm outros filhos menores para sustentar; e a imposição dos pais de que eles consigam logo um emprego, pois “já estão na idade de trabalhar”.

Conseguindo um emprego, as duas dimensões da pressão que sentem seriam dissolvidas, pois aliviariam o “peso” sobre seus pais ao mesmo tempo em que passariam a contribuir com as despesas da casa. Deixariam assim a condição de dependência que tanto os têm incomodado, para a condição de independência, que tanto têm sonhado. Momento este que seria marcado pela confiança em si mesmo e pelo amadurecimento.

Em termos de conflitos com os pais, a inserção do jovem no mercado de trabalho é um dos principais e mais frequentes motivos para tal. Novaes (2003) considera que a incerteza quanto à inserção no mundo do trabalho tem importância semelhante à questão sexual (principalmente em relação às mulheres) nas famílias de gerações passadas.

O que parece estar aumentando no interior das famílias, são os conflitos relacionados ao trabalho, tanto em relação ao presente como em relação ao futuro. Os pais dos jovens de hoje ainda não entendem a atual configuração do trabalho a que estamos hoje submetidos, tais como os contratos temporários e parciais, e a ausência de direitos trabalhistas. Sendo assim, os jovens que hoje trabalham, trabalham em muitos lugares num curto espaço de tempo (Novaes, op. cit.).

Como visto, a primeira dificuldade relatada pelos jovens em relação ao desemprego é a dependência dos pais e a incapacidade de se manterem financeiramente. O aspecto financeiro é o que transversaliza toda a vivência no desemprego, pois ser desempregado é não ter dinheiro, é não poder ajudar os pais, é a “falta de tudo”:

É estar sempre dependendo de alguém, sempre precisando de alguma coisa e nunca poder me sustentar, é a maior dificuldade (Paula, 21r).

É difícil né, não tem como se manter, não tem como se sustentar, é muito difícil (Giovana, 19).

A situação financeira pra mim é o maior sofrimento. Como eu disse a você, eu dependo só da minha mãe. Minha mãe ganha pouco, é só um salário pra manter tudo, e eu vejo que ela precisa da minha ajuda, precisa de mais uma coisa pra ajudar ela (...) É muito ruim! Muito ruim porque a gente depende sempre dos pais. Você não tem o seu dinheiro próprio, o seu próprio centavo, então é muito ruim você não ter seu próprio dinheiro, não poder ajudar em casa... é muito ruim (Kátia,20).

Outro entrevistado complementa afirmando que é uma situação constrangedora:

Eu sinto uma grande dificuldade, porque você quer fazer uma coisa e não poder, falta isso, falta aquilo... aí você se sente meio constrangido, é uma situação constrangedora (Henrique, 22).

A implicação das condições e situações mencionadas até agora, merecem uma atenção especial para a questão da família em particular. Os jovens se encontrarem em condições hoje desfavoráveis, implica também em considerar que o problema se dá em relação à família como um todo. Segundo Alencar (2004), é imprescindível a análise das transformações econômicas e sociais pelo ângulo do impacto nas condições de vida da classe trabalhadora. Esta análise é possível principalmente através da família, por ocupar um lugar central no que se refere à sobrevivência material.

Em muitos momentos o “financeiro” é significado enquanto sofrimento. Quando a jovem acima afirma que “a situação financeira é o maior sofrimento”, e seu colega afirma que é uma situação constrangedora, temos a tendência a inferir a qualidade deste sofrimento.

Ao que parece, a dependência “para tudo” e a dificuldade que a situação apresenta, por não poderem se sustentar parece atingir um núcleo importante nas suas referências de si mesmos, como um “não ser inteiro”, porque falta uma das bases importantes para essa definição de si. Esta repercussão do trabalho nas vidas individuais também fora mencionada por Lira e Weinstein²⁹ (1980, Apud Seligmann, 1994) em investigação realizada no Chile sobre o desenvolvimento da “patologia do desemprego”. As autoras indicam que o trabalho é uma instância primordial da relação entre o indivíduo e a sociedade, é um suporte de si mesmo, além de ser uma forma de expressão das capacidades e uma fonte de subsistência material. A falta de articulação da prática social, segundo as autoras, deixa um vazio que por sua vez gera um desequilíbrio nas relações privadas.

²⁹ Não tivemos acesso à obra original.

A “falta de tudo” e o desânimo são sentidos por outras entrevistadas, que dizem sofrer muito por se sentirem impossibilitadas de terem as coisas que desejam e precisam. Demonstram-se desacreditadas no “poder dos sonhos” e na possibilidade de que eles se realizem:

Ah, eu sofro muito... porque eu quero ter as coisas e não posso, e dependo de uma pessoa que tem outras coisas pra manter, tem a casa, tem alimento, tem... e aí eu não poder ajudar dá uma agonia, eu choro muito... aí ela diz ‘mas Fulana³⁰, vai chegar a tua hora` aí eu pergunto: ‘porque demora tanto?’. Aí eu fico assim... eu choro muito né, de não poder fazer nada, querer e não poder, eu botei isso na minha cabeça... se querer fosse poder... mas não é. Eu sonho muito, mas de um tempo pra cá eu parei de sonhar mais (Nair, 19).

Péssima! Assim... [desanimada], se eu não tivesse meu filho eu ia viver no mundo! Fazendo bobagem, é muito ruim depender dos outros, e imagine com um filho (...)...em termos de emocionalmente a gente fica pra baixo. A gente não pode falar mais alto do que ninguém, a gente não pode impor a palavra da gente em nada, a gente é sempre aceitando o que as pessoas dizem (Margarida, 24).

E com estas falas nós entramos definitivamente na questão do sofrimento. Sofrimento por “não poder fazer nada”, por “querer e não poder”. Sofrimento por não mais acreditar no poder dos sonhos. E, como sabemos que a subjetividade não é algo palpável, nem algo passível de medição, buscaremos as pistas desse sofrimento que é vivido e sentido na “intimidade da experiência interior”, ou seja, na subjetividade.

3.1.1. Sofrimento Invisível e Estado de Luta na Vivência do Desemprego

Quando Dejours (1992) fala de sofrimento, ele se refere ao que surge do encontro entre a rigidez da “vontade do outro” (a organização do trabalho) e o desejo do indivíduo (com uma história única e pessoal). A impossibilidade de “se ser” frente à organização do trabalho, implica num sofrimento que se traduz numa tentativa de se manter saudável diante das pressões vividas diariamente. A organização do trabalho, neste sentido, se refere à divisão do trabalho e divisão dos homens.

³⁰ Nome modificado

Nos questionamos onde está a “vontade do outro”: onde está a rigidez que vai impedir o sujeito de ser ele mesmo? De exercer o seu livre desejo? E sem dúvidas entendemos que a rigidez está na própria exclusão do mundo do trabalho.

Mas a exclusão não existe por si só, ela é tanto causa do sofrimento, como também é consequência do que Dejours (1999) nomeia de *banalização do mal*, processo inerente ao sistema liberal econômico e que tem definido as mudanças ocorridas nas últimas décadas em termos políticos e econômicos. É o exercício do mal sendo praticado de uns contra os outros.

A vontade do outro aqui, são os resultados do processo de reestruturação produtiva, com o enxugamento dos quadros, a exigência da super-qualificação, a falta de acesso às universidades, a automação, a exclusão de milhares de trabalhadores do mundo do trabalho – colocados à mercê do desemprego –, a falta de cobertura social, além de um amplo conjunto de elementos que impõem a imobilidade a que os jovens estão expostos. A rigidez está na oposição entre o desejo do sujeito de trabalhar e ter um emprego que lhes garanta dentre inúmeras coisas a sobrevivência, e a barreira cada vez mais intransponível a realização desse desejo.

Quando nossa entrevistada afirma que sofre muito por querer as coisas e não poder tê-las, temos aí algo que nos remete a um impedimento. Ela quer, mas não pode. O que ela quer e por que ela não pode? Este sofrimento pode indicar um estado de luta, já que o mesmo se refere à compatibilidade com a normalidade.

A luta que se trava é contra uma força, a Psicodinâmica do Trabalho a compreende enquanto a organização do trabalho. No entanto, estamos ampliando a compreensão da organização do trabalho, entendendo-a também como a rigidez que se estabelece com a falta de oportunidade de encontrar reguladores para uma relação sadia entre o desejo e a realização.

Chorar muito, parar de sonhar, desacreditar na força dos sonhos, é semelhante a afirmar que “meu desejo já não tem tanta força”. E este sofrimento está marcando uma vivência de uma jovem de 19 anos de idade. Nesta idade, o que se espera em nossa sociedade é o início da construção de uma vida independente. Nesta idade, uma das marcas principais são os sonhos – assim como a força para realizá-los. Porém, neste padrão do “não ter e não poder”, essa jovem, que simplifica numa fala o que os outros entrevistados também sentem, aos poucos apresenta um desânimo no que se refere a se manter esperançosa diante do futuro.

Mesmo assim, é inevitável considerarmos que esse desânimo não é total, uma vez que a entrevistada fala que “de uns tempos prá cá eu parei de sonhar mais” ela se contrapõe à frase anterior, que é emitida no tempo presente, “eu sonho muito”. Isto pode nos indicar que há resistência se movendo em seu interior, caso contrário, a jovem em questão estaria em estado patológico.

De todo modo, o sofrimento só surge “quando estão bloqueadas todas as possibilidades de adaptação entre a organização do trabalho e o desejo dos sujeitos” (Dejours, 1992). Falar em desejo implica em considerar a realização pessoal e o equilíbrio somático e mental do sujeito. De acordo com a teoria que nos apoiamos para compreender a relação entre desejo e sofrimento, é necessário que possamos visualizar os mecanismos de regulação, que se dão através das *estratégias defensivas*. Ou seja, os meios pelos quais os sujeitos conseguem se manter em equilíbrio apesar das pressões que sofrem no cotidiano.

Iniciamos a investigação sobre o cotidiano vivido questionando os jovens e as jovens sobre as diferenças entre as pessoas jovens empregadas e as desempregadas. A principal diferença apontada foi a responsabilidade e a segurança que as primeiras possuem em relação a si e aos outros:

O jovem que trabalha se sente mais seguro para assumir suas responsabilidades, enquanto que o outro que não trabalha não tem essa segurança. Se acontecer alguma coisa quem vai arcar com as responsabilidades são seus pais ainda. Mesmo você sendo de maior (Priscila, 20).

Eu acho que a responsabilidade... de trabalhar. Acho que quem trabalha tem mais responsabilidade com as coisas do que quem não trabalha... E quem já trabalha fica mais seguro, né? E quem não trabalha fica mais a procura (Giovana, 19).

É importante que ressaltemos que quando estas jovens falam do “outro”, ou seja, “da pessoa que tem emprego e do que não tem”, elas estão falando de si mesmas, uma vez que são elas quem vivenciam a situação de desemprego. É a afetividade delas que está sendo atingida com a vivência nesta realidade.

Sendo assim, o que se diz do outro, parece ser o que se diz de si próprio. O significado disto é que as jovens entrevistadas se sentem inseguras e inábeis em termos de responsabilidade. A insegurança que se referem diz respeito tanto ao assumir responsabilidades em relação ao

mundo, como em relação a si próprias. Não há responsabilidades que estejam sob sua custódia – ao menos as valorizadas socialmente –, também não são, na prática, responsáveis por si mesmas. Isso tudo traz, segundo observamos em suas falas, um sentimento de insegurança. Parece-nos algo como: “e agora, em que irei me apoiar para sentir-me segura?”

O emprego e todo o resto que ele traz significa também uma maior liberdade para ser e agir como se quer, de ser independente:

... tem uns colegas meus que trabalham e eles se sentem mais livres para fazer as coisas, e a gente não, a gente que não trabalha se sente mais preso... eles que sentem mais livres às vezes se afastam da gente assim que não tem emprego, porque eles trabalhando eles convivem assim com quem trabalha, aí acaba marcando assim pra sair, aí a gente não pode porque não tem emprego, não tem dinheiro, eles arrumam pessoas que trabalham também, são independentes também... aí eles acabam se sentindo mais livres em sair... a gente não, não pode conviver tanto assim com eles não, a gente fica mais presos a nós mesmos, a nossos pais (Edwaldo, 19r).

A ocupação e o investimento em suas próprias vidas vão garantir com que se tenha um futuro perto do desejado, ou ao menos um futuro planejado, onde há uma carreira sendo investida. Já os que não possuem a oportunidade de serem empregados, ou como o entrevistado abaixo coloca – os desocupados – não têm como pensar no futuro:

Há diferença sob o ponto de vista do futuro deles. Eles sabem que ali estão ganhando dinheiro, eles investem na vida deles, na carreira deles, eles fazem alguma coisa e não estão desocupados. Enquanto a gente desempregado... hum! A gente vai pensar o quê do futuro? Acho que é isso! (Clóvis, 20).

Sentem que não “são alguma coisa”, pois não possuem o que para eles define o que têm e o que são:

Tem diferenças, às vezes a diferença é porque você num trabalha, você não tem posição, você não tem trabalho, você não é alguma coisa, porque o pensamento de quase todo mundo hoje em dia é que você vale por aquilo que você tem no bolso (Henrique, 22).

Podemos observar que “aquilo que você tem no bolso”, ou seja, o aspecto financeiro é o que vai garantir ser alguém reconhecido socialmente. E o principal meio considerado para alcançar tal aspecto, é através do “trabalho”. Diante desta fala podemos aproximar de uma das expressões que Dejours (1992) nomeia de *vivência depressiva*, no que diz respeito à *desqualificação*, que define a imagem de si que repercute no trabalho: o trabalho tornando-se honroso quanto mais a tarefa for complexificada. No caso do nosso entrevistado, não há trabalho onde a imagem de si possa repercutir, não há tarefa nem grau de complexificação

onde o trabalho possa ser visto enquanto algo honroso. Ou melhor, não há trabalho valorizado e reconhecido socialmente.

Também consideram que com um emprego outras esferas da vida passam a equilibrar-se, num sentido físico e afetivo:

Acho... assim, a pessoa fica mais responsável, o horário... tá entendendo, a pessoa fica mais equilibrada, tanto assim... fisicamente... a pessoa estabelece horário e a pessoa se sente mais responsável (Moema, 20).

Acho, eu acho que... ficam independentes e por isso, são pessoas mais alegres ou mais disponibilizadas de fazer sempre qualquer coisa, prontas para fazer alguma coisa além daquele período que eles trabalham eles tem um momento de lazer (Paula, 21r).

Estas falas convergem com a perspectiva que temos nos apoiado, de que o trabalho é fundamental para o equilíbrio mental e físico do sujeito. Segundo Dejours (1986), o trabalho tanto pode ser um meio de equilíbrio, como pode funcionar como um meio de adoecimento.

Então, o que explica o trabalho servir como via para os dois caminhos? Precisamos aqui adentrar na discussão sobre saúde, tema inevitável quando falamos sobre a relação sujeito-trabalho. Não estamos entendendo saúde enquanto o “perfeito estado de bem-estar físico, mental e social”, como sugere a Organização Mundial de Saúde (OMS), mas sim enquanto a compreensão de que saúde é “para cada homem, mulher ou criança, ter meios de traçar um caminho pessoal e original, em direção ao bem-estar físico, psíquico e social” (Dejours, 1986, p. 06). Esses dois conceitos parecem semelhantes, mas no segundo temos a presença do desejo determinando o que é saúde para cada pessoa, pois trata-se de um caminho “pessoal e original”.

Neste caso, citamos as definições defendidas por Dejours (op. cit., p. 06):

Bem-estar físico se refere à liberdade de regular as variações que aparecem no estado do organismo – saúde é a liberdade de dar ao corpo a possibilidade de adaptação; o bem-estar psíquico diz respeito à liberdade que é deixada ao desejo de cada um na organização de sua vida; e bem-estar social referente à liberdade de agir individual e coletivamente sobre a organização do trabalho, ou seja, sobre o conteúdo do trabalho, a divisão das tarefas, a divisão dos homens e as relações que mantêm entre si.

Retornando à fala acima, podemos definir dois tipos de alteração da saúde por conta do trabalho ou do não-trabalho: a física e a mental. A primeira diz respeito às conseqüências das

condições de trabalho; a segunda, às conseqüências da organização do trabalho. Não nos referimos às primeiras, já que não há posto de trabalho com as respectivas posturas, mobiliário, luminosidade, ruídos, agentes diversos etc. Nos concentraremos à análise das conseqüências da segunda – já que seu ponto de ataque é o funcionamento mental.

Lembremos que não são todas as organizações do trabalho perigosas ao extremo, algumas são mais e outras são menos, o que agrava a situação é o ataque ao desejo. A organização que “não reprime o funcionamento mental oferece um campo de ação, um terreno privilegiado para que o trabalhador concretize suas aspirações, suas idéias, seus desejos” (Dejours, 1986, p. 04). Assim, o trabalho não é necessariamente nocivo à saúde.

O que podemos perceber através das falas, é que os jovens e as jovens entrevistados sentem que há algo de saudável na atividade de trabalho. Há algo que faz com que as pessoas sejam mais equilibradas e mantenham-se mais despertas, pois se tem horários a cumprir, ou seja, há uma regularidade, um ciclo que se estabelece entre a atividade de trabalho e o próprio corpo do sujeito.

A justificativa proposta por Dejours (1992, p. 134) para que o trabalho seja causa de doenças não só psíquicas, mas também somáticas, está no fato de que o “aparelho psíquico não é um ‘compartimento’ do organismo simplesmente justaposto à musculatura, aos órgãos sensoriais e vísceras”, mas que a vida psíquica tem uma relação fundamental e importante: a integração dos diversos órgãos. Sendo assim, alterações em seu funcionamento vai necessariamente repercutir sobre a saúde física e mental.

3.1.2. “Tenho Medo do Futuro”

O medo é uma constante na vida de todas as pessoas entrevistadas, medo este que se caracteriza pela insegurança frente ao mundo do trabalho, marcado pela possibilidade do envelhecimento à margem desse, e o medo da expulsão dos trabalhadores através da tecnologia. E atrelado à insegurança de não ter uma perspectiva futura de inserção no mercado de trabalho está o medo de que o seu “país piore mais ainda”:

Dá uma certa insegurança, é bastante inseguro. É uma situação chata, porque você, às vezes você não tem mais nada pra fazer... a única coisa é você procurar (...) é essa insegurança que traz o medo (...) É o medo de você não conseguir o que você quer. [E aí não conseguindo o que você

quer...]...vai criar uma frustração (...) Se demorar muito começa a ficar angustiante, começa a ser uma situação desesperadora (Priscila, 20).

Apenas nesta fala podemos identificar a narração de um sentimento que num único momento expressa a sensação de medo, frustração, insegurança, angústia e desespero. Gostaríamos no entanto, de iniciarmos nossa consideração pelo medo e pela angústia, pois são dois temas extremamente trabalhados no que diz respeito à psicologia, e especificamente, à psicologia do trabalho e clínica.

Porém, é necessário que demarcemos uma importante separação entre o que se tem discutido sobre o medo e a angústia. O primeiro ponto que destacamos, é que a angústia trata de um aspecto intrapsíquico, isto significa dizer que a angústia surge da oposição de sistemas internos, ou de pulsões, ou de desejos. Sendo assim, trata-se de um campo a que se dedica a psicanálise, e portanto, não aprofundaremos os aspectos intrapsíquicos dos sujeitos aqui trabalhados, pois não se trata do nosso objetivo. Podemos sim, fazer algumas inferências, mas analisar a angústia individual necessitaria de uma metodologia que se propusesse a aprofundar em cada vivência individual.

Já o medo se refere à realidade concreta, ou seja, ele surge da relação do sujeito com o mundo, além de ser compartilhado por diferentes sujeitos. Uma das características mais importantes do medo são as defesas que se elabora contra o mesmo.

Dejours afirma que o medo está presente em todos os tipos de ocupações profissionais (1992, p. 132/133) e também no desemprego. Porém, o sofrimento não é identificável imediatamente, e para que ele se revele, é necessário descobrir a sua “sintomatologia”. E na presente investigação no questionamos sobre a “forma” do sofrimento na vivência do desemprego por jovens. Como vimos na fala anterior e veremos em algumas falas seguintes, o medo é a principal característica da situação do desemprego e se apresenta de diferentes maneiras, além se relacionar com diversos aspectos da realidade.

A vida em longo prazo é algo que ameaça as pessoas entrevistadas, pois as mesmas avaliam que se hoje está difícil conseguir um emprego, quando estiverem mais velhas esta dificuldade será bem maior:

Sinto medo de chegar assim numa certa idade e ninguém me aceitar mais num emprego... porque quando chega numa certa idade aqui no Brasil é muito difícil você arrumar emprego depois dos trinta anos. Já é difícil quando é jovem, imagina quando passa dos trinta! (Henrique, 22).

Assim, que possa demorar muito e que eu não possa conseguir um emprego, passar muito tempo assim e o que vai ser, o que vai acontecer, fico com esse medo na cabeça (Edwaldo, 19r).

Horrível (...) Me vejo sem futuro (...) É! Vejo um desses daí que tem 40 anos e já dizem que tá velho, não consegue arranjar emprego nem tem nada (Clóvis, 20).

Vemos nestas falas o quanto pensar no futuro é algo doloroso, pois a conjuntura que percebem em relação ao mundo do trabalho é de que a situação tende a piorar, pois hoje eles são jovens e não encontram emprego; amanhã serão mais velhos, com a desvantagem de que provavelmente não terão em seu histórico o que o mercado porventura exigirá. O medo diante da ameaça da exclusão, citado por Dejours, é um dos principais ataques à subjetividade – “seja por si, pelos próximos, pelos amigos, ou pelos filhos” (1999, p. 19).

Quando ouvimos os jovens afirmarem que vivem com “o medo na cabeça” e que se vêem “sem futuro”, vislumbramos o quão grave são estes depoimentos. Primeiro porque mostram a preocupação com suas condições atuais; e segundo porque o desemprego de hoje está incidindo num amanhã que não lhes parece muito promissor.

O desenvolvimento tecnológico é algo também temido pelos jovens entrevistados, uma vez que percebem que a automação tem excluído grande número de trabalhadores:

Fico com medo porque a gente vê o futuro, o desenvolvimento tecnológico... daqui a pouco vai ter robô fazendo o trabalho do humano e não vai ter mais trabalho para os humanos (Fábio, 19r).

Mais uma vez o futuro aqui parece algo ameaçador, mas agora o medo se refere à tecnologia e à exclusão que a mesma significa. E como visto anteriormente, esta exclusão não se dá apenas numa esfera, mas sim em diversas, que vão desde o consumo de objetos ao reconhecimento social e à representação de si mesmo. A atual fase que vivemos no mundo do trabalho, em que a automação tem sido a ordem estabelecida para o capital, é nitidamente entendida pelos jovens, como exemplifica a fala anterior.

Outra situação que resulta em medo é a atual condição político-econômica do país, que segundo as pessoas entrevistadas, não traz boas perspectivas para quem deseja ingressar no mercado de trabalho:

Assim, pelo que o Brasil está passando, cada vez mais piorando, aí, prá quem tá começando agora a entrar no mercado, aí fica difícil (Renata, 23r).

Já que a nossa análise perpassa pela questão do desejo e dos impedimentos para a realização do mesmo, a frustração ilustra visivelmente onde os desejos estão sendo investidos e quais os momentos e situações em que são impedidos de realização por razões externas. Entendemos frustração enquanto resultante de uma vivência inadequada às potencialidades e às necessidades do sujeito (Dejours, 1992).

Um aspecto importante da vivência subjetiva da frustração é que esta se dá por várias razões, tais como o fato de possuir cursos como o ensino médio, curso de computação, de idiomas, entre outros e não “conseguir nada”:

É chato, quando a gente termina o 2º grau a gente sempre espera algo mais, mas eu sei que pelo fato de a gente só ter o 2º grau não é suficiente (Priscila, 20).

Me sinto (frustrada). Por não ter um emprego, porque eu já terminei o 2º grau e até agora não consegui nada (Giovana, 19).

... é a pessoa estudar tantos anos... apesar de que ensino médio agora não está valendo quase nada... estudar tanto, fazer curso fiz curso de computação, de recepcionista, telefonista, secretariado, e ver que isso não adianta nada. E muitas vezes... agora, é necessitado mais conhecimento, peixada... (Nair, 19).

Nestas falas podemos perceber que as jovens sentem-se aptas para o trabalho, pois têm se qualificado em termos de escolarização e cursos diversos. São os longos anos de estudos que “no final das contas” não garantiram aquilo que era esperado.

Também a frustração acontece pelo tempo investido na busca de um emprego, nos inúmeros currículos “espalhados”, pela impossibilidade de ter um emprego que seja minimamente desejado:

De certa maneira você se sente frustrada, cansada, assim, porque você bota bastante currículo, você vai tanto atrás, chega um certo momento que

desanima... de certa maneira frustrada sim. Eu não pensava que o desemprego estava tão grande, tanta gente desempregada. Porque eu já recusei muito emprego, logo que eu deixei o outro eu dizia: não, não quero trabalhar agora não, to muito estressada... mas agora, agora é sério, eu não escolho, o primeiro que aparecer... Porque eu não queria trabalhar em comércio, trabalho em comércio... eu não nasci para trabalhar em comércio, mas agora, o primeiro que aparecer eu estou indo, tem escolha não (Moema, 20).

Me sinto cansado, cansado de procurar e... às vezes você sente até vergonha de entrar numa loja, naquela mesma loja que você já entrou e ter aquela frustração de não, não tem vaga não! (Henrique, 22).

O desânimo parece se atrelar à frustração que é sentida na experiência do desemprego. Também nesta fala se ressalta a surpresa no que se refere à dificuldade de conseguir um emprego, principalmente quando se trata da quantidade de pessoas desempregadas. E num desdobramento desta condição, a falta de opção é o que aparece, fazendo com que não se tenha a opção pela escolha, aceitando o “primeiro que aparecer”. E neste caso podemos dizer que o desemprego causa o sofrimento e este sofrimento “cria voluntários passivos e dispostos ao trabalho” (Dejours, 1999).

A ansiedade também está presente e parece aumentar ao longo do tempo de busca e de espera. Contudo, as pessoas entrevistadas não se disseram nervosas com a situação em que vivem. Vale ressaltar que pesquisas³¹ indicam que o “nervosismo” é algo presente na maioria dos desempregados em idade adulta. Esse “nervosismo” aumenta caso sejam provedores de família (tanto homens como mulheres). No caso de jovens podemos pressupor que “ainda” *não chegaram* nesta “etapa” na vivência do desemprego:

A ansiedade é de arrumar um emprego, se estabilizar, arrumar uma família. Nervoso eu não me sinto não (Fábio, 19r).

Muito (ansiosa), porque você está vendo aqui, eu recém casada, eu trabalhava de Segunda à Sexta, aos Domingos eu estudava, fazia pré-vestibular. Minha vida era de estudar, trabalhar, e agora meu 2º grau acabou e eu não estou estudando, não estou trabalhando, então aquela monotonia é uma chatice né (Moema, 20).

³¹ MACEDO, Lucinda. *Desemprego e suas relações com a identidade – depoimentos*. Dissertação para obtenção do grau de mestre em Psicologia Social. São Paulo: PUC, 1992./ TEIXEIRA ROCHA, E. K. G. *Desempregado: Um Pedacinho de Papel Jogado na Rua*. Prática de Pesquisa para obtenção do grau de bacharel apresentada ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2000.

Não, nervoso eu não fico, mas fico ansioso querendo voltar a trabalhar. Para melhorar... por que às vezes até a convivência fica difícil dentro de casa por conta disso (David, 23r).

Pelos depoimentos narrados até o atual ponto, acreditamos que o cotidiano de tais jovens se aproxima do que Lira e Weinstein (apud Selligmann-Silva, 1994.) nomeiam de “impotência individual”, ou seja, a sensação de não controlar a própria vida, e de não ter em suas mãos as decisões sobre o próprio futuro: a vulnerabilidade sentida e a percepção de fragilidade. Também achamos semelhança no que as autoras definem como “sensação de carência de sentido da vida” e “ausência de normas”. O primeiro diz respeito ao cotidiano marcado pela ausência de perspectiva; o segundo, aos sentimentos de desproteção, desconfiança e frustração, além da falta de referências a partir das quais se possa realizar uma programação de atividades – falta pontos de apoio para onde se dirigir.

Esses aspectos, segundo as autoras, acontecem como uma cadeia, são etapas de um mesmo processo. Isto significa que na permanência da condição de desemprego pode levar às etapas seguintes, tais como o sentimento de “distanciamento cultural”, onde o indivíduo percebe as diferenças entre sua própria realidade e a descrição de uma realidade bem sucedida, projetada e sancionada pelos meios de comunicação de massa e outros aparelhos ideológicos do Estado, havendo uma desvinculação entre o ser individual e o ser social.

Em continuidade a esse processo que tende a ser degradante, ainda se tem o “autodistanciamento”, em que há uma separação entre a imagem ideal que se tinha de si mesmo e seu ser real (tornar-se estranho a si mesmo), não se reconhecendo a si mesmo, estando alheio e desvalorizado, internalizando o caos e o distanciamento exterior como sendo aspectos de sua própria identidade. A última etapa que desemboca num isolamento do indivíduo em si mesmo é nomeada de “isolamento social”, em que o indivíduo se sente excluído, só e abandonado.

Sobre estes três últimos aspectos não identificamos aproximação com as falas das pessoas participantes do presente estudo, também não podemos inferir se os mesmos serão alcançados mediante a continuidade da condição de desemprego. Para tal, é necessário um acompanhamento longitudinal e mais aprofundado.

É importante ressaltar que o confronto direto dos projetos individuais de vida e o ideal de si mesmo com as práticas e valorações sociais vivenciadas pelos jovens, resulta, segundo Seligmann (1994), numa queda da auto-estima. Provavelmente surge desse embate a identidade “negativa” em que as pessoas estariam definidas pela carência e pela ausência de atividade e de recursos indispensáveis para viver.

3.1.3. “Por que não vai procurar um emprego, vagabundo?”

Também perguntamos aos entrevistados como as pessoas jovens e desempregadas são vistas, as respostas incidiram principalmente sobre a relação com a comunidade e as reações da mesma ao sujeito, passando por momentos em que são consideradas preguiçosas e/ou vagabundas:

Vê como incapacitado (Fábio, 19r).

Sei lá, acho que incapaz, incapaz de... acho que eles vêem o desempregado como incapaz de lutar, conseguir (Moema, 20).

A maioria vê como vagabundo, né? Mas na verdade não é porque ele quer. Pelo fato de ele está há muito tempo, no meu caso, terminou o segundo grau, passa muito tempo em casa, aí pronto, já é o vagabundo. Até que arrume um emprego e vire a situação (Priscila, 20).

... Acho que ele vê assim, como uma pessoa dependente de outros né, não confia muito naquele jovem por conta que ele já é dependente de outro aí a sociedade não dá muita confiança a ele não, porque quem tem emprego tem mais com o que colaborar com a sociedade, quem não tem emprego fica mais por fora, já que não pode fazer muita coisa assim (Edwaldo, 19r).

“Vagabundo e incapaz” são as representações que os sujeitos percebem da sociedade sobre os jovens em condição de desemprego. Neste sentido, demonstram que se sentem subjugados por serem apontados enquanto “preguiçosos que não querem trabalhar”. E o desânimo que mencionam parece estar relacionado com o fato de que se sentem imobilizados pela situação, e ao mesmo tempo em que são considerados culpados por ela.

Assim, parece haver duas faces da mesma moeda: de um lado, jovens em busca de emprego – em geral o primeiro –, e do outro a sociedade/comunidade entendendo este desemprego como algo voluntário, ou seja, “não trabalha porque não quer”:

Em alguns lugares sim, porque se eu tiver sentado aqui nessa escada e passa uma mulher lá de dentro e me vê aqui sentado, ela já vai dizer assim: ‘ó,

pr'áli, que vadio, não tem o que fazer, não podia tá trabalhando! Por que não vai procurar emprego?'. E ela não sabe o que está se passando, o que acontece! (...) Às vezes tem um racismo com o desempregado, um preconceito com o desempregado, porque é desempregado não pode fazer isso, não pode fazer aquilo, não entra aqui, não entra ali (Henrique, 22).

Vagabundo! Um vagabundo, vadio, tá desempregado porque quer, não arruma serviço porque não quer, sabe? Quem tá trabalhando – e eu falo do meu pai – quem tá trabalhando acha que a gente não arruma emprego porque não quer. Mas ele não sabe o que a gente pensa, eu queria muito tá no lugar dele, mas eu não posso. Eu queria tá no lugar dele, trabalhando o dia todinho, chegando em casa tarde, acordando cinco horas da manhã... porque eu acordo, se eu tiver um emprego prá acordar 5 horas da manhã eu levanto... 4 horas da manhã? Não importa a hora, eu queria tá no lugar dele, mas ele não pensa isso! Ele acha que eu to achando bom tá aqui de perna prá cima. Esperando que ele traga prá mim toda noite, sabe? Ele acha isso, e ele pensa isso, e quando eu pego em dinheiro, eu não saio por aí farrando, eu não bebo, não fumo, só gasto com meu filho, e dô a mainha, se eu tiver eu ajudo, sem problema nenhum (Margarida, 24).

... vagabundo... boa palavra (Nair, 19).

É comum ouvirmos no dia-a-dia, que os jovens e as jovens não gostam de trabalho e são preguiçosos, e esta compreensão tende a aumentar sua dimensão quando pertencem a famílias pobres. Talvez isto aconteça pela necessidade sempre urgente de contribuições financeiras à família. Ao que parece, o simples fato de tornar-se independente financeiramente, alivia a família, pois trata-se de “uma pessoa a menos para sustentar”.

Podemos ainda sobre este tema, complementar com a seguinte fala:

“todo mundo fala por que não arruma emprego, só quer vadiar... então arruma emprego e dá para a pessoa, porque geralmente esse pessoal acha... procurar emprego, tá de porta em porta. Por que a gente bota currículo... tem que esperar ser chamada, não adianta falar com o gerente, o gerente entra aqui e sai no outro ouvido” (Vânia, 21).

Na fala acima percebemos um certo ar de revolta quando a jovem diz que “arruma o emprego e dá para a pessoa”, é como se ela dissesse: “vamos procurar comigo e você vai ver o quanto está difícil”. Então há diferentes pressões sentidas na vivência do desemprego: a do próprio jovem, a da família, a da comunidade etc. Esta temática será abordada em outro momento a seguir.

Em desdobramento desse “preconceito” direcionado aos jovens desempregados, em alguns momentos sentem que são vistos como “marginal”, considerados como pessoas perigosas:

Acho que ela não ajuda tanto como deveria, o jovem desempregado hoje em dia... a sociedade, acho que vê como um bandido, porque se você tivesse uma ocupação você não estaria vagando por aí. Chamam de vagabundo, tá mais para o lado da criminalidade do que para o mundo social de verdade (David, 23r).

Acreditamos que esta fala traz uma certa gravidade porque faz com que o desemprego, que está além do controle pessoal, marque as pessoas enquanto perigosas, de quem se deve desconfiar.

Segundo Seligmann-Silva (1994), a raiz do preconceito contra os desempregados está na confusão entre os termos “desempregado” e “desocupado”. Na cultura brasileira, segundo a autora, sempre existiu uma associação entre a ociosidade voluntária e o desemprego, conseqüentemente a pessoa desempregada é vista como “vagabunda”.

Seligmann (op. cit.) afirma ainda que o fato de estar afastado de qualquer emprego por um tempo prolongado determinaria a sensação de ser um excluído, já que “o trabalho que define o homem adulto como membro da sociedade” (p. 283). Quanto mais intenso o estado de pobreza, atingido ao longo do desemprego, tanto mais patogênica se torna a situação, assim como a sensação de improdutividade, de inutilidade, e de marginalidade em relação ao mundo do trabalho.

Quanto a esta questão da “vagabundagem” e do desempregado visto como um “criminoso”, Goffman (1988), em suas notas sobre estigma, afirma que a sociedade cria categorias em que “alocamos” as pessoas. Essas categorias possuem suas próprias valorações. Segundo o autor, quando somos apresentados a uma pessoa estranha, o nosso primeiro movimento é de verificar a sua “identidade social”, ou seja, alocar o “novo conhecido” em alguma categorização. Esta categorização é permeada de “atributos”, e é o conjunto de atributos que percebemos no outro que nos informa se o mesmo é uma pessoa valorável ou não – é a *identidade social virtual*. Os atributos que na verdade o indivíduo possui, Goffman nomeia de *identidade social real*.

Quando se percebe no outro algum atributo indesejável, tende-se a reduzi-lo ao *status* de pessoa estragada e diminuída. Este é o sentido do *estigma*: olhamos para uma pessoa e a vemos com algum defeito, ou com menos valor. O que acontece neste caso é uma discrepância entre a “identidade social virtual” e a “identidade social real”. O estigma se

traduz por ser um atributo depreciativo. Porém, o indivíduo estigmatizado pode ser *desacreditado* ou *desacreditável*. A diferença entre as duas características é que na primeira a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente. Na segunda, ela não é conhecida e nem imediatamente evidente.

Goffman (op. cit.) menciona três tipos de estigma: as “deformidades físicas”; as “culpas de caráter individual”; e os “tribais de raça, nação e religião”. Localizamos nas falas acima, aproximações com o segundo tipo, onde o desemprego, de acordo com o autor, se encontra.

A noção de indivíduo desacreditado marca o desempregado por tudo que já mencionamos até aqui, e principalmente por esta condição ser considerada de responsabilidade – e até certo ponto de “escolha” – do indivíduo. Um dos entrevistados informou que há “um racismo, um preconceito” em relação ao desempregado, que “desempregado não pode fazer isso, não pode fazer aquilo”. Os atributos mencionados pelos jovens giram em torno de incapacitado, vagabundo, dependente, vadio e bandido. Todos relacionados socialmente com forte desvalorização social.

A vivência no cotidiano desses jovens, pelas falas explicitadas, demonstram uma aproximação com algo estigmatizante. As pessoas lidam com a “identidade social virtual”, isto se torna evidente quando nas falas acima, um jovem e uma jovem dizem que ninguém sabe o que se passa por dentro, na cabeça deles. Ou seja, as pessoas não conhecem sua “identidade real”. Percebemos aí um fosso entre essas duas identidades sociais, como descreve Goffman. E certamente esse fosso torna-se gênese de sofrimento.

3.1.4. “Deus sabe o que faz e se eu estou nessa situação é porque ele quer”

Em oposição a tudo tocado até o presente momento temos os jovens e as jovens ligados à religião católica e protestante. Para tais jovens a situação de conflito é amenizada, e vivências como frustração, cansaço, medo ou ansiedade não fazem parte do dia-a-dia. Isso se explica pela confiança na “vontade divina”, e a fé de que quando Deus quiser, a situação mudará.

A fé em Deus pode ser algo que explique essa diferenciação entre esses jovens e os que não têm esse tipo de vivência.

Muita gente vê como uma pessoa que não quer fazer nada, muitos vêem desse jeito. E outros, vêem apenas como mais um desempregado, querem ajudar mas não podem, outros podem mas não querem, e assim a gente vai andando (Augusto, 21r).

Eu acho que ele vê assim... que um dia esse jovem vai conseguir, mas não sabe quando. Por que tem muito... passa muito emprego no rádio, esses negócio assim, mas o jovem que não tem experiência, que nunca trabalhou e eles só pedem experiência, mas quem nunca trabalhou, não tem experiência para ter emprego (Renata, 23r).

Eles vêem... acho que pela comunidade daqui, eles não pressionam muito não porque eles sabem que é difícil encontrar, então eles não ficam em cima da gente não, contra nós não, mas... eles estão sempre ali, tentando ajudar de alguma forma. Pelo menos essa comunidade daqui eles... não falam muito sobre... assim, rezam, pedem, mas eles não ficam em cima da gente porque a gente não tem um emprego, eles tentam até ajudar de alguma forma (Paula, 21r).

Quanto a esta diferenciação encontrada nos jovens e nas jovens envolvidos com a religiosidade, Seligmann (1994) diz que é compreensível que, quando o desemprego se alastra a milhões de pessoas, encontra-se maior apoio nos grupos pertencentes. Isso se dá porque todos entendem que há uma condição “geral”, o que afrouxa em certo sentido, a situação estigmatizante. Porém, tal condição não evita o sofrimento psíquico e a perturbação psicossocial.

Ao que parece, para tais jovens, resta esperar que “as coisas aconteçam”, pois como dito anteriormente, não estão buscando emprego, e sim esperando. Enquanto isto, “vão vivendo”:

É, eu acho que cada coisa tem um tempo né, embora estando desse jeito... pelo menos nós que somos da Igreja esperamos a vontade de Deus se realizar até que venha (Augusto, 21r).

Eu sempre busco... vamos para um lado religioso, Deus sabe o que faz e se eu estou nessa situação é porque ele quer (Paula, 21r).

... pra gente que é da igreja a gente espera a vontade de Deus se realizar, então temos que perseverar, não só ficar em casa esperando ele vir, mas temos que confiar em primeiro lugar (Augusto, 2r).

... pra falar a verdade eu não me preocupo muito com os bens aqui da Terra não, pra mim tanto faz, se eu arrumar um emprego ou não, tá tudo bem (Fábio, 19r).

A primeira impressão que se ressalta é a questão do conformismo e imobilidade diante do desemprego. A vivência aqui é perpassada pela calma e confiança, e isso significa que não é

necessário se preocupar demais com a procura de um emprego, pois Deus o dará quando for o tempo certo.

Confiar em Deus também significa que não há necessidade de procurar emprego, já que é Deus quem garante ou não uma oportunidade. Isto tem implicado na não procura e não qualificação das pessoas envolvidas com a igreja. Nenhuma das pessoas entrevistadas envolvidas com a igreja está procurando emprego ou se qualificando em termos de conhecimento e técnica.

Neste sentido há duas contradições principais: primeiro, o fato de que mesmo sem uma perspectiva profissional e de independência financeira, pretendem num curto espaço de tempo casarem e terem filhos. Vale mencionar que três são noivos e dois estão preparando o noivado. O segundo ponto de contradição é que estes jovens são os mesmos que apresentam uma melhor compreensão da conjuntura social; são os que mais apresentaram críticas à sociedade, ao governo e ao sistema capitalista de produção. Pois para eles, o desemprego é um problema relacionado à forma como a sociedade se organiza, diferente de outros entrevistados, que não conseguiram localizar o porquê da causa do desemprego, dando explicações como “alta concorrência” e “muita gente no mundo”.

Estes dois pontos são contraditórios em si mesmos, ao mesmo tempo em que são contraditórios entre a realidade e o planejamento de suas vidas. Todos vislumbram noivar, casar, ter filhos e uma casa, e mantêm-se seguindo estas etapas. E podemos nos questionar: como eles podem manter uma família se não são financeiramente independentes? Não entrevistamos nenhum ou nenhuma jovem já casados, mas alguns irmãos dos entrevistados encontram-se casados, e vivem na casa dos pais com a/o cônjuge. Sobrevivem da ajuda dos pais e da realização de bicos (freqüentemente em ajuda ao pai ou a mãe em seus trabalhos).

Porém, além disso pudemos ter a oportunidade de observar que quando não se trata da casa dos pais, faz-se um “puxado”³² da casa destes. Outra forma de os novos casais obterem seu lar, é através da construção conjunta de suas casas, ou seja, alguns amigos e parentes se reúnem para a construção da casa, que geralmente é realizada no terreno dos pais.

³² Um cômodo ou dois construídos em continuação da casa principal, para os lados ou para cima.

Isto nos parece que há uma tendência ao empobrecimento gradual desta parcela da população, uma vez que a independência financeira – caso aconteça – se dá quando já se tem cônjuge e filhos. Este fato parece acontecer sem muitos conflitos com a família de origem e com as pessoas da comunidade religiosa.

Tudo isto entra em contradição com a capacidade crítica que esses jovens apresentaram sobre a conjuntura social. E nos indagamos como pode conviver num mesmo indivíduo um entendimento conciso da realidade, inclusive do trabalho, e suas ações parecerem tão opostas a este conhecimento. O que explicaria senão a fé? Ou seja, vai-se “andando e seguindo na vida”, enquanto isto, se espera pela decisão de Deus sobre o “momento da prosperidade”. Quanto a esta questão nos deparamos com a comparação entre a outra parcela das pessoas entrevistadas que não têm essa vivência religiosa e vive nas mesmas condições que estes, porém com muito mais sofrimento. E aí nos encontramos numa encruzilhada: a “alienação” proporcionada pela religião por um lado é responsável pela imobilidade dos jovens na busca e qualificação pelo/para o emprego; por outro lado, os jovens que não têm esta estrutura para se apoiar estão gradativamente vivenciando o sofrimento e a desesperança³³. Ao mesmo tempo também, os que estão numa busca ativa por emprego não o tem encontrado.

Vale ressaltar que o tempo livre passa a ser voltado para a igreja, com atividades como conservação, escolinhas dominicais, evangelização, coral, banda musicais etc:

Normalmente eu faço de tudo, porque eu que estou desde pequeno aqui me sinto responsável também pela igreja. Faço parte da pastoral, da oração, do louvor, do grupo de jovens, de tudo (Augusto, 21r).

No que se refere ao apoio da família para as pessoas dessa comunidade religiosa, pudemos perceber que não há maiores tensões ou cobranças, já que a situação é entendida não como culpa individual, mas como algo que é superior à sua vontade e está atrelado ao esquema econômico-político do país. A família, neste sentido, é o ponto principal de apoio e amparo:

Não, acho que medo eu não sinto, porque é como eu disse, eu ajudo os meus pais, os meus irmãos e eu sou dependente deles e eles estão prontos a me

³³ Acreditamos que apenas um estudo mais aprofundado sobre a questão poderá explicar. Provavelmente um estudo longitudinal se adeque à tal indagação.

ajudar sempre. Por isso que eu não sinto medo porque eu sei que se eu precisar eles estão ali para me ajudar (Paula, 21r).

De todo modo, num caso ou no outro, dos jovens desesperançosos ou dos jovens cheios de fé, ambos encontram-se numa mesma condição, a diferença que existe é na vivência: no primeiro caso é perpassada pelo sofrimento; e no segundo, o sofrimento é aliviado pela convivência e crença religiosas.

Os conflitos que apareciam inicialmente são eclipsados por outros diretamente ligados com a moral religiosa, tais como a proibição do sexo antes do casamento, também a individualidade sendo colocada depois do coletivo de fé; as horas que se trabalha sem remuneração para a igreja, ou para o bem de todos, a proibição das festas “mundanas” etc.

Isto nos faz refletir sobre a real função social da religião. Seria a de evitar que as pessoas entrem em contato direto com sua realidade e viva numa outra forma de sociabilidade? As pessoas estão se conformando a uma vida de precariedade sem se dar conta disso? A religião traz passividade diante das questões sociais? Mas será que em nível subjetivo, não seria esta uma forma de enfrentar as dificuldades da vida? Estas e outras indagações só podem ser respondidas com um estudo mais aprofundado.

Também podemos entender a função da religião neste caso específico como um mecanismo de regulação dividido pelo coletivo amplo, uma vez que o mesmo evita a vivência do sofrimento e o posterior adoecimento (somático e psíquico). Porém, não se trata de uma ideologia defensiva, já que para que esta possa existir, o risco deve estar relacionado diretamente com a tarefa realizada por um coletivo de trabalhadores. Além disso, a ideologia defensiva se refere a um mecanismo de defesa elaborado por um grupo social particular e a luta que se trava é contra os perigos reais, porém, sob arranjos rígidos que exigem a participação de todos (e tem o caráter vital e obrigatório), pois substitui as defesas individuais.

3.2. Desejo de Trabalhar X Exclusão do Mundo do Trabalho

Como visto teoricamente, quanto mais rígida for a organização do trabalho, menos esta permitirá a adaptação da tarefa ao sujeito, sendo assim, torna-se causa de fragilização somática por bloquear os esforços do trabalhador. No caso do desemprego não há tarefa a

adaptar, mas duas opções: a adaptação da realidade a si, ou a adaptação de si à realidade. E em ambos os casos, a organização do trabalho pode comprometer o equilíbrio psicossomático.

Apesar de não termos visualizado situações em que a doença somática se relaciona com o desemprego, acreditamos que seja de extrema importância ficarmos atentos ao fato de que a satisfação e o equilíbrio somático dependem da livre organização do trabalho. E caso não haja liberdade para o indivíduo exercer minimamente seu desejo, isto pode implicar na porta de entrada para um histórico de doenças psicossomáticas, podendo resultar numa desorganização mental.

No que diz respeito à exclusão do mundo do trabalho, que impede o emprego de inserção – ou primeiro emprego – a entendemos como uma séria rigidez do ponto de vista do equilíbrio psicossomático. Primeiramente porque impede que os sujeitos participem do trabalho e todo o resto que o mesmo significa; e segundo, porque a situação de viver forçosamente na condição de desemprego significa não haver investimento material ou afetivo com uma tarefa valorada socialmente, o que irá promover um acúmulo de carga psíquica positiva no sentido de adaptar-se à situação e produzir esforço e vontade para manter-se nas atividades cotidianas – inclusive de procura de emprego.

Isto tudo significa que há uma luta do próprio sujeito contra o seu desejo, num sentido de criar reguladores que possam diminuir a tensão estabelecida pelo desemprego. E a principal regulação é contra quem ataca o desejo. Mas como lutar contra uma situação tão imobilizadora e difusa? Esta é a questão principal, pois o medo, a sensação de inutilidade, a frustração e a vivência depressiva de um modo geral continuam presentes apesar dos reguladores. Seria esta uma contradição? Acreditamos que não.

E é exatamente neste ponto que entra a função do sofrimento, o regulador maior, que permite a vivência na normalidade. E é por isso a importância de analisarmos o desemprego, já que nele “o sofrimento aparece maciço e evidente” (Dejours, 1992, p. 27). É a anulação do sujeito enquanto ser. E a gravidade maior está na faixa etária a qual nos detemos, época em que deveriam ser definidos alguns caminhos, acaba por ser definida pela incerteza e insegurança da vida presente e futura. Esta anulação torna-se evidente quando “vagabundo” e “incapaz” – e algumas vezes “perigoso” – são os adjetivos que percebem como definindo a convivência social.

Segundo a Psicodinâmica do Trabalho, quanto mais alto na hierarquia estiver colocado o indivíduo (hierarquia das relações de trabalho), mais espaço há para o desejo e para o sujeito. Isto implica em considerar que a satisfação do desejo está excluída por duas razões: 1) porque estão impedidos de qualquer livre escolha sobre o trabalho; e 2) porque há pouco espaço para o sujeito e pouca autonomia para a realização do desejo.

Se fizermos um paralelo com a questão proposta por Dejours, e indagarmos no desemprego qual o lugar do desejo, e qual é o lugar do sujeito, a partir do que já discutimos podemos chegar à conclusão de que há pouco lugar para o desejo e para o sujeito. É importante que ressaltemos que estamos falando do ponto de vista do próprio sujeito, e não de um ponto de vista generalizado. Nos referimos a cada sujeito em si e sua relação com o mundo do trabalho – definida até o momento pela exclusão.

Uma das principais características da vivência subjetiva no trabalho, como vimos, é a *vivência depressiva*, e no caso dos nossos entrevistados, esta vivência é caracterizada pelos três principais sentimentos citados pela Psicodinâmica do trabalho, porém, com suas especificidades:

- *Indignidade*: a falta de significação (e desinvestimento) e o sentimento de vergonha (e constrangimento) por ser forçado a viver numa situação que não foi a sua escolha;
- *Inutilidade*: o sentimento de sentir-se qualificado, hábil para o trabalho e saber que todo o conhecimento e habilidades que possui não aplicação útil (não lhe permitem a oportunidade de mostrar o que sabe, sua competência), remetendo a uma situação de inutilidade, sem significação nenhuma – por não estar no campo da valoração social;
- *Desqualificação*: não há trabalho onde a imagem de si possa repercutir, não há tarefa, nem simples nem complexa. O que há é a ausência de elementos relacionados ao trabalho que possam repercutir tal imagem.

Neste sentido, entendemos que, se o sofrimento surge “quando estão bloqueadas todas as possibilidades de adaptação entre a organização do trabalho e o desejo dos sujeitos” (Dejours, 1992), concluímos que é a própria impossibilidade de adaptação entre essas duas esferas que aponta para a vivência do sofrimento.

E se nos questionarmos quais as *estratégias defensivas* para se proteger desse sofrimento, podemos caracterizá-las em dois tipos principais: as materiais, ou concretas; e as subjetivas³⁴.

³⁴ Esta separação se dá em termos didáticos, para que possamos visualizar melhor os processos que pretendemos analisar, porém, temos plena noção de que a materialidade e a subjetividade são imbricadas em si.

No caso das primeiras, podemos perceber as tentativas que os jovens mantêm para reagir contra a tensão a que estão submetidos: realizar “bicos”, como consertar guarda-chuvas, dar aulas de reforço para as crianças do bairro, ajudar nos serviços domésticos, lavar as roupas dos pais em troca de ajuda financeira, manterem-se estudando, sair semanalmente para procurar emprego, absorver-se na religião.

No caso das estratégias em nível mais subjetivo, constatamos duas formas principais: a aproximação e o afastamento do sofrimento. Podemos utilizar como exemplo de aproximação quando apesar do sofrimento sentido, há planejamentos para a manutenção do ideal vislumbrado: o trabalho remunerado e seus ganhos financeiros, pessoais e sociais – sem perder a esperança. No caso do afastamento, a negação do desejo e afirmação de que “não se espera mais nada”, ou seja, não há esperança, ou não há importância. Esta estratégia parece ser mais frágil, uma vez que no próprio discurso dos que nela se apóiam, há inúmeras contradições.

Estas diferenciações acontecem pelo fato de que, como Dejours afirma, como cada sujeito possui uma história pessoal – lhe conferindo a qualidade de ser único, individualmente também as reações às situações serão diferenciadas.

Também é importante salientar que a “normalidade não implica ausência de sofrimento”, e é isto que constatamos, pois apesar de os jovens entrevistados estarem “levando a vida” da forma como podem, isto não exclui a vivência do sofrimento. Uma questão que fica é, até quando eles vão se manter neste padrão de equilíbrio, pois segundo Dejours “o sofrimento, desde que perdure por um longo espaço de tempo, leva à doença mental ou física. A explicação para isto é o ataque aos alicerces de sua própria imagem” (Dejours, 1999 p. 19).

Nossos dados confirmam, através da presente investigação, que o trabalho tem um papel estruturante para os sujeitos e mantém-se *sim* na centralidade da referência do sujeito para com ele mesmo. Caso contrário, os sentimentos relatados e todo o sofrimento vivido por conta do desemprego não poderiam ser narrados e percebidos tão nitidamente.

Afirmamos também a importância do estudo da subjetividade, tornando visível o que é em princípio invisível, para entrar em contato com a dor, com o prazer, com o sofrimento. É importante que possamos ultrapassar a barreira do invisível e entrarmos em contato com os estados afetivos que, como menciona Dejours, são vivenciados de “olhos fechados”. Estados

estes que não podem ser medidos, não podem ser vistos concretamente, mas nada impede que sejam investigados, pois definem vidas e mobilizam pessoas, tanto para a saúde como para a doença.

CAPÍTULO 4

4. Relações Sociais de Sexo e Desemprego de Jovens

Neste capítulo, visualizamos as especificidades da vivência do desemprego entre os jovens e as jovens, atentando-nos ao fato de que estamos trabalhando com uma população de ambos os sexos. Desse modo, pudemos observar que há estereótipos do que é a feminilidade e do que é a masculinidade, transversalizando o “ser homem” e o “ser mulher” na vivência do desemprego.

4.1. “O homem tem mais opção”: A queixa feminina

Sobre as diferenças entre homens e mulheres no desemprego, inicialmente as opiniões ficaram divididas, parte considera que não há diferença, pois a necessidade, a dificuldade e a ansiedade são as mesmas para ambos:

Antes eu achava que havia, mas hoje não. Hoje tanto o homem quanto a mulher pensa em ter o seu próprio sustento, ter o próprio dinheiro pra agir... Porque antes, tinha aquela coisa, a mulher sempre foi dependente do homem e hoje em dia não é assim, a mulher também quer ser independente (Renata, 23r).

É possível perceber na fala acima que ocorre uma transformação que diz respeito ao homem e à mulher. A mulher parece ser percebida com mais autonomia, diferente de “antes”, onde era dependente do homem. Nitidamente há uma percepção da mulher tão independente quanto o homem.

Por outro lado, alguns acham que a situação é mais fácil para os homens, pois para as mulheres é mais difícil conseguir um emprego e mais fácil conseguir “bicos”:

Pra elas é mais difícil porque... pra elas é mais difícil assim, conseguir um emprego bom. Porque às vezes mulheres conseguem mais emprego doméstico, né isso? Coisas domésticas, aí é mais fácil para a mulher conseguir um bico, assim... (Clóvis, 20).

De um modo geral, os entrevistados entendem que o mais fácil para as mulheres é o trabalho precário, e, acrescentado a isto, que este trabalho se refere às tarefas relacionadas ao âmbito doméstico.

Também foi considerado que a mulher tem menos oportunidades e opções no que se refere ao mercado de trabalho, sendo muito mais fácil para os homens conseguir trabalho. No caso das mulheres, o que há de opção são os trabalhos relacionados com a esfera doméstica:

Eu acho, eu digo ao meu irmão... o homem tem mais forma de ganhar dinheiro, a mulher não... o homem tem mais opção. Mesmo não tendo um serviço certo numa empresa, ele tem as coisas dele, ele pega frete, você pode limpar um mato, pode cavar um buraco, fazer um muro, tudo o homem tem como correr, esses negócio, esses serviços assim, a mulher não. A mulher é mais difícil prá ela, porque tem coisas que... os serviços que tem é faxina, domésticas, os da rua simples, fora isso, os homens catam papel, catam garrafa de 2 litros, garrafa de refrigerante, de cloro. Eu acho que o homem tem mais chances (Margarida, 24).

A primeira diferenciação que se aponta aqui em termos de homem e mulher é a dificuldade de inserção no mercado e a precarização do trabalho, ambos relacionados com a mulher. Quanto a este fato, Farah (2003) afirma que as desigualdades entre homens e mulheres se refletem também em pequenas discriminações, em dificuldades que enfrentam as mulheres no cotidiano, como as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, de acesso a serviços, em um cotidiano penoso na esfera doméstica.

É como se em definição, à mulher se destina a função do cuidado com o mundo privado e a esfera doméstica, ao mesmo tempo em que atribuem à esfera doméstica um valor social inferior à esfera pública. Ligada a esta concepção está a desvalorização da mulher e de seu papel na sociedade (Abramo, 2002).

Isto se desdobra em uma consideração da mulher como “força de trabalho secundária”, uma forma complementar, circunstancial ou eventual em relação ao homem. Interessante que apesar das mudanças relacionadas à inserção da mulher no mercado de trabalho (mudanças qualitativas e quantitativas), essa compreensão ainda permanece presente em muitas correntes da teoria econômica e no imaginário empresarial (op. cit.).

Segundo Abramo (op. cit.), essa compreensão parte do pressuposto de que a mulher entra no mercado de trabalho apenas quando o homem (verdadeiro responsável provedor da família) é impedido de trabalhar e não pode cumprir a função de provedor. Sendo assim, a inserção feminina tende sempre a ser considerada como precária, eventual, instável e secundária. E,

caso o homem em questão consiga recompor sua atividade econômica, a mulher pode, então, retirar-se do mercado. Esta noção é responsável, por exemplo, pela remuneração inferior da mulher quando a mesma realiza trabalho igual ao realizado por um homem.

Esta caracterização do âmbito doméstico como exclusividade feminina e do âmbito externo ao lar como o espaço masculino nos dá pistas de como estas questões são desdobradas no desemprego. Kergoat (2003) nos lembra que tais relações se adaptam em termos de tempo e espaço, e ao que nos parece, a característica existente no âmbito do trabalho é reproduzida nas vivências do desemprego: a esfera produtiva destinada prioritariamente aos homens; enquanto que às mulheres se destina a esfera reprodutiva. Como essa esfera reprodutiva é desagregada de valor social, o trabalho da mulher passa também a não ter valor, e isto tende a se agravar quando falamos de desemprego.

É evidente nas falas que para a mulher o mais fácil, ou mais provável é o trabalho doméstico, e que para os homens, mesmo em se tratando de “bicos”, há uma facilidade maior. Em nenhum momento a esfera reprodutiva é pensada para os homens. Isto se relaciona com o fato de que na divisão social do trabalho, há o “princípio da separação” entre “trabalho de homens” e “trabalho de mulheres” (Kergoat, 2003). Vale ainda ressaltar que o trabalho do homem tem mais valor socialmente.

Quando nossos entrevistados reconhecem que para a mulher é mais fácil conseguir “bicos” e para o homem é mais fácil conseguir tanto um emprego como um “bico”, falam do que podemos nomear como “força de trabalho preferida pelo capital flexível”. Segundo Antunes (1998), os padrões de produção impostos pelo processo de reestruturação produtiva elegem a força de trabalho feminina como a mais adequada aos trabalhos flexíveis, precarizados, parciais e com baixa remuneração.

Estes aspectos têm sido discutidos em diversas disciplinas, principalmente na sociologia, e o que se conclui é que o trabalho produtivo e a relação assalariada não poderiam se estabelecer caso não existisse o trabalho doméstico. Isto acontece porque a desvalorização social deste tipo de trabalho, que seria a princípio “caro”, permite a organização da esfera reprodutiva e o estabelecimento do trabalho produtivo sem ônus nenhum ao capital (Kergoat, op. cit).

Um fato que chama atenção é o fenômeno da “feminização da pobreza” ou da pauperização das mulheres, principalmente na América Latina. No relatório sobre o Desenvolvimento

Humano no Brasil, de 1996 (apud Farah, 2003), um ponto ressaltado é o da feminização da pobreza, marcada principalmente pela disparidade salarial e a vulnerabilidade das mulheres chefes de família (correspondente a 58% das famílias com rendimento mensal de até meio salário-mínimo (op. cit.)). A autora aponta para a necessidade de garantia dos direitos trabalhistas e o reconhecimento do valor do trabalho não-remunerado e minimização de sua carga sobre a mulher.

Na evolução do mercado de trabalho latino-americano nos anos 1990, uma das características mais evidentes é o aumento da taxa de participação das mulheres, de 39% em 1990 a 45% em 1998. O que explica este movimento, segundo Abramo (2002), são três fenômenos: 1) a diminuição do número de filhos por mulher em idade fértil (processo de transição demográfica); 2) o acesso das mulheres à educação; 3) as crises econômicas que impulsionam as mulheres a entrar no mercado de trabalho.

Na América Latina, os países com a taxa mais alta de participação feminina são países nos quais existe elevada pobreza e informalidade, como o Paraguai e o Peru. Essa alta participação se dá no setor informal. Para a autora a contribuição das mulheres aos rendimentos familiares é cada vez mais importante para que uma parcela significativa da população latino-americana consiga garantir a sua sobrevivência, superar a pobreza e melhorar as suas condições de vida:

Entre 25% e 35% das famílias latino-americanas são atualmente chefiadas por mulheres (no Brasil é de 25%, segundo IBGE). O que significa que, em aproximadamente ¼ das famílias são as únicas provedoras (Abramo, 2002, p. 23).

Segundo Abramo (op.cit), em 25% das famílias urbanas da América Latina a renda da mulher é o que define se a família encontra-se na extrema miséria , na pobreza ou fora dela.

Nos últimos 30 anos, houve, no mundo inteiro, transformações notáveis em termos de crescimento da atividade feminina. Porém, as mudanças da divisão sexual do trabalho profissional não são acompanhadas por transformações similares na divisão sexual do trabalho doméstico e familiar. Ainda é de responsabilidade das mulheres a gestão e a execução das tarefas domésticas (Hirata, 2003).

Segnini (2003), em pesquisa sobre o desemprego de mulheres na Grande São Paulo, conclui que as mulheres vivenciam o desemprego com muito trabalho. São atribuições reconhecidas como exclusivas da mulher os cuidados com a casa e com a família, e apesar do excesso de trabalho as mesmas são consideradas como “sem trabalho”. Segnini também aponta as assimetrias que são vividas no âmbito doméstico.

De modo geral, os filhos sempre são considerados como possíveis colaboradores (meninos e meninas), porém, jamais responsáveis pelos afazeres domésticos (op. cit.). Exceção a este caso são as meninas que por conta do trabalho fora de casa da mãe são responsabilizadas pelo cuidado dos irmãos menores. Em relação aos companheiros, são raros os que participam das tarefas domésticas, mesmo quando na condição de desempregados.

Porém, na realidade investigada, apesar dos homens serem vistos como os mais favorecidos no mundo do trabalho, e inclusive na exclusão deste, não deixamos de perceber que os trabalhos – ou bicos – são absolutamente precários para ambos. A dificuldade da mulher em conseguir emprego deve-se ao fato, segundo as pessoas entrevistadas, de que há uma idéia generalizada de que a mulher é incapacitada para o mercado de trabalho e também mais desvalorizada que o homem:

Existe um pouco de preconceito, alguns acham que a mulher não tem capacidade, mas existem mulheres que são bem capacitadas pro mercado de trabalho (Fábio, 19r).

Mulher não tem como fazer bico, não tem como fazer nada, aí fica mais desvalorizada do que o homem. Porque mulher sente uma vergonha de não fazer, de tá num lá fazendo algum bico, homem não, homem sai procurando, não tem a vergonha de perguntar. A mulher tem vergonha de perguntar se tem algum bico pra fazer (Henrique, 22).

A questão da qualificação torna-se evidente nestas duas falas, não só em relação à capacidade da mulher, mas também no que refere ao comparativo desta com o homem. Ou seja, tanto no mercado de trabalho formal como no desemprego, o homem é visto como tendo mais vantagens em relação à mulher. Especificamente, ainda com a referência na reestruturação produtiva, a automação tem influenciado o trabalho das mulheres e a precarização do mesmo.

Em relação ao emprego feminino, Hirata (2002) afirma que o mesmo vem sendo suprimido, principalmente pelo fato de que na divisão sexual do trabalho, os postos automatizados são

ocupados pelos homens, e disso resulta uma diminuição no número de empregos qualificados para as mulheres. Isto é comprovado nas pesquisas sobre a temática, quando essas chegam à conclusão de que o sexo da mão-de-obra varia de acordo com o nível de automação (op. cit.).

Como resultado desse processo, às mulheres restam os trabalhos precarizados, que ainda não puderam ser automatizados ou que são dispendiosos demais para tal – ou seja, o papel de “tapar buracos” (Hirata, op. cit.). Gradualmente as mulheres vão perdendo seus postos de trabalho caso sejam automatizados, pois sabemos que uma oficina tradicionalmente feminina, com o processo de automação tem mais riscos de perder mão-de-obra feminina do que masculina.

Quando os jovens percebem que as mulheres são mais desvalorizadas que os homens, e que não têm as mesmas chances que eles, suas falas refletem uma vida cotidiana que lhes mostra tais configurações. Aqui cabe fazer o paralelo com o que Kergoat chama de “princípio de hierarquização”, em que o trabalho do homem é considerado mais valorado do que o trabalho da mulher.

Geralmente as mulheres, no mundo do trabalho, são consideradas como não qualificadas. O que remete a uma cultura em que os trabalhos não-qualificados são “feminilizados”. No âmbito do trabalho isto remete aos homens estarem do lado oposto da qualificação, a eles dá-se o legado da superqualificação (op. cit.). Os jovens entrevistados percebem esta realidade, mas sob o ângulo do desemprego e da precarização: a mulher é vista como não qualificada e como mais desvalorizada que o homem.

Dessa forma, a dimensão da divisão sexual do trabalho atravessa as relações de trabalho e também se reproduz no mundo do desemprego. E o âmbito doméstico se sobressai como o universo possível à mulher, enquanto que para o homem, as opções estão no universo externo ao doméstico. Esta construção do feminino como tecnicamente incompetente é característica da divisão sexual da técnica, em que o sexo da mão-de-obra varia de acordo com o nível de automação e de qualificação.

Neste sentido, o caráter fragmentado elimina as mulheres dos postos de direção e “por definição”, as mulheres são reconhecidas como não-qualificadas³⁵. Sendo assim, nesta lógica, operários e operárias são atingidos inversamente (Hirata 2002).

Quando o jovem entrevistado menciona que a “mulher não tem como fazer bico, não tem como fazer nada”, ele está partindo do pressuposto de que a mulher é incapacitada inclusive para a realização de “bicos”. Quando ele complementa que a mulher sente vergonha de procurar esse tipo de trabalho precarizado, ele pode estar apontando para a mulher que de alguma forma é responsável pela sua condição de precariedade.

4.2. “Todos me pressionam”: o desabafo masculino

O fator “liberdade” foi recorrente nas falas, considerado uma grande diferença que interfere no trabalho de homens e mulheres. Ou seja, os homens por serem mais livres têm mais vantagens em relação às mulheres no que se refere ao trabalho:

Para a mulher é mais fácil de se arranjar, de ficar dependente das pessoas do que os homens. Os homens, geralmente eles tem mais vantagens... porque eles são liberais né, eu como sou mulher eu sou mais presa, meus pais me retém muito por eu não ter um emprego, por eu ser fechada... eles me retém... e se fosse homem eles deixariam livres para escolher... cuidar da vida, sair para outros cantos. Então homem e mulher sempre tem aquela dificuldade, porque mulher é mais presa e homem é muito mais solto, mais... (Paula, 21r).

Esta característica da mulher com menos liberdade e com a possibilidade da dependência vai influenciar no próximo ponto a que iremos nos referir, o da “pressão familiar” sobre os jovens por conta do desemprego. Um primeiro aspecto que se ressalta é a diferenciação por sexo, ou seja, a pressão sentida pela jovem, se diferencia da que é sentida pelo jovem.

A própria característica do que se sente e a origem da pressão são diferenciadas. No que se refere às entrevistadas do sexo feminino, esta tem uma característica mais altruísta, é uma “auto-pressão”, havendo uma severa preocupação com o outro, que nesse caso é a própria família. Já no que se refere às entrevistas do sexo masculino a pressão familiar faz parte do dia-a-dia, com cobranças e ameaças. A preocupação neste caso é de “se livrar” da pressão e poder “ter as coisas”.

³⁵ Principalmente no que se refere às fábricas.

Numa análise mais geral, há uma maior “tolerância” da família com o desemprego *das filhas*, enquanto que *os filhos* desempregados convivem com uma constante pressão. Nos dois casos, as condições de pressão acontecem em duas formas principais: 1) a própria pressão individual, seja pelos anseios de planejamento e construção de uma vida independente, ou pela situação em que a família vive e a impossibilidade de poder ajudar; e 2) a pressão da família – direta ou indireta (verbalizada ou não) – e que vem principalmente da figura paterna.

Especificamente às jovens, umas não se sentem pressionadas; enquanto que as outras sim, mas “por elas mesmas”, por não poder ajudar em casa:

Minha mãe não me pressiona, eu que vejo aqui sempre faltando alguma coisa, e eu não posso ajudar. É tudo ela, tá entendendo? Tudo é ela, eu queria muito dar o de mim, sabe? Ajudar, eu me sinto pressionada por mim mesma (Kátia,20).

Fica evidente nesta fala que a situação do desemprego não é vivida livre do desconforto pelo “não poder ajudar em casa”. Além do que já tratamos no capítulo anterior, do sofrimento desta vivência, nos preocupamos em apontar a imobilidade que estes jovens estão vivendo. Não há uma preguiça ou uma falta de vontade no que se refere ao trabalho, e que o “não poder ajudar” tem incomodado e preocupado. E isto se dá principalmente no caso das jovens, por conta da sobrecarga que a mãe (ou os pais) sofrem com a sua incapacidade momentânea de cooperar com os gastos da família e inclusive delas próprias.

Quando o caso é referente à única pessoa que estuda na família, há uma pressão por conta da própria situação, pois a família mantém expectativas na filha que se dedica aos estudos:

Acho que como eu sou a única na casa que estuda aí tem a pressão da família que quer que você se destaque mais, tem até sua própria pressa, que assim, que você tá vendo que tá no caminho certo e você quer conseguir alguma coisa (Priscila, 20).

Aí se mostra um pouco da ansiedade compartilhada na família, com a filha que se diferencia por conta dos estudos. Talvez seja “natural” que se espere um pouco mais desta filha, e também que isto gere uma expectativa sentida com ansiedade por parte da jovem. Salientamos que na comunidade em que a presente investigação se deu, são poucos os jovens que

terminam o ensino médio, e menos ainda os que pretendem continuar os estudos no ensino superior.

Em termos de cobrança (para as jovens) esta pode não existir ou aparecer sutilmente:

Pressionada não, é como eu disse, eu dependo deles, então eles não me pressionam (Nair, 19)

Ou:

Não diretamente, mas do jeito que... minha avó mesmo, às vezes ela fala assim 'se tu já tivesse trabalhando, tu já me desocupava de algumas coisas, de sair, pedir dinheiro a mim, ver alguma roupa.', assim, essas coisas. Não é diretamente, mas o jeito que ela fala dá a perceber que é isso, que se eu tivesse trabalhando, ajudando ela, seria um pouco diferente (Nair, 19).

A cobrança, no caso das jovens, acontece de maneira sutil e isto provavelmente se dê exatamente pelo que estávamos abordando há pouco, o mundo privado da mulher. Tudo que falamos anteriormente sobre as relações sociais de sexo, da divisão sexual do trabalho e da técnica, serve para entender que ao rapaz se confere maior pressão para que este “assuma” o seu “papel” de provedor e/ou independente. Saffioti (2003) afirma que atualmente ainda se pensa com referência das posições essencialistas que vinculam a mulher à natureza e o homem à cultura. Sob este ponto de vista, o desemprego da jovem é mais “tolerável” que o dos jovens, uma vez que temos a crença compartilhada em sociedade de que é natural a mulher estar no âmbito doméstico, mas não é natural o homem não se manter financeiramente e nem auxiliar com as despesas de casa. Não podemos deixar de apontar que independente de ser homem ou mulher, os estereótipos do que é feminino e masculino são perversos em ambos os casos.

A pressão nesse caso permeia o convívio familiar, havendo cobranças, ameaças e insinuações constantes. O pai aparece como a figura familiar que exerce uma pressão maior:

Meu pai é quem me pressiona mais, fica cobrando que eu arrume um emprego (Fábio, 19r).

É dele chegar e dizer que não vai dar dinheiro, não vai dar roupa, não vai dar isso, não vai dar aquilo. Ele fica fazendo pressão e você tem que arrumar emprego ao fim da força. Mesmo que não tenha, mas tem que arrumar (...). Todos me pressionam (Henrique, 22).

A questão da pressão diferencia-se segundo os sexos. No caso dos jovens, estes sofrem pressões diárias principalmente do pai. É como se não fosse aceitável nem tolerável que o jovem fique desempregado, pois é sua obrigação sustentar-se e contribuir com a família³⁶.

Enquanto a preocupação das jovens é com a família de origem e está voltada para o presente; para os jovens, esta preocupação se volta para si e para a família que será formada, ou seja, se localiza no futuro:

Eu mesmo acho que me pressiono porque eu penso no meu futuro estável, alguma coisa assim... e a pessoa não ter emprego é duro, né? (Kátia, 20).

Me sinto por parte...porque eu sou noivo né, aí sempre tem uma pressão do lado e do outro né. Porque fica pensando em casar e não tem emprego... só por isso... de vez em quando, vem uma piadinha (...) da parte da família dela. Da minha também tem algumas coisas mas... isso é besteira, a gente chega lá (Augusto, 21r).

Há duas diferenciações principais em termos de pressão: 1) a pressão é maior no caso dos jovens e mais tolerada pela família da jovem, e 2) a preocupação para as jovens é mais altruísta, enquanto que para os jovens é mais individualista – se referindo ora à carreira, ora a família que irá formar.

Uma das entrevistas, porém, se diferencia das outras por ser mãe e negra. Sua vivência mostra-se repleta de angústia e a pressão do pai lhe parece muito violenta, assim como a falta de cobertura social para sua maternidade, que a deixa com poucas opções de mobilidade diante do desemprego:

Às vezes o meu pai chega e fica soltando indireta, que quem tiver seus filhos que sustente, sabe? Eu passei até uma semana sem comer aqui em casa! Que ele fica falando: eu to cansado de sustentar pessoas, vão procurar emprego! (...) Só que ele não me ajuda nem tanto, porque o que painho dá mesmo é um pacote de leite, uma caixa de massa, e um prato de cumê! Só! E em troca eu lavo a roupa dele. Eu já pensei em dizer isso a ele, mas eu não falo, fico calada, deixa pra lá, é melhor do que ficar discutindo. Tanto eu passo na cara como ele passa, e aqui sou eu quem realmente tá fazendo as coisas erradas, que não tá trabalhando, e eu tenho que ficar calada, né verdade? Uma vez eu disse a ele, “é mas eu lavo a roupa”, e ele disse que podia arrumar uma pessoa prá pagar. (...) Ele é quem joga na cara, ele cobra prá gente sair prá procurar, ele passa na cara o que dá, o que a gente come, que a gente fica o dia todinho vadiando, chega em casa e diz: e”u não sou vocês não, vadios, que ficam em casa de rabo prá cima assistindo televisão”. (...) Meu

³⁶ Em trabalho anterior verificamos em homens adultos que a pressão sentida é bastante intensa e resulta num sentimento de vazio e inutilidade, fazendo com que se sintam desvalorizados e derogados dos papéis de esposo, pai e trabalhador: TEIXEIRA ROCHA, E. K. G. *Desempregado: “Um Pedacinho de Papel Jogado na Rua”*. Prática de Pesquisa - Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

irmão também não gosta, mas vai fazer o quê? E ele fala mais com meu irmão também, fala bastante com ele! O meu irmão também não faz nada, só faz fumar, aí é que ele fala, diz cada palavra [desanimada]... cada palavra que é mesmo que uma facada na pessoa, e eu fico só ouvindo, porque eu sei que é prá mim e prá ele, é diretamente prá meu irmão, mas eu sei que é prá mim e ele. Se eu tivesse trabalhando eu num vivia aqui não, eu até podia pagar a alguém prá lavar a roupa dela porque ela não pode lavar (Margarida, 24).

A fala acima indica o sofrimento na condição de ser pobre, mãe e desempregada. O pai³⁷ aparece como a figura de pressão e de constrangimento para a jovem, que por sua vez ainda não encontra meios de reverter a situação em que se encontra.

A entrevistada tem um filho que não consegue manter sem a ajuda dos pais. Esta ajuda é paga com a lavagem das roupas e do cuidado da casa – dos serviços domésticos da casa de seus pais. Um dos principais problemas é a impossibilidade de trabalhar por não ter onde deixar seu filho. O ex-marido, por sua vez, não lhe ajuda.

Esta realidade é apontada por Abramo (2002): os maiores obstáculos para a inserção no mercado de trabalho são enfrentados pelas mulheres mais pobres, principalmente por duas razões: um nível mais baixo de escolaridade (e qualificação); e a ausência de serviços de cuidado infantil (Abramo, 2002).

Em gravidade à situação, segundo sua fala, neste e em outros momentos, a jovem se coloca como culpada pela situação: “sou eu quem realmente tá fazendo as coisas erradas, que não tá trabalhando, e eu tenho que ficar calada”. Além das dificuldades que a mesma sofre no seu dia-a-dia, também precisa lidar com este sentimento que lhe faz acreditar que a precariedade em que vive é responsabilidade dela.

A maternidade, diante de tais condições passa a ser, segundo a entrevistada, um castigo:

Ele diz, cuidado prá tu não arrumar outro filho, eu digo, não! Deus num vai permitir isso não, eu evito, Deus num há de me dar esse castigo não! Porque agora é um castigo, eu sem um emprego, ficar grávida, seria um grande castigo prá mim. {Mas você se cuida?} Graças a Deus eu sou muito bem informada nisso, faço prevenção todos os anos, nunca tive nada, uso preservativo, tomo anticoncepcional, sempre tomei, se eu ficar menina, só se

³⁷ Tivemos a oportunidade, num dos passeios à noite pela comunidade, de conversar com o pai da entrevistada. O mesmo não se referiu ao desemprego dos filhos, mas contou de suas angústias no trabalho (como garçom de um restaurante), da pressão sentida, da exploração, das condições precárias, da baixa remuneração etc. A mãe da entrevistada, que trabalha como agente comunitária de saúde é a que parece menos angustiada com o trabalho, porém não deixa de se queixar das condições de trabalho e de remuneração, que não convergem com a exigência “da prefeitura”. O que se tem nesta família é o quadro típico da família empobrecida ao longo dos tempos, vivendo numa condição de precariedade agravada pela exclusão dos filhos jovens do mercado de trabalho.

for falha técnica ou força de vontade divina. Se Deus me disser “eu vou mudar tua vida, vou te dar um emprego, tu vais ter esse filho e acabou”. Mas eu quero ficar grávida não, e também num posso ter filho não, como é que eu vou colocar uma criança no mundo e não poder dar as coisas a ele, né verdade? (Margarida, 24).

E apesar da dificuldade que existe, ela sente convicção de que não pretende voltar a vida que levava, submissa ao primeiro marido:

(...) viver minha vida, e dar o do meu filho, é só isso que eu quero, eu não quero depender de homem! Não quero mesmo, depois que eu tive essa decepção com o primeiro marido... não quero! Porque eu sei que é um mar de rosas no começo, depois... tá entendendo? Vem vindo as dificuldades, num gosto, não quero, quero um emprego e sustentar meu filho e morar eu e ele só. Eu não quero e não quero, e ele diz que eu vou pagar minha língua (Margarida, 24).

Estas duas falas anteriores mostram a dificuldade que as mulheres (cremos que podemos usá-la como um exemplo de uma situação dividida por outras mulheres) encontram diante da ausência de políticas públicas que possam lhes dar cobertura para as condições de mães e trabalhadoras.

Buscamos compreender as condições da vivência do desemprego em suas diferenciações para os jovens de ambos os sexos. Percebemos que nas formas concretas que experienciam o desemprego, em alguns momentos há uma aproximação e em outros há um distanciamento na compreensão e na vivência do desemprego jovem.

Visualizamos que as relações dos dois grupos sociais – homem e mulher – têm uma base material (como afirma Kergoat, 2003) que lhes perpassa: o trabalho. No nosso caso, o “não trabalho” também expressa as características da divisão sexual do trabalho, marcando o espaço reprodutivo como da mulher e o produtivo como o do homem. Notadamente isto se dá com as variações peculiares a que dizem respeito.

Algumas das configurações que teoricamente foram vistas no mundo da produção em diversas realidades, puderam ser vistas na nossa investigação na esfera do desemprego jovem. Tais configurações são os lugares geralmente opostos em que se encontram homens e mulheres, como as dificuldades da mulher para inserir-se e manter-se no mercado de trabalho, e uma maior facilidade do homem para encontrar um emprego (formal ou informal) ou um “bico”.

Também apontamos o trabalho doméstico reconhecido e vivido como a “esfera de responsabilidade da mulher”, esfera esta menos valorizada o espaço público, reconhecido como do homem.

Há tensão na relação homens-mulheres no que diz respeito ao *não-trabalho*, porém, afirmamos que as diferenças constatadas entre as práticas dos jovens e das jovens são construções sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica. Sobre as relações sociais de sexo, apontamos grupos que se apresentam próximos em alguns momentos, porém antagônicos quando falamos do trabalho.

Por fim, afirmamos que apesar da hierarquização que existe nas relações sociais de sexo, a situação do desemprego é perversa para homens e mulheres, seja em termos das queixas femininas, ou dos desabafos masculinos. A condição social de pobreza está presente nos dois grupos, obviamente os atingindo de modos diferenciados. Também é importante salientar que o desemprego apresenta repercussões diferenciadas para ambos os sexos, explicadas pelas diferentes trajetórias, vivências e expectativas a respeito do mundo do trabalho.

5. Considerações dos Desempregados acerca do Desemprego

No presente capítulo buscamos identificar a percepção dos jovens e das jovens a respeito do mundo do trabalho e do desemprego. É neste momento que faremos o encontro dos dados representativos da realidade econômica e social no Brasil e no mundo, as configurações reais que estes dados indicam e as respostas políticas que pudemos observar.

Nos dedicaremos a mostrar os encontros e desencontros (muito mais desencontros) das pessoas investigadas. As dificuldades encontradas no cotidiano revelam como lidam diariamente com a exigência da qualificação, a alta concorrência, a não oportunidade dada, a exigência de experiência, o risco da violência etc.

Também tratamos de caracterizar o quê na vivência dos jovens são resultados do processo de reestruturação produtiva, do mercado flexível, da reforma da educação profissional, e enfim, da luta contra a gradual piora na qualidade de vida. Finalizamos com uma discussão a respeito das políticas públicas necessárias para amenizar a precariedade da vida dos jovens.

Diversas foram as perspectivas apresentadas sobre o “porquê” da dificuldade de conseguir emprego, porém, a principal delas foi a exigência de “experiência”. Todas as pessoas entrevistadas justificaram a dificuldade de inserção no mercado por conta da exigência de um tempo mínimo de experiência na área específica onde o trabalho será realizado.

Levando em consideração que são jovens que encerraram há pouco tempo os estudos de ensino médio, nenhum deles possui experiência profissional, seja em qualquer área. E segundo eles, esta situação os impede de ter oportunidade de acumular experiência.

5.1 “Como a pessoa vai ter experiência se nunca trabalhou?”

Nos relatos a seguir notamos esta e outras questões que os jovens percebem relacionadas entre si:

Ah, eu não sei! É isso que eu queria saber! Porque é tão difícil que cada porta que a pessoa bate exige experiência. Como a pessoa vai ter experiência se você nunca trabalhou? Tá entendendo? (Kátia,20).

Essa exigência de experiência não leva em conta os cursos que esses jovens têm, pois o que interessa mesmo é que “a pessoa tenha trabalhado, tenha alguma coisa assinada na carteira”:

... só pedem com experiência, mas experiência essa que o jovem tem, mas não é daquele tamanho. Por exemplo, sua empresa quer que eu tenha ensino médio e tenha o curso de computação, mas esse curso de computação seja avançado, mas eu não tenho esse curso avançado. Aí eu acho que é isso, eles querem com muita experiência, mas se a empresa não pega ninguém sem experiência, como é que o jovem vai ter experiência? Eu acho que os pontos são esses, é experiência que eles pedem (Nair, 19).

Estes dados também foram encontrados em pesquisa realizada no Rio de Janeiro pelo Ministério do Trabalho (em 2003), em que os egressos de cursos de qualificação profissional atribuíram a razão do desemprego à falta de vagas e à demanda de experiência cobrada pelo mercado (apud Baptista, 2004).

Quanto a isto, Leite (2003) afirma que a realidade hoje é que “sem experiência não entra, não entrando, não têm experiência” (p. 158).

Ao que parece, “não ter experiência” significa não estar qualificado. Pelo que as estatísticas mostram, o problema do desemprego é visto como a desqualificação do sujeito que busca o emprego. Ou seja, o problema está na escolaridade.

Novaes (2003) foge da explicação do problema via escolaridade, pois afirma que os jovens de hoje estão muito mais escolarizados do que os de gerações passadas. Segundo ela, dizer que o problema é de educação, é fugir do problema do emprego. E é taxativa ao afirmar que de fato os jovens que estudam e se capacitam não terão emprego, e “não terão emprego se não for alterado o modelo econômico”.

Pochmann (2000b) concorda com este aspecto quando afirma que um fator que demonstra as faces da flexibilização e da precarização do trabalho trata-se da menor participação no desemprego das pessoas que têm um grau de instrução menor dos que os que possuem alta escolaridade. Estando a dificuldade maior entre as pessoas com escolaridade entre o ensino médio completo e o ensino superior incompleto.

Muito embora a qualificação, a princípio pareça ser um pré-requisito, ela não é válida em muitos casos:

Porque eu acho que as pessoas não estão abrindo espaço para as pessoas que não tenham tido experiência, pessoas que não estão qualificadas. Às vezes pode até está, mas eles acham que não por nunca ter tido uma experiência, fica muito difícil (Paula, 21r).

E mesmo com a qualificação exigida, eles percebem que o desemprego não atinge apenas quem está na mesma condição que a deles, ou seja, da “inexperiência”. E se o desemprego atinge também as pessoas “muito qualificadas”, isto significa que quem ainda não chegou nesse “muito” está numa situação bem mais delicada:

Porque a gente vê diariamente o número de desemprego, os números aumentando cada vez mais, pessoas qualificadas procurando emprego e não tão achando. E a pessoa que não tem experiência, é ruim. Se as pessoas que tem experiência não tão encontrando, imagine quem não tem! (Clóvis, 20).

E além desses problemas de qualificação ou não qualificação – o que às vezes se confunde com experiência ou não experiência – os jovens também se sentem prejudicados pela própria situação econômica em que se encontram. Se de um lado não conseguem se inserir no ensino superior público, por outro não têm renda para se qualificarem nos diversos cursos que são exigidos pelo mercado:

Porque o mercado de trabalho está cada vez exigindo mais dos jovens, né. Cada vez exigem mais e assim... principalmente o jovem que não tem condições. Hoje é meio assim, ter condições de fazer cursos, se preparar melhor para o mercado né Acho que o mercado está cada dia exigindo mais. E o jovem não está tendo condições de pagar um bom curso, se aperfeiçoar mais (Moema, 20).

E se a pessoa não tem condições de fazer um curso também fica difícil, né? (Fábio, 19r).

hoje em dia já piorou a coisa, hoje em dia eles já pedem o 3º, já fica mais difícil conseguir porque se o 2º já é difícil concluir imagine o 3º, pra chegar

lá só universidades federais que são muito concorridas e muito difícil de entrar. Hoje em dia a maioria das pessoas não têm condições de se profissionalizar como pedem (Paula, 21r).

Ele quer que eu arrume dinheiro num sei de onde prá tirar foto, quer que eu coloque currículo, e eu não tenho, ele sabe que e não tenho! Ele vê todo dia o que eu tenho e o que eu não tenho e ainda quer, e quer que eu coloque currículo, e eu tenho que tirar foto! O dinheiro do currículo e da foto é o dinheiro de um pacote de leite pro meu filho! Eu não vou fazer isso! De jeito nenhum! (Margarida, 24).

Um outro fator percebido pelos jovens trata-se da concorrência muito grande por emprego nos dias atuais. Atrelado a isto também foi citado o que nomearam de “peixada”, em que algumas pessoas têm privilégio sobre as outras, são “ajeitadas” numa determinada vaga, sem passar por seleção ou algo do tipo. Neste caso específico, os pobres seriam os mais prejudicados. Como vemos a seguir:

Às vezes os ricos têm mais direitos do que os pobres, porque quando você tem como falam por aí, peixada, fica mais fácil de arrumar um emprego. E os pobres como não conhecem muita gente, como não têm peixada, aí fica mais difícil ainda, por causa disso, aí o desemprego aumenta eu acho mais pro lado dos pobres do que pro lado dos rico (Henrique, 22).

Pedem muito experiência, e uma coisa que também acontece muito é que você só consegue emprego se alguém de lá ajeitar prá você, sabe? Tipo esse negócio de peixada, e ir atrás assim e conseguir é quase um milagre (Margarida, 24).

Percebemos nessas falas a “lei do favoritismo”, ou seja, a condição de privilégio de alguns sobre outros. Situação que reforça o elitismo típico da sociedade brasileira, minoria que segundo Pochmann (2000b), mantém os padrões econômicos por meio da “referência familiar, patrimonial e de poder” (p. 51). A esse respeito, da exclusão social, Pochmann (2003) cita o número brasileiros, que entre as décadas de 1980 e 2000 aumentou 11% , cerca 47,3% da população de 170 milhões. O desemprego e a violência aparecem, segundo o autor, como eixos centrais da exclusão social em nosso país.

Outro ponto importante apresentado pelas pessoas entrevistadas foi a “concorrência”, pois “a procura é grande e o mercado é pequeno prá tanta gente... é pouco trabalho pra muita gente” (Giovana, 19) e que “... uma vaga que aparece, dez pessoas vão lutar por ela” (David, 23r).

Pochmann (2003) traduz essas falas em termos da evolução econômica e política tradicionalmente brasileira, fundamentada principalmente na condição de “entreguismo³⁸” aos interesses internacionais, forçando a produção nacional à dinâmica econômica externa. Como resultado temos uma estrutura social brasileira extremamente fechada e limitada à mobilidade social, impedindo a ascensão das classes subalternas – que segundo o autor, tem estado “abandonada ao livre jogo do darwinismo de mercado” (p.137).

5.2. Contradições da Educação Profissional

Nos artigos 39 e 42 da Lei de Diretrizes de Base (LDB) afirma-se que a educação profissional é dirigida para o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e que essa educação pode ser atrelada ao ensino regular.

Jacinto e Juarez (1994 apud Leal, 2004) informam que os jovens dos setores marginalizados são um desafio para os programas de formação profissional, pois estes jovens prescindem de necessidades específicas. Tais necessidades são resultantes da condição de vida particular marcada pelas desvantagens que se expressam em deficiências de diferentes ordens, tais como financeira, social e de renda familiar.

Um dos desafios para a educação formal e a capacitação direcionadas à população pobre de jovens é a garantia dos requisitos mínimos tanto para o enfrentamento das necessidades básicas e imediatas, como também para o acesso a condições de vida melhores (Leal, 2004).

Uma das alternativas vista por Leal (2004) para o desenvolvimento educacional e laboral são as políticas sociais da juventude e infância. Tais políticas já são apontadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na LDB no sentido de manter o trabalho e os estudos voltados para o pleno desenvolvimento das novas gerações.

O tema da qualificação tem sido bastante discutido quando se remete aos jovens em busca de emprego (ou do primeiro emprego). Baptista (2004) chama atenção para alguns fatos que nos passam às vezes despercebidos, como o investimento de recursos públicos em programas que visam a qualificação técnica de trabalhadores jovens (neste caso tende-se a achar que o

³⁸ Termo utilizado pelo próprio autor.

problema do desemprego é por conta da desqualificação técnica). Em sua maioria, os recursos vêm do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Essa questão da escolaridade foi algo bastante explorada pelos entrevistados, pois consideram que o ensino médio perdeu sua importância:

Acho que 2º grau não é nada, não significa nada, eu acho né. Porque você terminar o 2º grau... cada dia exige mais uma coisa né, e 2º grau eu acho que está muito desvalorizado, tá significando quase nada (Moema, 20).

Eu acho que hoje em dia ensino médio não tem muito valor não. Porque tem muita gente que tem ensino médio e se for depender do ensino médio não acontece nada não, não arruma emprego não. Hoje em dia o que mais a gente depende é de curso, é formado nisso, naquilo, computação, curso de qualquer outra coisa assim... o ensino médio... não é preparatório não (Edwaldo, 19r).

A qualificação é algo que hoje define a entrada no mercado de trabalho, mas mesmo assim, não é aceita no mercado qualquer qualificação:

... curso de computação, inglês, espanhol básico, tudo vai pro meu currículo, mas quando vai para a empresa acho que é a experiência que tá faltando (Clóvis, 20).

Em relação a esta questão, Novaes (2003) afirma que os jovens e as jovens pobres não embarcam no “mito da escolaridade”, pois para eles, a escola já não é mais garantia de empregabilidade. Segundo a autora, tais jovens ao terminarem o segundo grau esbarram com a concorrência de candidatos mais qualificados e com um nível maior de escolarização.

Na maioria das vezes a qualificação exigida não se explica pela função que será exercida, por está muito além do que o cargo em si requer:

Agora se pede a experiência, pedem muito a experiência, em informática... tudo, até prá pessoa ser um vendedor de picolé... eu já vi na televisão, da Kibon Sorvane, tem que ter o primeiro grau completo e um ano de experiência. Prá vender picolé, prá entregar e dar troco. Tudo pede experiência, tudo... e eles já botam isso que é prá dificultar mesmo (Margarida, 24).

Possivelmente, segundo Novaes (2003), nos requisitos para algumas dessas ocupações, exige-se até mesmo o ensino médio. Mas não é necessariamente uma mudança no conteúdo do trabalho que exige uma pessoa mais escolarizada. Ou seja, a educação deve ter valores e objetivos muito mais nobres do que exclusivamente a questão funcional do mercado de trabalho.

A “experiência” que eles não têm é uma condição que se coloca acima de suas outras qualidades, inclusive cursos realizados e o ensino médio concluído:

quase todas as empresas elas pedem a experiência... como é que você sai do ensino médio, vai à procura de emprego, e pela primeira vez vai ter experiência de alguma coisa? Aí isso é que causa também o contratempo de não arrumar emprego, por causa disso (Henrique, 22).

Porque quando você vê na propaganda, o pré-requisito é ter o ensino médio... mas aí, eles falam ensino médio, mas quando você chega lá é tanta coisa, é curso disso, aí vem a experiência que eu te falei. Pelo menos 6 meses, tem que ter a experiência, aí o ensino médio vai pra onde? Nem adianta mais (Nair, 19).

Esta é a realidade de jovens que estão completamente descobertos em termos de proteção social. Inclusive de programas de qualificação da mão-de-obra. Porém, temos visto na literatura especializada, que a situação não é diferente para jovens que passaram por programas de qualificação. Sobre este aspecto é importante indagar sobre o que acontece com os jovens que participam de programas de qualificação profissional. Qual será o quantitativo deles que consegue inserção no mercado de trabalho?

Não encontramos dados concisos em relação a este aspecto para o Nordeste e Pernambuco, mas podemos utilizar como exemplo a experiência do Rio de Janeiro (RJ). Uma pesquisa da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR)/Ministério do Trabalho informa o seguinte quadro:

Quadro 5: Egressos de cursos de qualificação profissional: resultados	
Situação após a realização do curso	Porcentagem do total de alunos
Inalterada	75%
Passaram a receber mais	21%
Passaram a receber menos	5%

Fonte: Baptista, 2004 p. 142

Ainda em relação à mesma pesquisa, 73% dos entrevistados não atribuem que a mudança se deu por conta da realização do curso.

Podemos citar dois exemplos sem muita profundidade: em Pernambuco aumentou o número de egressos sem remuneração: de 51% a 61%; e na Paraíba enquanto o salário médio aumentou, o dos grupos mais pobres diminuiu (op. cit.).

Ainda sobre a mesma pesquisa, alguns pontos merecem destaque sobre o Plano Nacional de Formação Profissional (PANFLOR), pois os egressos consideram como pontos críticos do programa a limitação e desarticulação dos conteúdos; a duração reduzida do mesmo, a ausência de estágio; e que o curso não acrescenta nada à vida profissional.

Apesar de não ser nosso objetivo analisar nenhum tipo de programa, essas informações dizem respeito ao peso de tais programas sobre o orçamento público. A título de exemplo, no primeiro ano de implantação do PANFLOR em 1999, foi gasto um total de 356 milhões de reais. Esta verba é retirada do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Os programas para onde esse recurso foi destinado são: supletivo e telecurso; jovem em situação de risco social; capacitação solidária; jovem em busca do primeiro emprego; jovem em risco social (Baptista, 2004).

A concorrência somada à exigência cada vez maior, faz com que esses jovens mantenham-se excluídos do mercado de trabalho:

A gente tem a teoria, mas não tem a experiência. Então não tem como eles pedir sem ter. Alguns estão velhos para trabalhar e outros estão novos e não trabalham porque não têm experiência (Augusto, 21r).

E por mais que tentem se qualificar, a sensação é de que nunca conseguem chegar próximo ao que é exigido. É uma corrida contra o tempo, pois sempre tem algo a mais sendo exigido:

... porque tem lugares que pedem curso superior... aí a gente já pensa assim: pôxa, a pessoa já rala pra terminar o 3º ano, pra terminar o 2º grau, e depois do curso superior já tão pedindo mais alguma coisa à frente, sempre... e nunca chega a um emprego... (Kátia,20).

Estas falas remetem a uma das características do mercado flexibilizado, a do trabalhador “super-qualificado”. Pesquisa realizada por Martins (1997) traz alguns exemplos de como têm sido a realidade de jovens que se empregam nas indústrias do ABC paulista. Segundo a mesma, estes “são utilizados como massa de trabalho”, onde não há chances de qualificação, constituindo um batalhão de “mão-de-obra mais barata”. E mesmo os que são qualificados, com um nível maior de escolaridade, hoje estão trabalhando na linha de produção, em atividades aquém de suas capacidades e com dificuldades de ascensão profissional.

Essas citações são confirmadas por Castilho (apud Martins, 1997), em entrevista com jovens, onde estes afirmam a necessidade de qualificação e ampliação dos conhecimentos, não para a ascensão profissional, mas sim para a manutenção de seus lugares na linha de produção.

Também encontramos tais referências em Druck (2002), que a noção de empregabilidade, atrelada à de empreendedorismo sustentam a flexibilização, resultando numa crescente necessidade para o mercado, de trabalhadores superqualificados, ou de “novos trabalhadores” adequados a esta nova configuração.

Neste sentido, três questões se inter-relacionam e estão intimamente imbricadas com a condição de trabalho (ou não-trabalho) de jovens: a reforma da educação profissional; o empresariado na responsabilidade da qualificação da mão-de-obra jovem; e a falta de cobertura social. Nos deteremos brevemente a cada uma delas.

Primeiramente, é importante destacar a atual discussão sobre a reforma da educação profissional, implicando principalmente na separação entre ensino médio e ensino técnico profissional. Baptista (2004) considera tal separação num grande retrocesso, já que fatalmente mantém-se uma diferenciação entre as educações que se oferecem para os filhos da elite e os filhos da classe trabalhadora – elitismo que caracteriza nossa história, no Brasil.

Baptista (op. cit.) se remete ao PLANFOR, que tem sido orientado pelas diretrizes de política social do Governo Federal e do Sistema Público de Trabalho e Renda (STPR). O PLANFOR, pretende manter uma ação anual de qualificação e requalificação de pelo menos 20% da População Economicamente Ativa (PEA) – isto significa 15 milhões de trabalhadores ao ano.

Nesta perspectiva de qualificação para o trabalho, o Ministério do Trabalho pretende alcançar os seguintes objetivos:

- a. Formação e atualização profissional em contextos de mudança e modernização tecnológica;

- b. Aumento da probabilidade de obtenção de emprego e de geração ou elevação de renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego;
- c. Aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade;
- d. Elevação da produtividade, da competitividade e renda.

No geral, o Plano, segundo a autora (2004), trata-se de uma política pública de emprego e renda, ou seja, uma política pública de trabalho. Baptista considera que este é um ponto crucial da questão, uma vez que a educação profissional – historicamente responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) – passa a ser redimensionada e administrada pelo Ministério do Trabalho.

Nesta configuração, perde-se o caráter educacional previsto no ECA e na LDB, de “desenvolvimento pleno das novas gerações”. Volta-se a educação para as necessidades do mercado, independente do desenvolvimento do jovem envolvido na questão.

Baptista afirma que isto é um reflexo da reforma do Estado, que tem sido reconfigurado frente às determinações da globalização e da reestruturação produtiva. Isto tem resultado em uma educação profissional voltada para demandas emergenciais e com caráter superficial.

Além do que, na nova Lei de Diretrizes de Base (LDB) não está definido as instâncias às quais competem a educação profissional. Não está claro no documento, segundo a autora (op. cit.), se são os Municípios, os Estados, a União, ou as empresas (sejam privadas ou públicas). Porém, a autora afirma que com os processos de privatização, está havendo um gradual processo de transferência de responsabilidades de políticas educacionais para as entidades privadas. Estas têm ocupado cada vez mais os espaços que historicamente foram do Estado. E na especificidade da formação de jovens, a preocupação é a de enquadrá-lo nos moldes do novo paradigma produtivo.

E neste universo da qualificação, percebe-se uma ruptura com o modelo fordista e toma-se agora a noção de “competências”. Nas palavras da autora:

À medida que valoriza o “saber ser”, em detrimento de um “estoque de saberes”, coloca a qualificação hipotecada a uma necessidade, ou a um conjunto delas, estando não na sociedade, mas no mercado seu ponto de partida. É nesse sentido que pensar hoje na noção de qualificação e desqualificação leva a pensar na idéia de “empregabilidade” (Baptista, 2004 p. 135).

A empregabilidade se refere à capacidade do indivíduo de manter-se empregado ou encontrar um novo emprego quando demitido. Assim, o desemprego tem as causas na baixa empregabilidade da mão-de-obra, e não na conjuntura mais ampla.

Sobre esta compreensão do desemprego, se funda ao mesmo tempo, a política nacional de educação profissional, e a política pública de emprego e renda. Junta-se então a perspectiva de inserção do jovem no primeiro emprego e a formação junto ao trabalho. Enfim, espera-se através de uma política educacional resultados de uma política de emprego (Baptista, 2004).

Neste sentido, destaca-se dois aspectos: 1) o desemprego é individualizado, deixando de lado a sua importância enquanto “questão social”; e 2) a consideração dos trabalhadores não mais enquanto tal, mas sim enquanto “cidadão produtivo”, de onde se cria novas bases de exploração (op. cit.).

Sendo assim, se o mercado tem sido o ponto de partida para pensar a educação profissional, os empresários, assumem o papel central na qualificação de jovens para o trabalho. Isto se explica, segundo Saviani (1994), porque a educação apresenta um caráter improdutivo, já que coincide com a escola, e neste sentido, a educação torna-se situada no “não-trabalho” ao invés de ser voltada para a produtividade do mercado. Complementando esta afirmação, Silva Filho (1994) considera que a educação voltada para o desenvolvimento pessoal, a preparação para a cidadania, esta se opõe às necessidades dos empresários – ou seja, não serve.

Silva Filho (op. cit.) defende a participação direta do empresariado na educação e na escola por três razões: 1) porque o empresariado passa a se familiarizar com tais questões; 2) porque é uma ajuda ao governo, já que a situação está demasiadamente precária; e 3) porque é a empresa quem mais ganha com a melhoria do padrão educacional da mão-de-obra. Para o autor, o indivíduo precisa ter capacidade de acompanhar as mudanças e avanços da sociedade moderna, exigindo assim a capacidade de “aprender a aprender”. Já Bongo (2004) considera que este é o principal problema deste tipo de iniciativa – a juventude sendo vista como capital humano para o desenvolvimento econômico.

Carvalho (1994) por sua vez, acredita que é necessário a disponibilidade de uma força de trabalho educada para viabilizar estratégias produtivas centradas na capacidade de aprendizado e inovação das firmas. Para isto, a educação precisa fornecer uma base de

recursos humanos qualificada para o desenvolvimento da competitividade do setor produtivo no Brasil – o que significa capacidade de inovação.

Em relação ao terceiro ponto cabe deixarmos a discussão do governo e das políticas públicas e sociais para um momento posterior, visto que tal debate é mais abrangente e se refere ao todo deste capítulo.

5.3. Quem roubou o meu futuro?

Os jovens e as jovens entrevistados consideram que de um modo geral o Brasil irá piorar em relação a diversos aspectos, tais como a criminalidade, o envolvimento dos jovens com drogas, a miséria e a desestruturação social, o aumento da violência, a precarização das vidas, e o envolvimento com a prostituição.

Sobre a criminalidade e a violência, segundo as pessoas entrevistadas, não precisamos pensar num futuro muito distante, basta olhar para as conseqüências do desemprego nos dias de hoje:

É o que nós estamos vendo hoje em dia, acho que não precisa nem ir muito no futuro, já agora a gente vai em qualquer canto e já vê pessoas que simplesmente roubam, matam, vão para o vício, vão para as coisas mais fáceis que encontram. Então, é isso, a violência, tudo vai ser a violência (Paula, 21r).

É o que acontece hoje mesmo... roubos... tudo isso por causa de dinheiro, eu acredito assim, que realmente tem muita gente que não presta, mas tem gente que tá desempregado e procura esse mundo perdido mesmo. A tendência é só piorar mesmo (...) O mundo perdido é assim, com essa violência, os mata-mata... é isso! (Kátia,20).

Sobre o aspecto da violência e do envolvimento de jovens com o crime, o quadro abaixo dá um “raio x” do sistema penitenciário de Pernambuco, num número aproximado de 14.000 detentos:

Quadro 6: Faixa etária da população carcerária de Pernambuco	
15%	entre 18 e 21 anos
60%	entre 18 e 30 anos
40%	acima de 40 anos
Fonte: Jornal do Commercio 29/12/2004	

Os entrevistados também percebem que há um aumento no número de jovens que se envolvem com homicídios e estão sendo presos. A isto se relaciona a má qualidade da educação no Brasil e o desemprego:

A gente tá vendo agora né, mais jovens sendo preso, mais jovem se matando, mais jovens morrendo, também por causa disso né. Primeiro lugar é a educação né, que também não está boa no Brasil, mas em primeiro lugar é o desemprego, que não acham o que fazer e querem ganhar dinheiro de todo jeito (Augusto, 21r).

A fala dos jovens corrobora com a realidade que encontramos em forma dos seguintes dados:

Quadro 7: Nível de escolaridade da população carcerária de Pernambuco	
RMR	Interior
23% analfabetos	32% analfabetos
35% fundamental menor	37% fundamental menor
31% fundamental maior	23% fundamental maior
3% ensino médio	2% ensino médio
1% ensino superior	0,4% ensino superior
	5,5% não informaram
Fonte: Jornal do Commercio 29/12/2004	

Estes dados, levantados pela Secretaria Executiva de Ressocialização do Estado de Pernambuco, ressaltam dois aspectos principais: o baixo nível de escolaridade e a pouca idade dos detentos do Sistema Penitenciário de Pernambuco.

Sob o ponto de vista da educação, percebe-se que o interior do Estado apresenta um déficit maior em relação à RMR. Porém o mais gritante é o fato de que a grande maioria da população carcerária é formada por jovens, somando 60%.

O que estes dados demonstram é a falência das políticas sociais em relação aos jovens³⁹, que por sua vez estão entrando cada vez mais cedo no sistema penitenciário. Uma população de 15% com idades entre 15 e 21 anos indica o não funcionamento de uma rede de ações, principalmente no que se refere à educação e à inserção no mercado de trabalho. A violência onipresente nesses casos, é o que parece emergir de um problema que tem suas raízes muito abaixo do que a aparência tende a nos mostrar.

Em outras capitais a situação não é muito diferente, Salvador apresenta dados assustadores onde um jovem é assassinado a cada três dias no subúrbio. Esta proporção foi retirada do número de 45 jovens (entre 16 e 24 anos) mortos entre janeiro e abril deste ano. Segundo a polícia local 80% dos casos aconteceram por envolvimento com drogas⁴⁰.

Segundo os moradores do subúrbio de Salvador, as cinco maiores causas da violência, são: o desemprego, as influências do meio, os problemas na família, a pobreza e a falta de perspectiva (nesta ordem) (op. cit.).

Vale lembrar que o Brasil é o 5º país em morte de jovens, num grupo de 67 nações, e o 4º no número geral de assassinatos (dados da ONU). Entre 1980 e 2002, o número de homicídios entre a parcela mais jovem da população brasileira, dos 15 aos 24 anos, passou de 30 para 54,5 em cada grupo de 100 mil habitantes, alta de 81,6%. Só morrem mais jovens na Colômbia, nas Ilhas Virgens, em El Salvador e na Venezuela. O número de mortes violentas no Brasil vem subindo cerca de 5,5% ao ano desde 1993⁴¹. O estudo mostra que o maior número de mortes ocorre com pessoas de 20 anos, negras (65,3%), do sexo masculino (93,2%). A maioria (64%) morre nos fins de semana, principalmente por armas de fogo. Se forem contados apenas os homicídios, são 75% dos casos. Em 1998, eram 66% das ocorrências (op. cit.).

³⁹ Opinião também da secretária executiva de Ressocialização na época, Olga Câmara (em depoimento ao Jornal do Commercio – referência citada).

⁴⁰ A Tarde. Salvador, 22/5/2005. Caderno Polícia. p. 19.

⁴¹ Correio do Povo 8 de junho de 2004 – Serviços/polícia. Porto Alegre.

No Brasil, o perigo é maior nos estados do Rio de Janeiro, de Pernambuco e do Espírito Santo, onde as taxas de assassinatos ultrapassam 50 por 100 mil habitantes entre a população geral, e chegam a passar de 100 por 100 mil habitantes entre os jovens.

No Rio de Janeiro, os estudos sobre homicídios chegaram à conclusão de que a maior distribuição destes se dá em áreas onde ocorre a maior concentração de pobreza e favelas. Sabemos que o Rio de Janeiro é um dos Estados que apresenta um dos maiores índices de mortalidade de jovens – causadas principalmente pela violência (Leal, 2004).

Leal (2004) mostra alguns números da juventude brasileira onde já em 1990 havia um quantitativo de dois jovens brasileiros que morriam por causas externas para um jovem canadense, italiano ou francês. O que se aponta como as principais causas das mortes são o consumo exagerado de bebida alcoólica, o acesso fácil às armas de fogo e o uso de drogas.

A autora concorda que as perspectivas em relação à juventude⁴² só podem ser melhoradas através de algumas transformações em nossa sociedade, tais como a erradicação da pobreza, a redução da desigualdade, o acesso à educação e a todos os meios necessários ao desenvolvimento humano. Isto certamente, segundo a mesma, trará a melhoria das condições de vida dos grupos menos favorecidos.

Neste sentido Leal (op. cit.) aponta três orientações necessárias para considerarmos em termos de estratégias preventivas: “reações antecipadas em face do indício de problemas; um enfoque de previsão amplo para se contrapor aos fatores de risco que desencadeiam os conflitos violentos e um esforço prolongado para resolver as causas subjacentes da violência” (p. 154).

O enfrentamento da violência, enfim, não pode se dá sem a consideração de seus múltiplos níveis: conjuntural, estrutural, cultural e individual. Medidas como a promoção da equidade social, dos direitos civis e humanos fundamentais, a oportunidade de emprego e trabalho digno⁴³, o acesso à saúde e à educação, assim como medidas de prevenção da violência e de controle da criminalidade (Leal, 2004).

⁴² No caso específico a autora se refere à “cultura de paz”, que não estamos abordando no presente trabalho.

⁴³ *Trabalho digno, em definição sintética, é aquele que ocorre em um marco de respeito aos direitos humanos fundamentais, de proteção social, de justa remuneração e de crescimento profissional do trabalhador; convergindo para um projeto mais amplo de desenvolvimento sustentado* (Leal, 2004 p. 167).

Pochmann (2003) se refere à violência urbana como a explosão que revelou o desemprego e a escassez de perspectiva de mobilidade social ascensional. O problema do Brasil também se refere, do ponto de vista do autor, ao fato de que o país não venceu a “velha exclusão social” – pobreza, analfabetismo e baixa escolaridade – e já a está combinando com as expressões da “nova exclusão social”. Segundo o autor, esta última se refere ao desemprego, à desigualdade de renda e à própria violência.

Em articulação com violência e a criminalidade, os entrevistados consideram também que a ociosidade pode ser perigosa quando esta perdura por muito tempo. Segundo eles, os jovens podem encontrar na “marginalidade” um meio de suprir as necessidades que deveriam estar sendo supridas com um emprego:

Acho que o jovem não pode passar muito tempo sem fazer nada, já começa a pensar no que não deve. Aí muito tempo, assim, com a cabeça desocupada acho que vai partir para outras coisas, como a violência, assim, passar muito tempo na rua e que conseqüentemente gera violência e outras coisas (Priscila, 20).

Acho que muitos jovens hoje em dia que não conseguem emprego... procuram a marginalidade, procuram alguma maneira de suprir a necessidade de emprego né. Tem muito jovem que vai pelo caminho errado né, roubar, assaltar (Moema, 20).

O envolvimento com drogas e com a prostituição também foi considerado uma conseqüência gerada pelo desemprego. Este envolvimento com drogas tanto pode ser em relação ao tráfico, que segundo as pessoas entrevistadas “gera bastante dinheiro”, como pode ser o próprio consumo:

... por isso tem jovem aí drogado, que bebem porque estão desempregados, vão fazer o que? Uns que roubam, né? É um problema, a sociedade é assim mesmo (Clóvis, 20).

Se demorar muito assim, e não conseguir emprego, ôxe, minina... a pessoa começa vender droga, dá muito dinheiro, tem muitos garotos aqui, eu conheço um monte de pirrainha, que rouba fio de telefone porque dá dinheiro porque tem cobre, tem mininos que rouba roupas, porque não tem roupa prá vestir e a mãe não tem prá comprar, vai no arame e... entendeu? A roupa tá estendida ele vai lá tira e leva, só o futuro, só se for roubar, porque não tem prá ganhar. Ou se envolve no mundo das drogas, ou então vai roubar, ou então vai se prostituir, eu mesmo mando meu irmão ser garoto de programa... eu mando! Eu digo: vai fulano⁴⁴, vai! Que as coisas tá tão difícil, vá!. Ôxe, prá ele é menos difícil que prá mulher, ele não vai ser

⁴⁴ Nome foi substituído.

tão agredido não, tais entendendo? Eu já ouvi dizer que garota de programa recebe bem, se eu fosse homem eu ia, eu não tava assim não, eu ganhava dinheiro fazendo programa. Fazia mesmo! (Margarida, 24).

Também foi considerado o aspecto mais global da consequência do desemprego de jovens em relação à conjuntura sócio-econômica do país:

... o país pode se dar muito mal né, o jovem de hoje é o adulto de amanhã. O país vai ficar mais pobre já que tem muito jovem desempregado. Futuramente o país pode entrar numa grande crise, já que o jovem de hoje é o adulto de amanhã (Edwaldo, 19r).

O Brasil ia ficar pior do que tá, ia ficar muito pior. Hoje em dia roubam pra se manter, até matam, acho que futuramente se continuar vai ser pior (David, 23r).

Do jeito que tá piorando, a violência também vai aumentando, a fome. Futuramente eu acho que vai ter guerra (Renata, 23r).

A este aspecto acrescenta-se as consequências mais gerais para as vidas individuais, marcadas pela crescente precarização:

Fome, violência, opressão (Fábio, 19r).

Miséria, né? Miséria porque só tende a piorar, porque a pessoa jovem já tá desempregada e fica velho desempregado, vai tender a piorar. Piorar, piorar, piorar, piorar, piorar cada vez mais (Clóvis, 20).

E também as consequências mais específicas:

Não ter estrutura pra nada. Porque a gente pode ver no mundo de hoje, os jovens tudo engravidando, quem sustenta eles é a família, pais novos que não têm nada na cabeça, não tem estrutura pra ter nada, pra conseguir nada, eu acho que desestrutura tudo... Mais gente no mundo e mais gente desempregada (Nair, 19).

Vivendo de bico, sei lá, vivendo do jeito que a vida leva. Tentando viver do jeito que dá (Henrique, 22).

O Brasil apresenta números sociais que o tem colocado nos piores índices do mundo. De acordo com o relatório de 2003 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU), o Brasil apresentou no final do século 20 a sexta pior distribuição de renda do mundo (estando atrás apenas da Namíbia, Botsuana, Serra Leoa, República Centro Africana e Suazilândia) (Pedrini, 2003; Quintela, 2003).

Pedrini (2003) afirma que o Brasil no século XX aumentou sua riqueza total em quase 12 vezes em relação à população. Porém, a distribuição de renda cresceu em sentido inverso. A título de exemplo, em 1960, os 10% mais ricos ganhavam 34 vezes mais que os 10% mais pobres; já em 1991, esse número se expressava em 60 vezes, resultando em 47 vezes em 2001.

Entre os anos 1901 a 2000, segundo Pedrini (op. cit), o Produto Interno Bruto (PIB) mais que centuplicou, subindo de R\$ 9,1 bilhões para R\$ 1 trilhão. Esses números da realidade brasileira de virada de século podem ser colocados da seguinte forma: o 1% mais rico ganhava o mesmo que os 50% mais pobres. Neste sentido, ainda segundo autor, as desigualdades (renda, racial, de gênero ou regional) tornam-se a marca nacional da nação brasileira.

Somado a isto se tem os gastos com os juros da dívida pública, que, segundo Quintela (2003), entre janeiro e agosto de 2003, atingiram 102,4 bilhões de reais (68% a mais do que no mesmo período de 2002). Na totalização dos gastos, estes são equivalentes a três vezes o orçamento da união para saúde e 334 vezes o orçamento para habitação. Também é referente a 30% da receita federal (os três níveis de governo) e a 10,2% do Produto Interno Bruto (op. cit.).

Isto tudo implica que a vida dos brasileiros tem tido uma gradual piora, não apenas em termos de desemprego, mas também no que se refere ao achatamento salarial e tudo a que ele significa, como alimentação, saúde, educação etc. Sendo assim, há uma constante piora na qualidade de vida dos brasileiros.

No que se refere aos jovens, este tem sido o setor mais penalizado pela falta de emprego. O fato de a cada ano aumentar o contingente de jovens procurando emprego e não serem absorvidos pelo mercado de trabalho, acaba por se desdobrar em vários outros problemas: como a sujeição dos jovens em trabalhar mais e ganhar menos.

Um dado que nos surpreendeu foi a relação entre o desemprego de jovens e a aposentadoria futura, em que se no presente não se tem emprego, no futuro não se terá aposentadoria, o que resultará numa continuação da precarização da vida:

Acho que vai acontecer muito idoso sem ter aposentadoria (Henrique, 22).

... bem uma pessoa trabalhar assim por causa da aposentadoria né, tem a possibilidade de se aposentar logo cedo, porque é 35 para uma mulher e 30 pra um homem... esse tempo todinho, eu só vou começar a trabalhar com uns 30 anos, vou me aposentar com 60 anos... geralmente velho... já tem aquele preconceito (Vânia, 21).

Novaes (2003) menciona que as respostas mais frequentes à pergunta “quais os dois maiores problemas do país?” são o desemprego e a violência. A autora cita os medos apresentados pelos jovens, sendo os dois principais o medo do futuro e o medo da morte. Respectivamente, estes dois medos se relacionam com um mercado restrito e mutante, e as inseguranças da vida urbana atual. Enquanto a autora nos fala do medo da morte e da violência, nós acrescentamos o medo de não ter aposentadoria.

A autora chama a atenção para o fato de que na literatura e na história, falar em juventude sempre significou falar em riscos, transgressões, aventuras etc. e o que se tem de explicação para tal é que os jovens estão biologicamente mais longe da morte. Porém, contraditoriamente, hoje, esta é a geração que mais fala da morte. O paradoxo é ter numa mesma geração o alargamento do tempo de ser jovem, e ao mesmo tempo a ampliação da vulnerabilidade diante da morte (Novaes, 2003).

A autora analisa este medo do futuro no sentido do “sobrar” e tendo clara relação com a inserção no mundo do trabalho. Os medos são os de não conseguir emprego mesmo estudando, de ficar desempregado, de conseguir e perder. É importante salientar que este é um sentimento que permeia o cotidiano de jovens de diferentes condições sociais. Ou seja, ter estudo não garante emprego e ter emprego não garante a continuidade do mesmo.

Além de apresentar esses medos apontados pela autora em questão – da morte e de “sobrar” – nossos jovens temem um futuro onde a situação em que se encontram hoje perdure. Ou seja, a situação de exclusão do mercado de trabalho e a falta de uma renda que lhes garanta uma tranquilidade mínima.

Quando ouvimos os jovens mencionar que pode ser que não tenham aposentadoria, eles estão expressando que percebem a inoperância da previdência social, e que se encontram hoje abandonados à própria sorte, e sendo assim, é provável que no futuro também estejam – e com um agravante, pois não serão mais jovens e o Brasil provavelmente (em suas perspectivas) estará bem pior do que está hoje.

Da mesma forma que Novaes surpreende-se com o medo da morte numa geração que sempre foi marcada pelos desafios, nós nos surpreendemos com a aposentadoria ser uma questão colocada por jovens que estão numa faixa etária entre 19 e 24 anos de idade.

Também houve a compreensão de que a conjuntura que vivemos hoje em termos de mundo do trabalho é resultado de processos que vieram mal resolvidos do passado, e que hoje vivemos seus resultados:

Penso que é por conta de muita gente assim desempregada, vem de tempos assim, aí foi juntando... com o desenrolar do tempo foi juntando, juntando, chegou num certo tempo que hoje em dia assim que fica difícil de resolver o problema de todo mundo... aí eu penso assim, o antes não resolveu aí veio o depois, resolveram um pouquinho, mas sempre deixando, aí hoje assim a demanda é muita gente pra pouca vaga (Edwaldo, 19r).

Sobre este aspecto Pochmann explica:

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, há mais de cinco séculos, a exclusão tem sido uma das principais marcas nacionais. Três referências histórias consideráveis sintetizam a abrangência e complexidade do processo de exclusão social a partir do brutal genocídio dos indígenas, do bárbaro escravismo de negros africanos e das mazelas impostas pelo colonato paternalista à imigração européia (Pochmann, 2003 p. 137).

O contexto econômico-social que emerge desse fenômeno é desfavorável para a maioria da população, quando esta não tem acesso fácil a ferramentas que poderiam fortalecer a mobilidade social, tais como a cobertura social, o sistema de crédito ao consumidor, o financiamento da casa própria etc. Esta realidade impede o decréscimo da pobreza, principalmente no que se refere às altas taxas de juros reais e às instabilidades econômicas (Pochmann, 2003).

O avanço da tecnologia e o desinteresse dos governantes também foram pontos relacionados ao desemprego. No que se refere ao primeiro, o uso das máquinas é o que tem deixado muita gente desempregada:

Acho que as coisas tem ficado, sei lá, industrial, né? Mas... a mudança da máquina, aí desempregou muita gente (Clóvis, 20).

... “Em vez de colocar gente tá colocando as máquinas no lugar das pessoa” (Renata, 23r).

Atrelada a esta questão do avanço tecnológico e dos processos de produção (e gerenciais), os entrevistados consideram que os governantes ou políticos estão diretamente ligados ao desemprego:

Rapaz, se eu não me engane são as pessoas responsáveis por isso, tipo assim, o presidente, que sempre diz que vai mudar e nunca muda, se eles ganham algum dinheiro prá investir eu não sei se eles investem ou não, e é isso, acho que são os líderes do mundo, o prefeito, o presidente é que não estão sabendo fazer isso. Não tá sabendo trabalhar com isso, porque tá muito difícil, demais (Margarida, 24).

Em primeiro lugar, os políticos do Brasil, todo mundo sabe que não presta, né? Porque tantas pessoas que não fazem nada, com esses políticos, recebem tanto... e tantos pais de família aí se matando e quase não tem como viver (Augusto, 21r).

Falta de responsabilidade dos Governantes...que só pensa em si próprio, não pensa na maioria, só pensa em si próprio, não pensa na classe baixa (Renata, 23r).

Acho que é um problema que o governo deveria solucionar, gerando indústrias, alguma coisa que pudesse vir para o nordeste, geraria emprego, porque as maiores indústrias estão em São Paulo, Rio de Janeiro, enquanto aqui no nordeste a gente tem pouca indústria (Henrique, 22).

O Brasil tem um déficit enorme em termos de políticas públicas e sociais para acobertar os jovens que anualmente se acumulam na fila do desemprego. Pelo já exposto entendemos que esta tem sido uma opção tanto dos representantes governamentais como da classe dominante (há de salientar que no Brasil os dois se confundem).

Os processos que permitem tal conclusão dizem respeito ao que temos vivido em nossa política, com a gradual entrega da economia brasileira ao capital estrangeiro. Este processo tendo iniciado com a abertura econômica na década de 80, chega hoje ao patamar de caos no atual governo.

A camada da população que se encontra na faixa dita “juventude” tem sido penalizada, parece estar cada vez mais descrente nas autoridades brasileiras, pois não encontram vias de superação das dificuldades que enfrentam (Pochmann, 2000a).

No que se refere à educação profissional esta tem sido direcionada pelo mercado e voltada para um problema que na atual conjuntura não irá resolver o desemprego jovem (nem tem ajudado). Vimos os resultados de alguns programas e as conseqüências na vida profissional dos educandos – quase zero. Enquanto isto milhões e milhões de reais são retirados do Fundo de Amparo ao Trabalhador e dedicados a uma missão que em princípio já é fadada ao fracasso. É fadada ao fracasso, porque o desemprego não se explica pela falta de qualificação, mas pela própria estrutura econômica que tem se apresentado no país.

O que tudo isto nos aponta é a necessidade do Brasil – em termos de governo e sociedade – voltar seriamente a atenção para a necessidade urgente de formulações de políticas públicas e sociais que protejam os jovens do abismo do desemprego. Tem-se que considerar que o desemprego na atual conjuntura pode ser entendido enquanto estrutural, ou seja, passa a ser um “componente da vida contemporânea” (Behring, 2000:35) e tem sua origem nas transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho.

Sobre este aspecto, Sposito (2003) considera que no Brasil vivemos tempos simultâneos, no sentido de que em termos de políticas sociais não usufruímos de um caráter universal; e que ao mesmo tempo já vivemos no interior do movimento de globalização. Segundo a autora, aos jovens brasileiros não é garantido acesso satisfatório ao sistema educativo, diferentemente de outros países latino-americanos que ampliaram o acesso ao ensino médio e superior.

Leite (2003) acrescenta que precisamos de uma política pública ampla, integrada, que enfrente o desafio do mercado, generoso em exigir experiência e avaro em proporcioná-la. Ou seja, através de políticas que proporcionem a trabalhadores em qualquer idade, em especial aos jovens, oportunidade de adquirir e comprovar qualificação e experiência que possam servir como credencial para o acesso no mercado e trabalho.

Segundo Bongo (2003), as políticas de juventude devem ser pensadas em termos de desenvolvimento estratégico, consideradas no âmbito das políticas sociais e das políticas econômicas. Neste sentido, a autora considera o Estado como o responsável pela direcionalidade das políticas sociais (e não o mercado).

Segundo o autor (op. cit.) os jovens devem ter condições de protagonizar⁴⁵ a sociedade e não apenas as políticas de juventude. Dessa forma, sua sugestão de políticas de juventude é a seguinte:

- “Identificar de qual enfoque estratégico da política de juventude se quer partir;
- Realizar um exame dos requisitos em matéria de recursos técnicos e humanos minimamente imprescindíveis;
- Definir orientações sobre como acontecerão as relações com a sociedade civil organizada e, dentro dela, com os jovens organizados e não organizados;
- Definir quais são as alianças estratégicas a serem feitas para tomar o empreendimento sustentável;
- Delinear políticas em relação aos meios de comunicação, no sentido de romper com a visão fortemente arraigada de que os jovens são um problema” (p. 55).

E um dos pontos principais ao se falar em combate à desigualdade e à pobreza, é o fato de que no próprio sistema econômico e conseqüentemente no próprio mercado é onde está a origem da exclusão. Sendo assim, não há como combater a pobreza se não interferir das relações de mercado, estando no poder público esta escolha.

Se concentrarmos rapidamente nossa atenção nas medidas provisórias, decretos e portarias que alteraram as relações de trabalho, podemos ver claramente qual o caminho que se tem escolhido. A exemplo disso tem-se a Medida Provisória (MP) no. 1.709; a MP no. 1.726; a Lei no. 9.061 e decreto no. 2.490; MP no. 1.726; entre outros, que flexibilizam as relações de trabalho de modo a que o empregador tenha sempre a maior vantagem e possa utilizar a força de trabalho como lhe convier⁴⁶.

⁴⁵ Termo utilizado pela autora, mas que não nele nos apoiamos.

⁴⁶ MP no. 1.709 - Trabalho aos domingos no comércio varejista;

MP no. 1.726 - Suspensão temporária do Contrato de Trabalho;

Lei no. 9.061 e decreto no. 2.490 - Regulamentação do banco de horas;

MP no. 1.726 - Regulamentação da jornada parcial (com redução proporcional de salários e benefícios).

(Todas nos governos de Fernando Henrique Cardoso).

A intenção do presente capítulo é a de fazer um paralelo entre a configuração conjuntural que o Brasil apresenta hoje e a percepção dos jovens dessa mesma conjuntura. Pudemos observar que a situação não passa despercebida pelos jovens, pois embora os mesmos não saibam fazer uma leitura adequada da realidade, mostram que percebem os “porquês” dos acontecimentos, tais como as máquinas, os políticos, a concorrência, a alta exigência etc.

Vivemos hoje no agravamento do quadro que foi apresentado ao longo deste capítulo, nas esferas do social, da política e do econômico. Em termos de proteção social, os ajustes econômicos não permitem que as reformas institucionais necessárias sejam implementadas, já que a pressão do mercado direciona para o outro sentido. O resultado como aponta as falas do presente trabalho é a penalização e culpabilização dos indivíduos, visto como responsáveis pela sua qualificação (ou requalificação). Dessa forma, ao mesmo tempo em que se transfere as responsabilidades do Estado aos indivíduos (e a família), esta lógica também confere a redução do preço da mão-de-obra (seja esta qualificada ou não).

Com o ciclo de retraimento do Estado, ampliação do poder do mercado, flexibilização dos direitos trabalhistas, redução do custo da mão-de-obra, e responsabilização dos indivíduos pelo desemprego ou subemprego, a única coisa que se consegue é aumentar a precariedade das vidas dos trabalhadores. No final dessas somas e subtrações, o resultado da equação é o aprofundamento cada vez maior do abismo que separa uma esfera da outra (os que detêm o poder econômico e os que são submetidos às regras daqueles).

A respeito das políticas sociais que pretendem enfrentar o problema, Alencar (2004) nos informa:

Na verdade, o contexto de forte pressão neoliberal para o ajustamento fiscal subordinou a reorientação dos gastos sociais aos objetivos macroeconômicos, notadamente os de estabilização e de natureza fiscal. Priorizaram-se os programas focalizados, os fundos sociais de emergência e os programas sociais compensatórios voltados para o atendimento dos grupos pobres e vulneráveis. Ao lado da ampliação desses programas sociais de corte assistencialista, predominou o aprofundamento de tendências históricas do sistema de proteção social brasileiro, qual seja, a tendência de privatização nas áreas da saúde, educação e, também, previdência. Por fim, essas fortes tendências convivem hoje com as novas formas e gestão pública das políticas sociais, que, através da descentralização e municipalização das ações, têm conduzido, muitas vezes, ao estilhaçamento dos programas, tornando ainda mais grave o quadro de pobreza e miséria do país (p. 75).

O desemprego na atual conjuntura apresenta uma configuração completamente heterogênea e complexa; e que apesar de não haver setor imune ao mesmo, a população jovem tem sido a mais penalizada. Percebemos que a baixa escolaridade não justifica a exclusão do mercado de trabalho; e que o momento de inserção no mesmo tem se mostrado extremamente difícil e ardorosa. Apesar de ser o atual “fantasma” da realidade, o desemprego não tem sido tratado na dimensão e nem com a seriedade necessárias já que tem sido visto como um problema individual.

As expectativas de mobilidade social na população investigada é praticamente nula, já que os filhos apresentam piores condições de vida e de trabalho que os pais (sem perspectiva de melhoria). O primeiro emprego parece definir a trajetória que se segue na vida de cada jovem, e interfere amplamente na vida pessoal e familiar.

Também pudemos chegar à conclusão de que os jovens não conseguem superar as dificuldades porque as exigências para tal estão além do seu alcance (social e financeiro), pois vivenciam um cotidiano de precarização e exclusão social. Devemos considerar que a superação da condição atual de desemprego carece de uma ação do governo (principalmente) e da sociedade.

Em relação ao tempo livre, podemos afirmar que os jovens entrevistados apresentam o que Pochmann chama de “ócio positivo”, não estando envolvido com atos de violência, uso de drogas ou crime, mas se envolvendo em atividades de trabalho doméstico, lazer, educação e religiosas. Quanto ao ensino superior, este se mostra extremamente restrito, com o sonho da universidade vislumbrado, porém considerado distante e difícil.

Embora se sintam qualificados, seja com o ensino médio, seja com diversos outros cursos no currículo, os jovens se colocam disponível para assumir funções de qualidade inferior às suas capacidades – equivalente se refere à remuneração e à jornada de trabalho. Isto os coloca em condição semelhante aos jovens investigados por diversas pesquisas sobre o tema, o que indica que fazem parte do excedente de mão-de-obra no mercado.

Em termos de transição da juventude para a vida adulta, dos três pontos colocados pelos estudiosos (Leal, Novaes e Pochmann), só encontramos o acesso dos jovens em apenas um, da conclusão de ensino médio. Os outros dois (ingresso no mercado de trabalho e saída da casa

dos pais) ainda não foram possíveis para os jovens investigados, principalmente porque um está atrelado ao outro.

É fato que a exclusão desses jovens não se dá pela sua incompetência, mas sim pela ausência de postos e exigência de qualificação acima do que tarefas simples em si requerem. Vale ressaltar que esses jovens estão sendo “empurrados” cada vez mais na periferia do mercado de trabalho.

Por fim, identificamos o desemprego dos jovens como de inserção, recorrente, de reestruturação e de exclusão. Isto significa que há uma mescla nos tipos de desemprego propostos por Pochmann (2000a). Ou seja, respectivamente se relaciona com a dificuldade com o primeiro contato com o mundo do trabalho; é permeado de ocupações temporárias, parciais e provisórias; é consequência dos ajustes econômicos; e, por fim, está muito próximo da marginalização.

Apoiando-nos na literatura consultada e na realidade investigada, na crista das alterações econômicas e sociais que estamos passando desde a década de 1990, a exclusão social vem sendo aprofundada e agravada a cada ano que passa. Isto significa condenar à pobreza um contingente imenso da população. O quadro social que se apresenta é: as famílias empobrecendo, falta de emprego, trabalho precário, degeneração das condições e relações de trabalho, explosão da violência, e jovens atordoados meio a isto tudo.

6. Considerações Finais

Nossa pesquisa sobre a vivência dos/as jovens desempregados residentes no bairro de Alberto Maia em Camaragibe-PE trouxe muito mais informações do que esperávamos, e abriu o horizonte de possibilidades de desdobramentos em outros campos de estudo. Neste momento faremos um apanhado dos principais pontos que se destacaram ao longo do trabalho, assim como as indicações para investigações futuras.

A conjuntura sócio-político-econômica foi um dos pontos importantes do trabalho, uma vez que demonstrou aspectos desta estrutura interferindo diretamente na vida dos jovens entrevistados de ambos os sexos. A exigência de experiência e a alta concorrência no mercado são apontadas como os principais fatores que prejudicam e impedem a entrada no mercado de trabalho.

A condições de “não entrada” no mercado de trabalho submete os jovens e as jovens a fazerem “qualquer coisa” para ganhar “qualquer coisa”, ou seja, é uma mão-de-obra barata disposta a trabalhar mais e ganhar menos. Como uma das perspectivas temidas para o futuro, tem-se a aposentadoria, já que consideram que o Brasil tem “piorado” e tende a “piorar mais ainda”.

No quadro que se apresenta, o desemprego tem sido visto pela sociedade e pelos governantes sob o prisma da “empregabilidade”, isto é, enquanto um problema individual, deixando de lado a sua importância como “questão social”. Como resultado disso tem-se os sujeitos sendo culpabilizados pela condição do desemprego, assim como, a família sobrecarregada e empobrecendo ao longo do tempo.

Neste domínio, a ausência de proteção social é gritante, já que não temos aparatos estatais que dêem suporte aos sujeitos excluídos do mercado de trabalho. Os programas implantados pelos governos nessa perspectiva, aparecem como uma resposta aos problemas de empregabilidade, ou seja, “programas de capacitação de mão-de-obra”. Segundo a literatura especializada, estão distantes do real problema, que se caracteriza enquanto estrutural. A solução do problema do desemprego jovem proposta pelos governos têm seguido uma direção que se distancia da real característica desse desemprego, ou seja, do seu caráter estrutural. O

problema tem sido visto de maneira equivocada, e assim, as tentativas de solucioná-lo ou amenizá-lo também se dá de maneira equivocada.

Essa “maneira de ver” o desemprego jovem tem resultado em políticas de reforma da educação profissional vinculando-a direta e exclusivamente ao mercado. Dessa maneira, a responsabilidade da educação profissional passa do Ministério da Educação para o Ministério do Trabalho e da Previdência, implicado em altos investimentos do orçamento público em programas que trazem pouco ou nenhum resultado.

Essa compreensão tem implicado em uma educação voltada para as exigências do mercado, para a formação dos “novos trabalhadores”. A estes se refere também o envolvimento do empresariado na responsabilidade da formação profissional, que acaba por perder o seu sentido fundamental de desenvolvimento do sujeito. Em termos de política, a educação profissional passa a ser uma questão de política pública de trabalho, o que tem resultado em uma intervenção de caráter emergencial e superficial.

Num segundo momento de análise, em relação à percepção dos/as jovens sobre o desemprego, vimos que há uma reprodução do que havíamos encontrado na bibliografia consultada e em pesquisas anteriores. Entre homens e mulheres, no emprego, no desemprego e nas ocupações informais, a situação tem sido vista como “mais fácil” para os homens. As mulheres, por sua vez, foram vistas como tendo menos oportunidades num modo geral, e com mais facilidade de encontrar ocupações relacionadas ao âmbito doméstico.

Em relação à realidade da falta de oportunidades e de um cotidiano repleto de informalidade e precariedade, entre os jovens e as jovens as condições são semelhantes, ou seja, a perversidade do abandono do desemprego atinge tanto um grupo como o outro. O que se atrela à vivência das jovens diz respeito à liberdade (ou falta dela). Os jovens são mais penalizados em relação à pressão da família para que os mesmo dêem retorno tanto financeiro como de sua própria independência e sustento.

Porém, na fala dos/as entrevistados/as, ao se referirem ao “outro”, isto é, na fala em “terceira pessoa”, a mulher passa a ser percebida como incapacitada para o mercado de trabalho, como responsável pelas tarefas domésticas e desvalorizada socialmente (em comparação com o homem). Tais considerações são reflexos de vivências no dia-a-dia tanto no âmbito da família como fora dela, em que fazemos parte de uma sociedade do trabalho que reserva os trabalhos

precários e monótonos às mulheres, apontando um sentido de hierarquização em relação ao trabalho realizado pelos os homens.

Esta lógica desemboca no que se entende como o fenômeno da “feminização da pobreza”, no qual os homens têm mais vantagens no emprego e no desemprego, o que nos indica que a divisão sexual do trabalho atravessa as relações de trabalho e se reproduz no *não trabalho*.

No referente ao eixo principal do presente estudo, a vivência subjetiva de jovens desempregados/as, percebemos um sofrimento atrelado a aspectos sociais e econômicos. Tal sofrimento é marcado principalmente pelo temor do futuro, que se refere tanto às referências de si mesmos, como à falta de garantia e apoio financeiros. Sentem que falta em suas vidas independência, liberdade e mais responsabilidades.

Em casa ora há conflitos, ora não. A pressão principal é em relação ao retorno dos/as filhos na ajuda financeira em casa. Os pais compreendem que já estão na hora de ajudar, enquanto os filhos não vêm meios para responder a esta expectativa. De um modo mais geral, a família tem sido atingida em seu todo, devido o desemprego de seus/suas jovens.

Em relação à vivência subjetiva, identificamos que o embate principal que acontece na oposição da vontade do outro e a vontade do sujeito diz respeito à exclusão do trabalho e o desejo de trabalhar. O emprego, além de ser visto como a via para conseguir dinheiro, também é entendido como o meio de alcance para as outras “coisas” referentes a ele. Tais “coisas” são ou não materiais: respectivamente, a ajuda financeira em casa, as roupas, o lazer etc; a segurança e o sentimento de habilidade e utilidade.

Na ausência do emprego, identificamos uma aproximação com a experiência da vivência depressiva, marcada pelo sentimento de desqualificação, indignidade e inutilidade. Dentre os sentimentos narrados, destacamos a impotência, a vulnerabilidade, a fragilidade, a desproteção, a desconfiança, o medo e a frustração. Este fato é preocupante, uma vez que o equilíbrio mental e a realização pessoal dependem de um terreno fértil para as aspirações, idéias e desejos.

Os jovens de ambos os sexos sentem que suas qualificações não servem ou são inválidas para o mercado de trabalho, assim como, ressaltam um sentimento de certo “preconceito” por estarem desempregados. Percebem que as pessoas os vêem como vagabundos e incapazes, ou

seja, ao invés de serem tidos como desempregados, o são como desocupados, e isto traz uma conotação estigmatizante dos/as jovens, vistos como desacreditados.

De acordo com os entrevistados de nosso estudo, o Brasil vai piorar em termos de condições sociais e econômicas, o que poderá ter influência numa piora global no que se refere à sociedade. Assim, aspectos como a violência, a criminalidade e o próprio desemprego tenderão a aumentar, o que resultará num país futuramente mais pobre e com poucas perspectivas.

O aspecto da religiosidade foi algo que chamou a atenção, pois os/as jovens envolvidos/as em alguma religião não estão procurando emprego, pois confiam que quando for a vontade de Deus isto acontecerá. Porém, apesar de não terem ainda uma independência financeira, os jovens que se dizem religiosos noivam, casam e têm filhos. Podemos supor, neste sentido, que essas famílias tendem a empobrecer gradualmente, pois na casa dos pais vão se acumulando as famílias dos filhos e assim por diante.

Mediante essa questão da religiosidade, nos indagamos sobre a função da religião na vida desses/as jovens: o sofrimento inexistente ou a religião seria um suporte para o sofrimento? De todo modo, ao mesmo tempo em que os jovens são acolhidos pela igreja, “dão em troca” grande parte do tempo livre, dedicando-se integralmente à mesma.

Num aspecto mais geral do trabalho, podemos concluir que no desemprego há pouco espaço para o desejo e para o sujeito. Sendo assim, no resultado do embate da organização do trabalho com o sujeito, este luta contra o seu próprio desejo. Nessa luta criam-se algumas formas defensivas, sejam estas em formas materiais ou subjetivas, tais como as tentativas diversas de busca de emprego de geração de alguma renda; ou a negação da situação. Afirmamos portanto, a importância da investigação dos estados afetivos de qualquer ordem, principalmente no que se refere à relação dos sujeitos com o mundo do trabalho. A partir dos dados da investigação, podemos apontar o papel estruturante e central do trabalho nas referências de si dos sujeitos.

Acreditamos que a esse é um elemento importante para ser discutido no âmbito do Serviço Social, uma vez que as prioridades nacionais precisam ser revistas para que possamos estabelecer, enquanto coletivo democrático, linhas para um desenvolvimento que garanta justiça social e possibilidades de enfrentamento que não sejam individualizadas ou familiares.

A situação em que os/as jovens se encontram os/as tem penalizado de diversas formas, e acreditamos que a individualização da “culpa” tem sido a mais grave delas, pois além da própria culpa, se tem a ausência de políticas públicas que garantam uma cobertura social para o enfrentamento da situação. O desemprego dos/as jovens, aponta, além das repercussões em suas vidas particulares, desqualificação no campo político e cívico.

Essas condições nos revelam a perversidade da condição social que tende a se agravar em virtude dos caminhos que estão sendo trilhados em termos de direitos sociais em nosso país, o que tem comprometido a implementação de políticas públicas. Nessa realidade, a assistência social pode correr o risco, diante dos programas governamentais, de cair na “refilantropização” já que a lógica tem sido a desobrigação do Estado.

Por fim, esperamos que as informações que aqui apontamos sirvam de mais instrumento para o Serviço Social em sua atuação. Seja esta atuação diretamente com os/as usuários/as dos serviços de assistência social, seja para a vigilância e monitoramento de políticas públicas e sociais, no que se refere ao desemprego de jovens.

Acreditamos também que a importância de trabalhos interdisciplinares está na busca de uma compreensão menos reduzida dos fenômenos, evitando as clássicas separações dicotômicas entre o subjetivo e o objetivo, o indivíduo e a sociedade, o sofrimento humano e as crises sociais etc. Não entendemos tais instâncias como estanques, e ao concluirmos este trabalho afirmamos a importância do inter-relacionamento entre elas (e outras). Portanto, além do Serviço Social, pretendemos que o conhecimento aqui construído possa servir também de ferramenta para as disciplinas sobre as quais buscamos nos apoiar para a análise do fenômeno ora investigado, notadamente a Psicologia, a Sociologia e a Psicodinâmica do Trabalho.

Quanto às teses sobre o “fim do trabalho”, compreendemos que o fenômeno que vivemos é uma instabilidade no emprego e no pleno emprego; sendo assim, o que se transforma e se modifica (e desaparece) é o emprego, e não o trabalho – da forma como o compreendemos. Temos visto que ao mesmo tempo em que alguns autores afirmam o “fim do trabalho”, as disciplinas que se ocupam do estudo da saúde e da subjetividade no trabalho se debruçam sobre as novas formas de patologias decorrentes da sobrecarga de trabalho ou do desemprego.

Sublinhamos desta forma, que a crise do desemprego tem característica estrutural, ou seja, não se trata de um problema de qualificação ou de incompetência individual. Isso implica em

dizer que o trabalho serve – também – como um espaço de pertencimento social, inclusive como pertencimento enquanto cidadania.

Como em qualquer outro trabalho científico, a realização do presente estudo permite um futuro desdobramento para novos campos que são delineados a partir das questões levantadas. No nosso caso, indicamos a necessidade de trabalhos longitudinais para a melhor apreensão dos caminhos percorridos pelos/as jovens em situação de desemprego, assim como, os “sintomas” – de maneira geral, sejam sociais, físicos ou psicológicos – que aparecem em decorrência dessa situação. Pode ser que num momento posterior, as estratégias aqui apresentadas passem a não mais funcionar, e sendo assim, pode ser que os mesmos, se continuarem na condição de desemprego apresentem outras formas de equilíbrio ou passem ao desequilíbrio mental. Ou melhor: o que acontece com tais jovens caso o desemprego perdue por mais tempo?

A questão do papel da religião junto ao enfrentamento da situação de desemprego também nos parece algo de suma importância, para inclusive entendermos o fenômeno da “onda jovem” que invade as igrejas. Qual seria, então, o papel da igreja na vida de jovens desempregados/as?

Também merecem maiores aprofundamentos a questão da angústia gerada pelo desemprego, a relação entre a ansiedade e sintomas nervosos, quais as cadeias e processos que se inter-relacionam.

São necessários estudos que aprofundem a questão da relação entre a dimensão de gênero e o mercado de trabalho para os/as jovens no Brasil, já que temos uma escassez de trabalhos nessa perspectiva. Ainda no tocante à juventude, são necessários estudos sobre as relações entre o desemprego, a exclusão social, a criminalidade, a violência, o envolvimento com o tráfico de drogas e com a prostituição.

É importante também não deixarmos de lado que as dimensões do que é ser homem e do que é ser mulher no desemprego traz suas especificidades. Em relação à mulher, destacamos a necessidade de aprofundamento em questões como a condição da mulher no desemprego com o recorte de raça e classe; assim como análises sobre as pressões existentes nas relações familiares em decorrência do desemprego.

Por fim, sugerimos a criação do “observatório do desemprego e emprego jovem” pelo movimento social de juventude, além da ampla discussão do tema nos fóruns de juventude locais, regionais, nacionais e latino-americanos.

7. Referências Bibliográficas

ABRAMO, Laís. Evolução do Emprego Feminino e Equidade de Gênero na América Latina. In: *Mulher, Trabalho e Políticas Públicas Locais*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2002.

ALENCAR, Mônica M. Torres. Transformações Econômicas e Sociais no Brasil dos Anos 1990 e Seu Impacto no Âmbito da Família. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. *Política Social, Família e Juventude – Uma Questão de Direitos*. São Paulo: Cortez, 2004.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfozes e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 5ª ed. Cortez Editora, São Paulo: 1998.

BAJOIT, Guy & FRANSSEN, Abraham. *O Trabalho, Busca de Sentido*. In Revista Brasileira de Educação (ed. especial) – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 1997.

BAPTISTA, Tatiane Alves. O Jovem Trabalhador Brasileiro e Qualificação Profissional: A Ilusão do Primeiro Emprego. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de.; LEAL, Maria Cristina (orgs.). *Política Social, Família e Juventude: Uma Questão de Direitos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti. Principais Abordagens Teóricas da Política Social e da Cidadania. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3 – Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000, p. 19-40.

BONGO, Julio. *Políticas de Juventude na América Latina*. In: São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

BUSNELO, Ronaldo. Reestruturação Produtiva e Flexibilização dos Direitos Trabalhistas. In: BEDIN, Gilmar Antonio (org.). *Reestruturação Produtiva, Desemprego no Brasil e Ética nas Relações Econômicas*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

CARVALHO, Ruy de Quadros. Capacitação Tecnológica, Revalorização do Trabalho e Educação. In: FERRETI, Celso João. | et al. |. *Novas Tecnologias e Educação: Um Debate Multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DEJOURS, Christophe. A Carga Psíquica do Trabalho. Paris: Entreprise Moderne d'Édition, 1980 (Trad. Ideli Domingues). In: DEJOURS, Christophe. *Psicodinâmica do Trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994 (a).

DEJOURS, Christophe. Desejo ou Motivação? A Interrogação Psicanalítica do Trabalho. Paris: Entreprise Moderne d'Édition, 1980 (Trad. Ideli Domingues). In: DEJOURS, Christophe. *Psicodinâmica do Trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994 (b).

DEJOURS, Christophe. Trabalho e Saúde mental: Da Pesquisa à Ação. Paris: Prévenir, v. 2, n. 19, 2º semestre, 1989. (Trad. David Ventura & Maria Tonelli). In: DEJOURS, Christophe. *Psicodinâmica do Trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994 (c).

DEJOURS, Christophe. & ABDOUCHELI, Elizabeth. Itinerário Teórico em Psicopatologia do Trabalho. Prévenir, n. 20, 1990 (Trad. Débora Glina). In: DEJOURS, Christophe. *Psicodinâmica do Trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994 (d).

DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho – Estudo de Psicopatologia do Trabalho* Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira – 5ª ed. Ampliada – São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

DEJOURS, Christophe. Por um Novo Conceito de Saúde. In: Revista Brasileira de Saúde Ocupacional n° 54 – Vol. 14 – Abril, Maio, Junho, 1986.

DEJOURS, Christophe. *A Banalização da Injustiça Social* / Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DRUCK, Graça. Flexibilização e Precarização: Formas Contemporâneas de Dominação do Trabalho. In: *Caderno CRH*. Salvador, n.37, p.11-22, jul/dez. 2002.

FARAH, Marta F. S. *Políticas Públicas de Gênero*. In.: *Gênero e Educação: Caderno para Professores*. Autores Diversos – São Paulo, Secretaria Municipal de Educação, 2003.

FERREIRA DE MACEDO, Maria Bernardete. *Em tissant voiles et linceuls: le rapport travail/santé des ouvrières et ouvriers de Rio Tinto, Nordeste du Brésil: une analyse em termos de termes de rapports sociaux de classes et de sexes*". Thèse de Doctorat em Sociologie du Travail, Université Paris 7, 1993, 487 p.

FERREIRA DE MACEDO, Maria Bernardete. "Femmes de ménage et veilleurs de nuit: une approche sexuée du travail précaire dans um hôtel en France". In: La violence, les mots, le corps, Cahiers du Genre, n° 35, L'Harmattan, 2003, Paris, p 189-208.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GOMES, Romeu. A Análise de Dados na Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade / Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LEITE, Elenice Moreira. Juventude e Trabalho: Criando Chances, Construindo Cidadania. In: São Paulo: Cortez: *Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação*: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

HIRATA, Helena. *Nova Divisão Sexual do Trabalho?: Um Olhar Voltado para Empresa e a Sociedade*. 1ª ed. (Trad. Wanda Caldeira Brant). Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena; PRÊTECEILLE, Edmond. Trabalho, Exclusão e Precarização Socioeconômica: O Debate das Ciências Sociais na França. In: *Caderno CRH*, Salvador, n.37, jul/dez. 2002.

HIRATA, Helena. Trabalho Doméstico: Uma Servidão "Voluntária"? In.: *Gênero e Educação: Caderno para Professores*. Autores Diversos – São Paulo, Secretaria Municipal de Educação, 2003b.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. In: *Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS*. Ano II – Nº 03. Brasília: Graflite, 2001. P.09-32.

IAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão Social: Expressão da Questão Social no Brasil. In: *Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço*, Ano II, Nº 03. Brasília: ABEPSS - Graflite, 2001. P.33-159.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: EMÍLIO, Marli (org.); TEIXEIRA, Marilene (org.); NOBRE, Miriam (org.). Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: Desafios para as Políticas Públicas. São Paulo, Coordenadoria da Mulher, 2003.

LEAL, Maria Cristina. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes de Bases da Educação como Marcos Inovadores de Políticas Sociais. In. SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de.; LEAL, Maria Cristina (orgs.). *Política Social, Família e Juventude: Uma Questão de Direitos*. São Paulo: Cortez, 2004.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da economia política. 20^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, Karl. A Maquinaria e a Indústria Moderna. In: *O Capital: Crítica da Economia Política*. Capítulo XII, Livro I. Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986 / P 423 - 579.

MARX, Karl. Processo de Trabalho e Processo de Produzir Mais Valia. In: *O Capital: Crítica da Economia Política*. Capítulo V, Livro I. Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986 / P 201 -223.

MARTINS, Heloísa T. de S. *O Jovem no Mercado de Trabalho*. In Revista Brasileira de Educação (ed. especial) – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 1997.

MATTOSO, Jorge. *O Brasil Desempregado: Como Foram Destruídos mais de 3 Milhões de Empregos nos Anos 90*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em Saúde* 5ª ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza . *Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social*. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade* / Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, Pedro. “*Ser homem ou nada*”: *Diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe/PE*. Dissertação apresentada para a obtenção de título de mestre em Antropologia Cultural pela Universidade Federal de Pernambuco, 1997.

NETO, José Paulo. Cinco Notas Sobre a Questão Social In: *Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço*, Ano II, Nº 03. Brasília: ABEPSS - Grafline, 2001. Págs

NOVAES, Regina. Juventude, Exclusão e Inclusão Social: Aspectos e Controvérsias de um Debate em Curso. In: São Paulo: Cortez: *Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação*: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

PEDRINI, Paulo César. *O Trabalho nos Primeiros Meses do Governo Lula*. In: SYDOW, Evanise; MENDONÇA, Maria Luísa. *Direitos Humanos no Brasil – Relatório 2003*. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos; Global Exchange; Fundação Heinrich Böll: São Paulo, 2003.

PEREIRA, Potyara. A. P. Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. In: *Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço*, Ano II, Nº 03. Brasília: ABEPSS - Grafline, 2001. P.33-159.

POCHMANN, Márcio. *A Batalha pelo Primeiro Emprego: As Perspectivas e a Situação Atual do Jovem no Mercado de Trabalho Brasileiro*. São Paulo, Publisher do Brasil, 2000a.

POCHMANN, Márcio. O Fenômeno do Desemprego no Brasil: Diagnóstico e Perspectiva. In: BEDIN, Antonio (org.). *Reestruturação Produtiva, Desemprego no Brasil e Ética nas Relações Econômicas*. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2000b – 136p. – (Coleção Ciências Sociais).

POCHMANN, Márcio. Emprego e Desemprego Juvenil no Brasil: As Transformações no Anos 90. In: *Política & Sociedade – Globalização, Trabalho e Desemprego: Um Enfoque Internacional*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

POCHMANN, Márcio. Processo de Exclusão Social no Brasil. In: SYDOW, Evanise; MENDONÇA, Maria Luísa. *Direitos Humanos no Brasil – Relatório 2003. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*; Global Exchange; Fundação Heinrich Böll: São Paulo, 2003.

QUINTELA, Sandra. Dívidas Externa e Interna e Direitos Humanos em 2003. In: SYDOW, Evanise; MENDONÇA, Maria Luísa. *Direitos Humanos no Brasil – Relatório 2003. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*; Global Exchange; Fundação Heinrich Böll: São Paulo, 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry (e col.). *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. – 3ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Atlas, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Conceituando o Gênero. In.: *Gênero e Educação: Caderno para Professores*. Autores Diversos – São Paulo, Secretaria Municipal de Educação, 2003.

SAVIANI, Dermeval. O Trabalho como Princípio Educativo Frente às Novas Tecnologias. In: FERRETI, Celso João. | et al. |. *Novas Tecnologias e Educação: Um Debate Multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SELIGMANN-AILVA, Edith. *Desgaste Mental no Trabalho Dominado*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Cortez Editora, 1994.

SEGNINI, Liliana R. P. Mulheres, Mães, Desempregadas: Contradições de uma Condição Social. In: EMÍLIO, Marli (et. al) (org.). *Trabalho e Cidadania Ativa para Mulheres: Desafios para as Políticas Públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

SILVA FILHO, Horácio Penteado de Faria e. O Empresariado e a Educação. In: FERRETI, Celso João. |et al|. *Novas Tecnologias e Educação: Um Debate Multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SPOSITO, Marília. *Trajetórias na Constituição de Políticas Públicas de Juventude no Brasil*. In: São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

ANEXO
(Roteiro de Entrevista)

Data: ____/____/____ Início: _____ Término: _____

Nome: _____

Endereço: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: _____

Ano de Conclusão do Ensino Médio: _____

Escola: _____

Sexo: _____

1. Você já teve emprego alguma vez? Onde? Quando?
 - a. Se sim: Quais eram as condições desse emprego? [Se com carteira, horários etc]
 - b. Se não: Você tem planos de conseguir emprego? Que tipo de emprego?
2. Você se sente apto a ter um emprego?
3. Em que você acha que pode trabalhar?
4. Você tem procurado? Como?
5. Que contatos você tem feito nessa busca pelo emprego?
6. Há quanto tempo você está desempregado?
7. Como você vivencia a situação de desemprego?
8. Como você se sustenta sem emprego?
9. Você se sente pressionado/a de alguma forma por está desempregado/a?
10. Se você tivesse um emprego fixo, o que você acha que seria diferente na sua vida? (Áreas: lazer, profissional, familiar, afetiva, saúde, autoconceito, relação com os amigos etc.)
11. Por que você acha que é tão difícil conseguir emprego?
12. A que se deve, segundo o seu ponto de vista, o desemprego?
13. Por que você acha que não conseguiu emprego ainda, mesmo tendo o Ensino Médio?
14. Você acha que há diferenças entre pessoas os jovens que trabalham e os que não trabalham, além da financeira?
15. Você acha que há diferenças entre um jovem e uma jovem desempregados?
16. O que você acha que pode causar, depois de um certo tempo, essa enorme quantidade de jovens desempregados?
17. Como você percebe a reação da sociedade frente ao desemprego jovem?
18. E frente ao jovem desempregado?
19. Se você pudesse classificar, quais os tipo de desemprego que existem?
20. E desempregados?
21. Quais as suas expectativas para o futuro?
22. Para você, existe diferença entre trabalho e emprego?

Rocha, Euda Kaliani Gomes Teixeira

Vivência subjetiva de jovens desempregados/as : sofrimento invisível e medo do futuro frente à instabilidade econômica e à ausência de cobertura social / Euda Kaliani Gomes Teixeira Rocha. – Recife : O Autor, 2005.

171 folhas : il., quadros, tab.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2005.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Serviço social – Trabalho. 2. Mercado de trabalho – Jovens, Brasil – Desemprego. 3. “Questão social” – Reestruturação produtiva – Relações sociais de sexo e psicodinâmica do trabalho. 4. Subjetividade – Jovem desempregado/a – Sofrimento. 5. Gênero – Diferença homem/mulher. I. Título.

**364.23
361.3**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
BC2005-549**